

RAPHAEL RODRIGUES VIEIRA FILHO

**OS NEGROS EM JACOBINA (BAHIA)
NO SÉCULO XIX**

DOUTORADO: HISTÓRIA SOCIAL

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP**

**SÃO PAULO
2006**

RAPHAEL RODRIGUES VIEIRA FILHO

**OS NEGROS EM JACOBINA (BAHIA)
NO SÉCULO XIX**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de **DOUTOR EM HISTÓRIA SOCIAL** sob a orientação da Professora Doutora Márcia Barbosa Mansor D'Aléssio.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP**

**SÃO PAULO
2006**

Aos meus pais Raphael e Izabel, pela vida.

A Edineide, meu grande amor e minha vida, pelo amor, carinho e cuidado de todas as horas.

Aos meus pais baianos, José Cupertino e Edna, pelo apoio.

A minha irmã Cândida, pelo incentivo.

Aos sobrinhos Renoir, Pablo, Jonas, Pedro, Juliana, Aníbal, Danilo, Júlia e Luísa, para que não se esqueçam jamais de nossos antepassados afro-brasileiros.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus.

A concretização deste sonho só foi possível graças à colaboração de muitas pessoas às quais agradeço, neste momento:

À Prof^a. Dr^a. Márcia Mansor D'Aléssio, por ter aceito a orientação nesta reta final.

À Prof^a. Dr^a. Maria Odila Leite da Silva Dias, pela orientação do princípio desta pesquisa, colaborando sobremaneira para o resultado final do trabalho.

Aos professores do programa de História da PUCSP e colegas do curso de Pós-Graduação, ajudando com suas aulas e sugestões não apenas meu amadurecimento intelectual, mas também o aprofundamento no tema escolhido. A Betinha, secretária do programa de História, pela colaboração nos vários momentos.

Aos Profs. Drs. Jaime Rodrigues e Enio José da Costa Brito, pelas valiosas sugestões feitas na qualificação. E também ao Prof. Dr. Paulino de Jesus Cardoso, ao Prof. Luiz Henrique Blume e à Prof^a. Vanicléia Silva Santos, pela leitura atenta das primeiras versões dos textos e discussões em torno dos principais problemas, contribuindo para a melhora da versão final desta tese.

Aos bibliotecários, funcionários e demais pesquisadores das inúmeras instituições em que pesquisei, principalmente aos do Arquivo Público de Salvador, Bahia, com os quais convivi e de quem recebi a colaboração, tornando agradável o árduo trabalho de pesquisa.

Aos bolsistas e voluntários que trabalharam nesta pesquisa, especialmente: Clara e Lílian, no APEBA; Fabrícia, em Morro do Chapéu; Sthel, em vários arquivos da região de Jacobina; e Lauro e Renoir, na elaboração e digitação dos bancos de dados.

A Edineide, por tudo.

Aos colegas e amigos da UNEB, especialmente às professoras e aos professores do DCH IV – Jacobina, que possibilitaram meu afastamento. Agradeço, também, a PPG/UNEB pela concessão de bolsa, garantindo minha qualificação acadêmica.

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto as populações negras da região de Jacobina, Bahia, no século XIX. Existe uma bibliografia, bastante difundida no sertão baiano, afirmando a não existência de negros no interior. Esses autores apóiam-se nos preceitos de incompatibilidade entre pecuária e escravidão e também na forte presença indígena, que se miscigenou com os colonizadores brancos. Partindo de diversos corpos documentais, tais como: Correspondências enviadas ao Presidente de Província por Juizes e Câmara Municipal, Falas dos Presidentes de Província, Documentos Digitalizados pelo Projeto Resgate, Livros de Registro contendo Registros de Compras, Vendas e Doações, Procurações e Registros de Cartas de Liberdade, Processos Crimes e Cíveis, além de documentos publicados no final do século XIX e início do século XX nos Annaes da Arquivo Publico da Bahia, Annaes da Bibliotheca Nacional e Documentos Historicos da Bibliotheca Nacional e autores do século XIX e início do século XX, foram levantados dados sobre as populações negras e sua inserção na região, contrariando a bibliografia citada acima. Foram trabalhados, a partir de informações colhidas nos recenseamentos da população do século XVIII e XIX, aspectos da composição populacional geral da região de Jacobina. Foi também trabalhado a configuração específica regional da população de escravizados, tais como: sexo, cor/etnia, idade, utilizando como fonte os Registros de Compras, Vendas e Doações e Procurações. As formas de conquista da liberdade ficaram expressas nos Registros de Cartas de Liberdade de Jacobina e Morro do Chapéu, consultados. Esses documentos nos legaram além de preços, sexo, idade, cor/etnia, as formas desse tipo conquistas, estando envolvidos outros aspectos que somente o valor monetário nessas transações. Nos Processos Crimes e Cíveis foi possível verificar como as conquistas de um pouco mais de autonomia eram negociadas e expressaram-se em momentos e situações diversas.

ABSTRACT

This study aims the black populations of the region of Jacobina, Bahia, in the 19TH century. There is a bibliography, widely spread in the countryside of Bahia, which states the nonexistence of blacks men in the countryside. These authors are based on the principles of incompatibility between cattle breeding and slavery and also on the strong indigenous presence, which mixed with the white settlers. Based on several documents collection, such as: Correspondences sent to the President of Province by Judges and City Congress, Speeches of the Presidents of the Provinces, digitalized documents by "Resgate" Project, Books of Registration containing Registrations of Purchases, Sales and Donations, Procurations and the recordings of Letters of Freedom, Crime and Civil Lawsuits, besides the documents published at the end of the 19TH century and beginning of the 20TH century in the Annals of National Library and Historic Documents of the National Library and authors of the 19TH century and beginning of the 20TH century. Were raised data about the black populations and their insertion in the region, contrary to the bibliography mentioned above. Features of the general population composition of the region of Jacobina were studied, based on information taken from the census of the population in the 18TH and 19TH century. The specific regional configuration of the slave population, such as: sex, color/ethnicity, age, using as source the Registrations of Purchases, Sales and Donations and Procurations. The ways freedom was conquered were expressed in the recordings of Letters of Freedom of Jacobina and Morro do Chapéu, consulted. These documents brought besides prices, sex, age, color/ethnicity, the ways of these types of conquers, and other features involved beyond the monetary value of these transactions. In the Crime and Civil Lawsuits it was possible to verify how the conquers of a little more autonomy were traded and expressed in moments and diverse situations.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mapa da produção da Comarca da Jacobina – 1850...	90
Quadro 2 – População de Jacobina por Freguesia (1770-1774) ..	95
Quadro 3 – Mapa do Município, Distritos de Paz e os respectivos Quarteirões e dos Habitantes desta Comarca de Sto. Antonio de Jacobina – 1836.....	96
Quadro 4 - Mapa descritivo do Município de Jacobina.....	100
Quadro 5 – Processos Crime de Jacobina depositados no APEBA	102
Quadro 6 – Envolvidos Qualificados por Processo.....	103
Quadro 7 – Origem, Cor e Sexo - Registro de Compras, Vendas e Doações – Jacobina (1808-1885).....	108
Quadro 8 – Registros de Compras, Vendas e Doações de Escravizados – Por faixa etária - Jacobina (1808-1885).....	110
Quadro 9 – Número total de escravizados envolvidos em procurações (1875-1887).....	127
Quadro 10 – Procurações outorgadas por local de poderes concedidos (1875-1887).....	129
Quadro 11 – Relação de escravos do inventário de José Bento Dantas Coelho.....	193

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAPEBA	Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia
AAPEBA	Annaes do Arquivo Público do Estado da Bahia
APEBA	Arquivo Público do Estado da Bahia
AN	Arquivo Nacional
ABN	Annaes Biblioteca Nacional
BCEB	Biblioteca Central do Estado da Bahia
BN	Biblioteca Nacional
DHBN	Documentos Históricos da Biblioteca Nacional
FMMC	Fórum Municipal de Morro do Chapéu

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1 – APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO: OS NEGROS E A COLONIZAÇÃO DA REGIÃO DE JACOBINA	37
1.1 – A Implantação da Coloni zação na regi ão de Jacobi na..	44
1.2 – Contestações e Resi stênci a.....	57
2 – JACOBI NA: POPULAÇÃO E NEGROS NO SÉCULO XIX.....	84
2.1 – Números da escravi zação em Jacobi na.....	105
2.2 – O Tráfi co nas procurações.....	126
3 – A CONQUI STA DA LI BERDADE.....	138
3.1 – Poucos regi stros, mui tas Hi stóri as.....	142
3.2 – Os valores das Conqui stas.....	150
3.3 – A Expressão dos Valores das Cartas de Li berdade....	159
3.4 – Outros Val ores Envol vi dos.....	169
4 – AS AUTONOMI AS POSSÍ VEI S.....	176
4.1 – Ecl osão da Rai va.....	179
4.2 – Experi ênci a Comerci al	186
4.3 – Vontades, Senti mentos e Sofri mentos.....	194
5 – CONSI DERAÇÕES FI NAI S.....	207
6 – FONTES E REFERÊNCIAS.....	212
6.1 – Fontes.....	213
6.2 – Referênci as.....	217
7 – ANEXOS.....	232

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Quando se chega a Jacobina, a primeira impressão é de se estar em uma cidade bastante antiga com seus casarões e igrejas a dar cor às pequenas e estreitas ruas calçadas de pedras. Estas mesmas ruas, ao serpentear os morros, abrigam casas cada vez menores e se equilibrando nas encostas, denotando um núcleo urbano antigo e desigual.

Acabara há pouco tempo uma pesquisa sobre a construção da identidade dos afro-brasileiros de Salvador vista através da festa do carnaval e procurava por tipos de manifestações culturais em Jacobina¹. Buscava novos temas, mas não fugindo do objeto preferencial de minhas pesquisas: os afrodescendentes e seu cotidiano de festas e lutas.

Em conversas com colegas professores mais antigos do Campus IV Jacobina da Universidade do Estado da Bahia, era desestimulado a trabalhar com esse tema, pois afirmavam existir poucos afrodescendentes na cidade, sendo sua única

¹ VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. **A re-africanização do Carnaval de Salvador**: a re-criação do espaço Carnavalesco. 1995, 228 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - PUCSP, São Paulo, 1995.

expressão a “Marujada”², e até mesmo esta brincadeira estava desarticulada, sem uma sede fixa e com problemas para suas apresentações anuais. Uma pergunta ficou latente em mim: por que havia poucos afrodescendentes na cidade? Ou por que todos acreditavam existirem poucos afrodescendentes na cidade?

A segregação espacial em Jacobina foi construída ao longo dos vários séculos de ocupação urbana, deixando sempre os piores lugares às populações empobrecidas e sem prestígio social, constituída em sua grande maioria de afrodescendentes³, algo comum nas cidades brasileiras. Porém a singularidade reside na objeção da própria existência desta parcela da população, decorrendo daí toda uma série de desatendimentos como: locais próprios para moradia, saneamento básico, educação, postos de trabalho, etc.

Ao se andar pela cidade, fica patente uma diversidade de ocupação urbana, captada pelo estranhamento de um olhar vindo de fora, pois os habitantes locais, e principalmente as elites, já haviam incorporado e internalizado esta contradição, tornando-a naturalizada. Se era refutada a presença dessa população negra na cidade, mais ainda sua

² Manifestação popular de origem brasileira com fortes influências européia e africana, na cidade de Jacobina, celebrada e fomentada por três famílias de negros, desde o século XIX. Para maiores informações, ver MIRANDA, Carmélia Aparecida. **Um olhar sobre a Festa da Marujada em Jacobina**. 1999. 176 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - PUCSP, São Paulo, 1999.

³ O conceito ‘afrodescendente’ será utilizado neste trabalho em consonância com as discussões preparatórias para a Conferência Mundial Contra o Racismo, em 2001, correspondendo a todas as pessoas descendentes ou multiplicadoras das estruturas culturais africanas, vítimas de discriminações.

contribuição na construção socioeconômica e até mesmo do núcleo urbano jacobinense.

Aqui cabe uma pequena explicação: sou paulistano, nascido na periferia, e migrante instalado, naquele momento, havia dois anos em Salvador. Concursado para Lecionar Metodologia do Ensino e da Pesquisa em História, nunca havia estado na região para onde fui designado. Nas viagens para fora de Salvador, tinha ido para o litoral, ou no máximo para Serrinha, região sisaleira, distante mais ou menos 180 quilômetros da capital baiana.

Nas ruas estreitas do centro ou no *Campus* da UNEB, observavam-se pessoas com feições mestiças, denunciando a descendência européia pelos olhos claros, pele queimada pelo sol inclemente do sertão; algumas com traços característicos das miscigenações com indígenas, cabelos negros, muito lisos e olhos amendoados; encontrava também afrodescendentes, mas poucos, pouquíssimos, podendo ser classificados pelo senso comum de pretos.

Nas ruas mais íngremes, nos bairros mais afastados e nos dias de feira, sexta e sábado, os personagens eram diferentes e as feições mais bronzeadas, acobreadas, amorenadas e outras expressões cunhadas ao longo dos anos para fugir do preconceito racial, e denotando uma população predominante de afrodescendentes.

Jacobina é conhecida como a Cidade do Ouro, por isso, conforme já havia lido e estudado na bibliografia levantada,

partir da seguinte premissa, presente na historiografia tradicional: *onde houve exploração de ouro ou qualquer tipo de mineração deveria ter havido pessoas escravizadas*, pois de acordo com a Ordem Régia do período colonial, para estabelecer-se, o minerador deveria provar ter disponível doze escravos.

Aqui cabe uma pequena explicação. Utilizo a expressão *escravizado* para dar uma conotação histórica, pessoal e humana aos homens e mulheres, pois só a palavra *escravo* não tem tal abrangência. Além disso, o termo *escravizado* pressupõe uma ideia de movimento *escravizado x escravizador* - diferente do termo já cristalizado e naturalizado - *escravo*.⁴

As leituras posteriores, principalmente sobre Minas Gerais⁵ e sobre a Ilha de Desterro⁶, subvertem esse pensamento,

⁴ Jaime Rodrigues utiliza o termo *escravizado* para designar a experiência do tráfico imposta aos africanos capturados até seu embarque, passando de traficante a traficante. (RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2005. Especialmente Parte I).

⁵ Ver principalmente SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XI. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 449-495, 1988; GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750). **Revista do Departamento de História - FAFICH/UFMG**, Belo Horizonte, n. 1(2), p. 85-99, jun. 1986; IRVIN, James R.. Escravidão e trabalho em sistema de plantation. **Revista do Departamento de História - FAFICH/UFMG**, Belo Horizonte, n. 6, p. 5-14, jul. 1988; SILVA, Vera Alice Cardoso. Da bateia à enxada: aspectos do sistema servil e da economia mineira em perspectiva, 1800-1870. **Revista do Departamento de História - FAFICH/UFMG**, Belo Horizonte, n. 6, p. 47-68, jul. 1988; CAMBRAIA, Ricardo de Bastos; MENDES, Fábio Faria. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). **Revista do Departamento de História - FAFICH/UFMG**, Belo Horizonte, n. 6, p. 137-150, jul. 1988.

⁶ Paulino Cardoso é um dos incentivadores desses trabalhos. CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em Desterro: experiências das populações de origem africana em Florianópolis, 1860/1888**. 2004, 269 f. Tese (Doutorado em História Social) - PUCSP, São Paulo, 2004.

pois esta bibliografia, mais atualizada e embasada em pesquisas empíricas bastante sólidas, mostra nas áreas destinadas à agricultura e à pecuária, não diretamente ligadas à produção para exportação, um considerável número de pessoas escravizadas e muitas vezes superior ao número de escravizados empregados na mineração.

Slenes, analisando a obra de Martins Filho e Martins, concorda com eles quanto ao aumento do número de escravizados em Minas Gerais em meados do século XIX, porém diferem nas explicações sobre os motivos desse incremento.⁷ Para os Martins, a economia mineira do século XIX estava voltada para o consumo local, e também havia muita terra e poucos habitantes, desestimulando o mercado de mão-de-obra livre, forçando os senhores à dependência de trabalhadores escravos. Para Slenes, dois fatores foram decisivos para o aumento do número de escravos:

- 1) a existência em Minas de uma economia extrativa e agropecuária significativa, orientada para mercados fora da província [...]; 2) o alto preço de produtos importados para Minas.⁸

Neste primeiro momento de procura por um tema, minhas leituras resumiram-se aos clássicos e aos corógrafos locais.

PENNA, Clemente Gentil. **Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)**. 2005, 153 f. Dissertação (Mestrado em História) - UFSC, Florianópolis, 2005.

⁷ SLENES, R. Os múltiplos de porcos..., op. cit, p. 448.

⁸ SLENES, R. Os múltiplos de porcos..., op. cit, p. 449.

Porém um questionamento permanecia: – De onde vieram todas essas pessoas negras? Pois nas obras lidas eles não apareciam.

Uma hipótese era a vinda dessa população, em momento posterior à abolição ou às suas vésperas, com o advento da Companhia de Mineração de Jacobina, fundada em 1887 e exibindo gloriosa a fama de empregar somente trabalhadores livres, desde sua fundação. Mas isto não explicaria toda a exclusão atual e a invisibilidade imposta a esta fração significativa da população.

Iniciei a construção de um novo trabalho de pesquisa com o projeto: “A cidade como espaço da diversidade cultural”, cujo objetivo era verificar como a diversidade e as contradições vistas na organização espacial e nas ruas, principalmente nos dias de feira, foram construídas. Neste mesmo semestre, comecei a lecionar a disciplina História da Bahia.

Na disciplina, temos e fichamos uma série de trabalhos cujo tema principal era o sertão baiano. Falo no plural pois este trabalho foi realizado ao longo de quatro meses com alunos nas disciplinas de História da Bahia I e História da Bahia II, e também alunos voluntários dispostos a conhecer um pouco mais sobre as particularidades do sertão, engajados no projeto de pesquisa acima mencionado⁹.

⁹ Apesar de as pesquisas nas bibliotecas e centros de pesquisa terem sido realizadas exclusivamente por mim, colegas como Eivaldo Fagundes, Daniel Francisco, Gilmaro Brito, Jaime Baratz, Jerônimo Jorge e Wilson Mattos, entre outros, ajudaram muito com dicas e sugestões de textos, centros de pesquisa e bibliotecas para este

Particularmente sobre Jacobina e região, foram encontrados poucos trabalhos¹⁰. As obras enumeradas, de uma forma geral, foram escritas por corógrafos muito mais preocupados em exaltar os grandes 'homens de bem', muitas vezes seus parentes, fundadores das dinastias sertanejas, algumas ainda hoje dominando os cargos executivos, legislativos e judiciários das terras 'descobertas' por eles mesmos, nos séculos passados¹¹.

Minha intenção, neste texto de apresentação, não foi desvendar os objetivos desses escritores. Em meados da década de 50 e início da de 60 do século XX, esta situação começava a ser questionada pelos movimentos populares daquele momento. Portanto os escritos eram pragmáticos e tinham endereço certo, subsidiar os ataques aos movimentos sociais organizados, principalmente aqueles de viés mais à esquerda reivindicadores de terra para os trabalhadores rurais.

paulistano professor recém-concursado e inexperiente na Historiografia do Sertão Baiano.

¹⁰ COSTA, Affonso. Minha terra: Jacobina de antanho e de agora. In: **Congresso Brasileiro de Geographia**, 5., 1916, Salvador. **Annaes do 5º Congresso...** Salvador: Imp. Oficial do Estado, 1918. p. 235-319; COSTA, Affonso. Guedes de Brito, o povoador. **Anais do Arquivo Público da Bahia**, Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1952, v. 32; BRANDÃO, Maria de Azevedo; CARDOSO, Alice Marcelino (Org.). **Jacobina: passado e futuro**. Jacobina: ACIJA, 1993; LEMOS, Doracy Araújo. **Jacobina, sua história e sua gente**. Jacobina: Grafionort, 1995.

¹¹ Entre esses autores, destaco: QUEIROZ, Claudionor de Oliveira. **O Sertão que eu conheci**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1985; LIMA, Dante de. **Mundo Novo: nossa terra, nossa gente**. Salvador: Contemp, 1988; BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e vaqueiros**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989. NEVES, Juvenal. [1991] **Vilarejo: a vila do Bom Sossego**. Salvador: Gov. do Est. da Bahia, 2001. FREITAS, Edith Alves de A.; SILVA, José Freitas de. **História da Freguesia Velha de Santo Antônio: Campo Formoso**. 2. ed. atual. e amp. Salvador: Sec. da Cultura e Turismo, 2004.

De nossa parte, atuando enquanto grupo, após as leituras das obras, produzimos questionamentos geradores de projetos de pesquisa, concorrendo a bolsas de iniciação científica e, posteriormente, monografias de final de curso.

Essas discussões propiciaram também a ressignificação do projeto "A cidade como espaço da diversidade cultural", moldando novos caminhos, preocupado com a abertura de perspectivas temáticas e com o fechamento de hipóteses e problemáticas estruturantes gerais¹².

Esses encaminhamentos foram cobertos de êxito e logo na primeira submissão, concorrendo ao Edital de seleção de bolsistas PIBIC/CNPq e PICIN/UNEB 1996/97, o projeto recebeu duas cotas de bolsas para alunos de iniciação científica. Isto fortaleceu nosso grupo e surgiram novos alunos voluntários interessados em ingressar no mundo da pesquisa.

A atual pesquisa é o desdobramento desse projeto geral e está vinculada a uma proposta política de estudar os afrodescendentes no sertão baiano, os quais a bibliografia baiana mais tradicional diz não existirem e a bibliografia mais recente não se preocupou

¹² Destaco as pesquisas de SAMPAIO, Moises. et al. **O coronelismo na Chapada Diamantina e Piemonte (1880-1930)**. Jacobina: FFPJ/UNEB, 1997; SANTOS, Vanicléia. **Trocas culturais na Micareta de Jacobina (1919-1960)**. 1998. 78 f. Monografia (TCC em História) - UNEB, Jacobina, 1998; SAMPAIO, Fabrícia. **Os fanáticos da Gruta**. 1997. 67 f. Monografia (TCC em História) - UNEB, Jacobina, 1997; GAMA, Maria Sandra. **Sociedade União dos Artistas Jacobinenses**. 2001. 93 f. Monografia (Especialização em Teoria e Metodologia da História) - UEFS, Feira de Santana, 2001; SANTOS, Márcia Adriana Alves dos Santos. **Coqueiro: Uma Comunidade Negra no Sertão Baiano**. 1999. 38 f. Monografia (TCC em História) - UNEB, Jacobina, 1999; entre outros.

em tratar, por estar essencialmente ligada a aspectos do litoral e à experiência da agroindústria exportadora.

O projeto inicial surgiu dos questionamentos propiciados pela leitura das obras sobre o sertão baiano, sobre a escravidão e de um inventário transcrito encontrado em um arquivo particular, apontando uma série de escravizados classificados de uma forma não usual¹³.

Nos processos de inventário lidos por mim até então, referentes a Salvador e Recôncavo, os escravizados aparecem listados pela ordem decrescente de valor. No documento transcrito encontrado no Arquivo Particular da Família Barberino, eles pareciam estar em uma ordem aleatória, porém ao transcrevê-lo percebi um padrão, os escravizados estavam listados sempre: um homem, uma mulher e crianças; novamente um homem, uma mulher e crianças; e depois idosos e outras crianças, denotando um padrão de família nuclear.

Esse fato levou-me a questionar primeiro os autores e suas afirmações de não haver afrodescendentes escravizados no sertão e também aqueles preconizando a não existência de famílias entre os escravizados. O segundo grupo, falava da inexistência de família escrava, ou de sua efemeridade ocasionada pela própria transitoriedade da escravidão.

¹³ Arquivo Particular Família Barberino. Testamento e Inventário da Sra. Roza Cândida d'Antas, de 24/10/1852, transcrito por Amado Barberino [provavelmente no início do século XX].

As explicações para a falta de negros no sertão estão baseadas na bibliografia utilizando a literatura sobre as aventuras dos bandeirantes e suas incursões pelo sertão, onde não eram utilizados escravizados negros e também na afirmação da incompatibilidade da pecuária com a escravidão e conseqüentemente com os negros.

No debate travado na esquerda brasileira sobre a presença de relações feudais no Brasil, existem também adeptos do antagonismo entre escravidão negra e pecuária. Jacob Gorender cita os argumentos de Nelson Werneck Sodré sobre o Nordeste sertanejo: "geram-se relações feudais no pastoreio, pela sua incompatibilidade com o trabalho escravo"¹⁴.

E ainda:

Foi a separação entre o pastoreio e a agricultura, na área açucareira, que motivou o aparecimento, em primeiro lugar, de uma área em que o escravidão não encontraria vigência. Essa área, a do pastoreio sertanejo, definiu as suas linhas ainda no século XVI.¹⁵

Menos enfático Alberto Passos Guimarães aponta apenas os motivos da "dispensa" de trabalho escravo a pecuária, destacando:

¹⁴ SODRÉ, N. W.. **Formação...** Apud GORENDER, Jacob. **O escravidão colonial**. 3. ed., São Paulo: Ática, 1980. p. 414.

¹⁵ Id., loc. cit.

[...] a ausência do proprietário, a impossibilidade de vigilância contínua e direta, o número reduzido de braços necessários, enfim o próprio sistema de produção.¹⁶

Gorender, nas páginas seguintes, preocupa-se em trazer documentos e fontes para embasar sua argumentação provando exatamente o contrário, ou seja, a forte presença de mão-de-obra escrava na pecuária sertaneja¹⁷. Calcula o rendimento das boiadas, compara com os pagamentos de foro e com tudo isso “fica descartada [...] qualquer idéia sobre a vigência de um quadro feudal na pecuária nordestina”¹⁸.

A coleta de dados ia avançando e surgiam questionamentos levando a novas pesquisas e novos questionamentos, porém o principal eixo articulador desta pesquisa é a busca pelas várias formas de autonomia escrava. No conjunto das fontes pesquisadas e no decorrer de séculos, ela aparece fortemente em todos os conjuntos documentais e em todos os momentos.

Conforme Maria Helena Machado:

Conceitos como os de resistência e autonomia entre escravos têm sido reiteradamente apontados como núcleos centrais para a reconstituição de uma história preocupada em reverter as perspectivas

¹⁶ GUIMARÃES, A.P.. **Quatro séculos...** Apud GORENDER, Jacob. **O escravidão...**, op. cit., p. 415.

¹⁷ GORENDER, Jacob. **O escravidão...** O Capítulo 20 é dedicado ao “Escravidão na Pecuária”.

¹⁸ GORENDER, Jacob. **O escravidão...**, op. cit. p. 426.

tradicionais e integrar os grupos escravos em seus comportamentos históricos, como agentes efetivamente transformadores da instituição.¹⁹

Esta historiografia tradicional sobre a escravidão, citada por Maria Helena Machado, estava muito mais preocupada com esquemas explicativos gerais e totalizantes e também em definir um processo de formação da nação brasileira. Existiam aproximações e afastamentos nesses trabalhos da chamada historiografia tradicional.

Não é minha intenção fazer uma longa exposição sobre a historiografia clássica da escravidão, mas apenas discorrer um pouco sobre estas diferenças nos autores das várias décadas até 1980, e posteriormente, sobre uma historiografia mais recente.

Conforme o estudo de Diana Berman Pinto²⁰, Oliveira Vianna, herdeiro dos intelectuais do IHGB, estava preocupado com a definição da formação social do Brasil. Tendo como principal pressuposto a superioridade do elemento branco sobre os elementos indígena e negro, para a construção de uma noção de progresso, tendo como modelo as nações europeias, denotando

¹⁹ MACHADO, Maria Helena P. T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da Escravidão. **Revista Brasileira de História**, v. 8, n. 16, p. 143-160, mar./ago. 1988. p. 144.

²⁰ PINTO, Diana Berman Correa. **A produção do novo e do velho na historiografia brasileira**: debates sobre a escravidão. 2003. 109 f. Dissertação (Mestrado em História) - PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2003. p. 19-21.

uma forte influência do chamado racismo científico do século XIX em suas propostas.

Descreveu, em seus escritos, os tipos brasileiros – sertanejo, matuto e o gaúcho – utilizados até nossos dias como estereótipos em várias expressões artísticas e até nos meios intelectuais. A influência do positivismo fica patente nas análises do autor sobre a formação da diversidade humana e as leis de desenvolvimento social influenciadas pelo clima.

Sérgio Buarque de Holanda trabalha com a noção de continuidade da herança lusitana, porém tem o mérito de enfatizar, em seus estudos, os múltiplos vínculos da vida real, além de incorporar a vida material e o cotidiano das populações excluídas do centro do poder.²¹

Caio Prado Júnior, na década de 30 do século XX, também inovava as interpretações marxistas, propondo uma análise levando em conta não só a estrutura do sistema econômico montado e voltado para a exportação, mas também as contradições regionais e sua inserção ou não nesse sistema.

Caio Prado Júnior vislumbrou uma população ligada à agricultura de subsistência, aos ofícios citadinos, pequenos negócios e outros, enfim, todos brancos pobres, mestiços ou libertos, perseverando nas franjas do sistema capitalista agroexportador, numa constante tensão em busca da

²¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

sobrevivência diária. Seus escritos formaram, conforme Maria Odila Leite da Silva Dias:

Em vários sentidos uma obra pioneira pelo grau de elaboração do processo dialético, cuidadosamente trabalhado na perspectiva histórica de análise das conjunturas regionais do Brasil.²²

Contrariando os estudos historiográficos daquele momento, herdeiros de todo um ranço positivista, baseado no discurso de homogeneização da população e dos costumes brasileiros, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior valorizam as especificidades regionais, as diferentes formas de organização do trabalho, as coisas miúdas do cotidiano das populações. Estes autores abriram horizontes lentamente explorados por vários historiadores de gerações posteriores.

O professor Sérgio Buarque assim estabelece as bases de suas análises:

Para estudar o passado de um povo, de uma instituição, de uma classe, não basta aceitar ao pé da letra tudo quanto nos deixou a simples tradição escrita. É preciso fazer falar a multidão imensa dos figurantes mudos que enchem o panorama da História e são muitas vezes mais interessantes e

²² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Impasse do Inorgânico. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **História e ideal**: ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Ed. UNESP: Brasiliense, 1989. p. 379.

mais importantes do que os outros, os que apenas escrevem a História.²³

Gilberto Freire também se mostra preocupado com o processo de formação da nação brasileira, mas seu principal objeto não era a estrutura econômica ou o sistema produtivo e sim os “valores essenciais da cultura”. Portanto, para este autor, o Brasil não é apenas uma continuidade de Portugal:

Portugal, criador de tantos povos, hoje essencialmente portugueses em seus estilos de vida mais característicos, e o Brasil, país onde esse processo de alongamento de uma cultura antiga numa nova, em mais vasta que a materna, atingiu sua maior intensidade.²⁴

Gilberto Freire estava preocupado com os problemas da jovem república brasileira, e legados desde a colonização, entre eles a miscigenação, era sua maior preocupação. Em seus estudos baseados no culturalismo de Franz Boas, ele não descarta as explicações marxistas, acrescentando aspectos psicológicos:

No Brasil, as relações entre os brancos e as raças de cor foram desde a primeira metade do século XVI

²³ Apud DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: CANDIDO, Antonio (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 11.

²⁴ FREYRE, Gilberto. Prefácio. In: _____ **O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. Disponível em: <http://bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/livros/pref_brasil/o_mundo.htm>. Acesso em 15 mar. 2000.

condicionadas, de um lado pelo sistema de produção econômica – a monocultura latifundiária; do outro, pela escassez de mulheres brancas, entre os conquistadores[...] Na zona agrária desenvolveu-se, com a monocultura absorvente, uma sociedade semi feudal - uma minoria de brancos e brancarões dominando patriarcais, polígamos, do alto das casas-grandes de pedra e cal, não só os escravos criados aos magotes nas senzalas como os lavradores de partido, os agregados, moradores de casas de taipa e de palha[,] vassal os das casas-grandes em todo o rigor da expressão. ²⁵

Dessa forma, o sistema patriarcal foi o centro difusor de uma sociedade moldada para ser democrática, abrangente e miscigenada. Unem-se, assim, às preocupações de Gilberto Freire, a miscigenação e a formação do Brasil.

Segundo Diana Pinto, a produção historiográfica da década de 70 do século XX recupera a discussão do sentido da colonização e as explicações estruturantes, baseadas na “teoria estática proposta por Althusser”:

A tese do sentido da colonização de Caio Prado Jr. teve ampla repercussão, e podemos encontrar seus

²⁵ FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933. Disponível em: <http://bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/livros/pref_brasil/casa_grande.htm> Acesso em 15 mar. 2000.

sinais nos textos de autores como Celso Furtado, Otávio Ianni e Fernando Novais.²⁶

Todos esses autores têm em comum a procura de uma explicação cuja centralidade estaria em um Sistema Colonial baseado na exploração do trabalho escravo e articulado, de forma mais ampla, ao comércio ultramarino e à acumulação mercantil europeia.

A historiografia mais recente tem como diferencial a perspectiva de olhar o escravizado como sujeito ativo de sua história, proporcionando trabalhos sobre:

[...] organização do trabalho e da vida escrava, a problemática da constituição e quebra da família entre cativos, a gestação de uma cultura escrava, a questão do liberto no mundo escravista e o destino da mão-de-obra escrava.²⁷

É um panorama diferente da historiografia produzida até a década de 70 do século XX, quando a pessoa escravizada era vista apenas como mão-de-obra dentro de um sistema.

Alguns desses estudos procuram singularizar as formas de conquista da autonomia, portanto tratando-a como a liberdade em si. Entre estes, encontram-se aqueles preocupados com as liberdades coletivas, ou seja, os movimentos de revoltas, formação de quilombos e outras formas de lutas de grupos. Outros interessam-se pela busca de uma melhor convivência com

²⁶ PINTO, Diana Berman Correa. **A produção...**, op. cit., 2003. p. 35.

²⁷ MACHADO, Maria Helena P. T.. Em torno da autonomia escrava..., op. cit., p. 145.

a condição de escravizado, atendo-se às conquistas do dia-a-dia.

Entre os estudos particularizando a busca de uma autonomia coletiva, ou seja, tendo como objeto os escravizados procurando uma cultura independente da dos senhores, está a historiografia tematizando as revoltas e a formação dos quilombos a mais diversificada, tanto do ponto de vista metodológico como do objetivo dos autores.

Palmares, lugar idílico, foi objeto de estudo de vários militantes afrodescendentes como Edson Carneiro, Abdias do Nascimento, Walter Passos e Clovis Moura. Estes autores escreveram de uma perspectiva hoje batizada 'desde dentro para fora', ou seja, aproveitam suas experiências para construir suas pesquisas com um olhar militante. Além dos citados acima, Décio Freitas, em sua missão de encontrar um verdadeiro herói nacional para inspirar os brasileiros nas lutas contra a ditadura do regime militar instalado em 1964, pesquisou e escreveu o clássico *Palmares – A Guerra dos Escravos*. Tais estudos têm em comum uma apurada pesquisa empírica e o objetivo de servir de base para as discussões e a autoafirmação do Movimento Negro e dos Movimentos Populares das décadas de 70 e 80 do século XX²⁸.

²⁸ CARNEIRO, Edson. **O quilombo de Palmares**. 3. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1974; NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980; PASSOS, Walter. **Bahia: terra de quilombos**. Salvador: Ed. do Autor, 1996; MOURA, Clovis. **Rebelião da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981; FREITAS, Décio. **Palmares: A guerra dos escravos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

Estudos mais recentes procuram singularizar as experiências dos negros insurgidos contra as agruras da escravidão, procurando uma outra experiência de vida. João José Reis e Flávio dos Santos Gomes, citando apenas dois pesquisadores, trabalharam com formas coletivas de combater a escravidão²⁹.

Também existem estudos preocupados em caracterizar a autonomia econômica dos escravizados, visando inseri-los em um sistema econômico ou em um dos ciclos econômicos. Esta visão da autonomia vista como uma possibilidade econômica, a chamada brecha camponesa, preconiza a inserção dos grupos escravizados como responsáveis por uma parte importante do fornecimento de artigos de primeira necessidade, basicamente alimentos.

Tais mantimentos eram excedentes das roças de subsistência outorgadas pelos senhores dentro das *plantations* como parte de sua bondade ou o chamado paternalismo patriarcalista, direito adquirido pelos escravizados, ou para amai nar os ânimos dos escravizados, evitando assim fugas e revoltas.

Em qualquer das hipóteses de produção desse excedente, os estudos mais citados vão na direção de apregoar uma ligação

²⁹ REIS, João José. **A rebelião Escrava no Brasil: A história do Levante dos Malês (1835)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1986 ; Gomes, Flávio dos Santos. **História de Quilombolas, Mocambos e Comunidades de Senzala no RJ – séc. XIX**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1995

entre esses escravizados e os pequenos agricultores do presente³⁰.

Autores como Maria Odila Leite da Silva Dias também creditam tal possibilidade ao que ocorria na cidade de São Paulo, como a comercialização de alimentos e outros mantimentos essenciais à vida cotidiana, e os arranjos cotidianos para sobrevivência, eram exercidos por senhoras brancas empobrecidas e seus escravos. Este pequeno comércio assegurava o abastecimento onde os grandes comerciantes não estavam presentes ou não tinham interesse³¹.

Em algumas oportunidades, essas agências só eram possíveis burlando-se o fisco e conseguindo comercializar os gêneros sem pagamento dos impostos, garantindo um preço mais acessível à população em geral. Quando esses negócios eram praticados exclusivamente por escravos, os produtos podiam ter origem em pequenos furtos ou descuidos dos senhores³².

Como já enfatizei antes, até a década de 70 do século XX, os estudos sobre as populações africanas e seus descendentes

³⁰ CARDOSO, Ciro Flamarión. A brecha camponesa no sistema escravista. In: _____ **Agri cultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 133-154.

³¹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995. Cap. Padeiras e quitadeiras, p. 68 passim.

³² Sobre a origem duvidosa das mercadorias, ver DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano...**, op. cit., p. 159. Ver, sobre roubos praticados por escravos e comerciantes de pequenas vendas como receptores, SAINT-HILAIRE, Auguste de. [1830] **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 40; e, SAINT-HILAIRE, Auguste de. [1833] **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p. 138.

estavam muito mais voltados para explicações teóricas gerais sobre o sistema colonial ou a organização da exploração e da administração colonial, desta forma as pesquisas empreendidas tinham como foco principal os modelos teóricos estruturantes das explicações macro, deixando de fora a “dinâmica interna da sociedade”³³.

Alguns trabalhos recentes têm-se preocupado em mostrar a importância das populações negras para regiões específicas do sertão baiano, tendo como base esta nova perspectiva apontada por Maria Helena Machado. Assim, trabalhos como o de Maria Cristina Pina, para a Chapada; Mônica Duarte Dantas, para região do baixo Itapicuru; José Ricardo Moreno, para a região de Bom Jesus da Lapa; Maria de Fátima Pires e, principalmente, os de Eivaldo Fagundes, para região do Sertão de Cima – Caetité, Vitória da Conquista e Região da Chapada Velha –, mostraram a dinâmica relação das populações afrodescendentes e suas peculiaridades regionais³⁴.

³³ MACHADO, Maria Helena P. T. Em torno da autonomia escrava... op. cit., p. 144.

³⁴ PINA, Maria Cristina. **Santa Isabel do Paraguassú: cidade, garimpo e escravidão nas lavras diamantinas, século XIX.** 2000. 110 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2000; DANTAS, Mônica Duarte. **Fronteiras movediças: relações sociais na Bahia do século XIX.** 2002, 295 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2002.; MORENO, José Ricardo. **Escravos, quilombolas ou meeiros?** 2001. 158 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2001; PIRES, Maria de Fátima. **O crime na cor: a experiência escrava no alto sertão da Bahia – Rio de Contas e Caetité – 1830-1888.** 1999, 255 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999; e FAGUNDES, Eivaldo. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio.** Salvador: EDUFBA: UEFS, 1998.

Minha pesquisa tenta retomar essa dinâmica interna de uma região acessória não participante direta da exploração para exportação, portanto com uma dinâmica social e econômica diferente da região do litoral baiano com sua economia e sociedade, voltadas para a Europa. Também retoma a discussão sobre escravidão em regiões não exportadoras, já citadas em páginas atrás.

Mesmo com uma forte vocação para a exploração mineral – Jacobina é conhecida como “Cidade do Ouro” e na região registraram-se várias minas de diamantes e outros minerais –, quando de sua elevação ao patamar de Cidade, em 1886, ela recebe o nome de “Agrícola Cidade de Jacobina”.

Lutas veladas ou explícitas pela autonomia, formas de burlar o sistema para conseguir mais autonomia, concessão de autonomia relativa como forma utilizada pelos senhores para manter uma certa paz brotaram dos arquivos e fazem parte desta pesquisa, além de todas as estratégias de conquistas de liberdade através das alforrias gratuitas ou pagas.

Por vezes, essa autonomia se corporifica apenas na concessão de uma mobilidade espacial maior, ou na possibilidade de montar uma casa independente da do senhor, casar e/ou constituir família, ou mesmo de negociar sua produção, caracterizado na historiografia como o “viver sobre si”, mas já eram grandes conquistas.

Além dessas várias formas de procura da autonomia e da liberdade, esta pesquisa também foi movida por questionamentos

surgidos da leitura da bibliografia ou dos documentos, levando a novos autores ou novos conjuntos documentais.

No primeiro capítulo, trabalho com a História de Jacobina, dando ênfase à presença dos afrodescendentes. Começo das primeiras informações sobre a região, indo até o século XIX, quando se concentra o maior corpo documental desta pesquisa.

Para tanto, utilizei documentos digitalizados pelo “Projeto Resgate - Bahia” do Arquivo Ultramarino da Torre do Tombo, documentos manuscritos e impressos do Arquivo Nacional e do Arquivo Público do Estado da Bahia, assim como informações tabuladas de uma bibliografia específica sobre o sertão baiano.

Consultei a biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB da USP e a seção de obras raras da Biblioteca Mário de Andrade, ambas em São Paulo, além de várias bibliotecas em Salvador, como a do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Biblioteca Central da UFBA e Centro de Estudos Baianos.

Procurava pelos viajantes excursionistas da região de Jacobina. Desvendar como se deu a conquista do território da Jacobina e as resistências encontradas pelos europeus para implantar seu patrimônio civilizatório na região, constitui o objetivo, além de tentar encontrar vestígios dos negros nestas obras e documentos.

Para a construção do texto, foram retomados vários

clássicos como Antonil, Felisberto Freire, Saint-Hilaire e autores mais recentes como Eurico Alves Boaventura, utilizando sobretudo seus apontamentos com referência às rotas das boiadas sertanejas, à exploração do ouro e às notas sobre a região. Foram encontradas várias pessoas negras nas mais diversas situações e envolvidas em diversos arranjos produtivos, nos primeiros currais de gado, nas minas, no transporte de mercadorias e resistindo contra as intervenções das autoridades em seus quilombos.

O segundo capítulo tem como foco a região de Jacobina e os negros no século XIX. Foram explorados os números contidos nos diversos levantamentos populacionais realizados na região e também séries documentais específicas, como: os registros de Compras, Vendas e Doações e as Procurações contidos nos livros de registros dos diversos tabeliões de Jacobina, com a finalidade de mostrar a quantidade de negros integrando a população de Jacobina e região.

No terceiro capítulo, são explorados os registros das Cartas de Liberdade inscritos nos Livros de Registro dos Tabeliões de Jacobina e também as Cartas de Liberdade do Tabelionato de Morro do Chapéu. A intenção foi procurar saber como foi possível a conquista da liberdade pelos cativos da região e quais os valores envolvidos, monetários ou não. O paternalismo envolvendo as relações entre escravizado e senhor ficou marcado neste conjunto documental, mas também foi possível verificar as formas utilizadas pelas populações negras para tentar reconstruir suas vidas, após as

experiências da escravidão.

No quarto capítulo, utilizo como fontes principais as informações encontradas nos Autos de Processos Crimes e Cíveis de Jacobina guardados no Arquivo Público do Estado da Bahia e no Arquivo Público Municipal de Jacobina. Nelas foi possível reconstruir um pouco do cotidiano das populações negras na região na busca de mais autonomia.

Foi um grande desafio lançar mão da metodologia da descrição densa, proposta por Clifford Geertz³⁵ e também utilizada na historiografia por Sidnei Chalhoub³⁶. Com ela pretendia mostrar, a partir das histórias contidas nos documentos, as possibilidades de autonomia das populações afrodescendentes e dos escravizados, em especial na região de Jacobina, urgidas no cotidiano da relações.

³⁵ GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

³⁶ Essa metodologia foi proposta principalmente em CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**. São Paulo: Cia da Letras, 1990.

Capítulo 1

APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO: OS NEGROS E A COLONIZAÇÃO DA REGIÃO DE JACOBINA

APROPRIÇÃO DO TERRITÓRIO: OS NEGROS E A COLONIZAÇÃO DA REGIÃO DE JACOBINA

Foi fraco, entretanto, perceber-se, no sertão, o curso do sangue negro. Porque do pastoreio cuidaram o índio domesticado, o mestiço, filho do homem branco com a índia, abroquelados no bravião dos sertões distantes e ermos, exilados do mundo agitado, distanciados da censura, pelos longos parênteses afogueados dos horizontes vazios e silenciosos¹.

A afirmação acima reproduz a idéia vigente no sertão nordestino sobre sua gênese populacional, qual seja: a da influência dominante dos indígenas sobre os outros grupos constituintes da população sertaneja². Apesar de publicado em

¹ BOAVENTURA, Eurico Alves, **Fidalgos e vaqueiros**, Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989. p. 76

² Essa ver site: TERRA BRASILEIRA. **O Povo sertanejo**. Disponível em: <<http://www.terrabrasileira.net/indigena/contatos/sertanejo.html>>. Acesso em: 06 de jul. 2002.

1989, Eurico Boaventura escreveu seu texto na década de 50 do século XX, porém traz toda uma linguagem do século XIX ³.

Existe uma versão sobre o início de Jacobina como núcleo urbano, aqui transcrita sucintamente, usando como base os depoimentos e linguagem de alguns moradores da cidade na faixa etária de 60 a 70 anos, colhidos em 1997⁴. Meus comentários estão entre colchetes:

No começo [antes da chegada dos colonizadores], existiam, na região, muitos índios Payayas, sendo o mais influente um velho cacique chamado Jacó, cuja companheira era uma zelosa e sábia mulher, conhecida como Bina. Quando os brancos chegaram às Serras, foram muito bem recebidos pelo casal e seu grupo, que aconchegaram e davam abrigo a todos os sertanistas e missionários, excursionando pela região.

Os exploradores [no século XVI e início do XVII], em suas viagens de levar ou trazer gado e procurar por riquezas minerais, e também os religiosos sempre passavam pelas terras de Jacó e Bina, tornando-se um local de encontro e repouso dos vaqueiros e viajantes, em geral, vindos do litoral para o sertão e vice-versa.

³ BOAVENTURA, Eurico Alves, **Fidalgos e vaqueiros...** op. cit.

⁴ Depoimentos exploratórios realizados como parte do "Curso de História Oral: Técnicas e Usos", ministrado pelo professor Dr. Daniel Francisco dos Santos, realizado na UNEB/DCH-IV, Jacobina, 1997, para os bolsistas PIBIC, PICIM e alunos voluntários envolvidos em pesquisas.

A união dos nomes e a forma de pronunciar e falar rapidamente, bem ao jeito brasileiro de suprimir, encurtar, unir e até modificar, transformou a pousada de Jacó e Bina, em "Jacobina". Rapidamente os religiosos resolveram implantar Missões e os vaqueiros, seus currais na região. Do bom relacionamento, logo começaram os primeiros casamentos e a implantação definitiva dos brancos na região. Um pouco depois, exploradores fizeram as primeiras excursões e implantaram as minas. [Final do séc. XVII, quando se inicia a exploração do salitre na região].

A base dessa versão foi repetida pela totalidade dos entrevistados, independente dos locais de moradia, faixa etária e grau de escolaridade. Parece uma forma já cristalizada na memória coletiva da cidade desde muito tempo.

Affonso Costa, em memória apresentada no 5º. Congresso Brasileiro de Geografia realizado em Salvador em 1916, já falava nessa versão contada como experiência remota, ganhando estatuto de verdade entre a população local⁵.

A concepção de pequena proporção de negros e da povoação do sertão através da miscigenação de brancos e indígenas foi forjada desde meados do século XIX, com o indianismo na literatura, mas também vai beber em outras fontes do século XX, como democracia racial, lida de forma pragmática por parte

⁵ COSTA, Affonso. Minha terra: Jacobina de antanho e de agora. In: Congresso Brasileiro de Geographia, 5., 1916, Salvador. **Annaes...** Salvador: Imp. Oficial do Estado, 1918. p. 235-319.

da intelectualidade baiana. As bases teóricas deste raciocínio, portanto, são híbridas.

A revalorização do antepassado indígena funcionou como um amálgama para cimentar a coesão de um grupo bastante disperso e com cismas internas avolumadas e graves. Nos embates e reivindicações dos coronéis com a administração do Estado, estas idéias ganharam corpo e foram absorvidas ao longo do tempo.

Alves Boaventura, no texto citado anteriormente, reflete bem toda uma tendência de parte da bibliografia que tem o sertão como objeto. Os trabalhos destes escritores procuravam muito mais justificar uma situação instalada há séculos, representada pela concentração cada vez maior das terras nas mãos de poucos grandes latifundiários, a exploração da mão-de-obra rural e seu êxodo para as cidades, sem, entretanto, historiá-las. Porém elas também reforçam o pensamento, já enraizado nos sertões, da pequena quantidade ou inexistência de negros fora do litoral e do Recôncavo.

Afirmações como a de Boaventura continuam a dominar o cenário das produções sobre os núcleos urbanos do sertão baiano. Os autores estão sempre à procura dos grandes proprietários das sesmarias e suas comitivas, fundando fazendas, ou pequenos núcleos urbanos, com o passar do tempo, transformados em cidades.

Alguns desses novos corógrafos, utilizando Felisberto Freire como fonte quase exclusiva de pesquisa, confundem

Locais e até mesmo os donatários das vastas porções das terras doadas nas sesmarias. Este capítulo pretende dar visibilidade às populações negras da região de Jacobina, invisíveis nesses relatos, mostrando a ocupação do sertão e em quais trabalhos ou funções inseriam-se essas pessoas escravizadas, ou após a conquista de suas liberdades.

Um dos primeiros autores a chamar minha atenção para ajudar a desconstruir essa imagem de invisibilidade da população negra no sertão foi Luiz Mott. Em um pequeno texto, ele fala de quatro pessoas processadas pelo Santo Ofício, no século XVIII, na região de Jacobina⁶. Todos tinham em comum o fato de serem negros.

O vigário da freguesia de Santo Antônio, padre João Mendes, iniciou um sumário de culpa em 1745, movido contra três escravizados: Mateus Pereira Machado, dezesseis anos, escravo de Veríssimo Pereira; Luiz Pereira de Almeida, vinte anos, escravo de D. Antonio Pereira de Almeida; João da Silva, conhecido como Curto, trinta anos, natural da Costa de Luanda; e um afrodescendente livre, José Martins, vinte e cinco anos, casado. A principal acusação era portarem “bolsas de mandinga”, os hoje chamados patuás⁷.

Esse artigo chamou minha atenção pela autonomia relativa dos escravizados envolvidos nesse auto da Inquisição, expresso

⁶ MOTT, Luiz Roberto de Barros. Quatro mandingueiros de Jacobina na Inquisição de Lisboa. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 16, p. 148-160, 1995.

⁷ Id., *ibid.*, p. 154-155; 152.

pela grande mobilidade dos acusados, conforme as declarações contidas nos documentos transcritos, pois todos percorriam distâncias relativamente grandes para se encontrarem. Tinham, também, relações de amizades muito próximas, apesar de viverem em locais longínquos e os escravizados serem de senhores diferentes.

Outro ponto, bastante instigante foi o fato de um dos réus ser qualificado como liberto, ou seja, antes da segunda metade do século XVIII, já existia na região de Jacobina a possibilidade de conquistar a liberdade.

O questionamento de como esse escravizado tinha alcançado sua liberdade e o trânsito livre numa região extrema de colonização naquele momento motivou a pesquisa nos conjuntos documentais sobre a apropriação do território pelos europeus e de como foram trazidos os primeiros africanos e seus descendentes para a região.

A pergunta inicialmente posta sobre a autonomia dos escravizados foi a semente de outros questionamentos, sobretudo após a leitura das obras dos autores como Eurico Boaventura, pois a movimentação dos acusados pela Inquisição, conforme o artigo de Luiz Mott, contrastava com a falta ou fraqueza do "elemento negro" afirmada por essa bibliografia⁸.

⁸ Este tipo de trabalho continua fazendo muito sucesso nas cidades do sertão, com publicações esgotadas nas primeiras semanas de seu lançamento. Um pequeno exemplo disso são as obras de: LIMA, Dante de. **Mundo Novo: nossa terra, nossa gente**. Salvador: Contemp, 1988; QUEIROZ, Claudionor de Oliveira. **O Sertão que eu conheci**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1985.

Outros autores, já citados na Apresentação⁹, e mesmo Luiz Mott afirmavam a grande concentração de afrodescendentes em regiões distintas do sertão nordestino¹⁰. Porém, para a região de Jacobina, nada ainda havia sido pesquisado sobre isto. Iniciamos, portanto, esta parte procurando responder: Como os negros chegaram ao sertão das Jacobinas? Quais as motivações para a escolha da região de Jacobina?

1.1 A IMPLANTAÇÃO DA COLONIZAÇÃO NA REGIÃO DE JACOBINA

As terras, desabitadas ou não, deveriam cumprir seu ideal: servir bem à sua majestade real e seus súditos escolhidos. Portanto, nem bem a região foi percorrida pelos

⁹ PINA, Maria Cristina. **Santa Isabel do Paraguassu**: cidade, garimpo e escravidão nas lavras diamantinas, século XIX. 2000. 110 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2000; DANTAS, Mônica Duarte. **Fronteiras movediças**: relações sociais na Bahia do século XIX. 2002, 295 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2002; MORENO, José Ricardo. **Escravos, quilombolas ou meeiros?** 2001. 158 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2001; PIRES, Maria de Fátima. **O crime na cor**: a experiência escrava no alto sertão da Bahia - Rio de Contas e Caetité - 1830-1888. 1999, 255 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999; e FAGUNDES, Erivaldo. **Uma comunidade sertaneja**: da sesmaria ao mini-fúndio. Salvador: EDUFBA: UEFS, 1998.

¹⁰ Só para citar algumas destas obras: MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Piauí colonial**: população, economia e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portella/Fundação Cultural do Estado do Piauí, 1985; MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe del Rey**: população, economia e sociedade. Aracaju, FUNDESC, 1986.

primeiros exploradores do sertão, dando notícias de suas riquezas naturais, alguns até omitindo informações das tribos nativas ali instaladas, a administração colonial em Salvador passou a preocupar-se com a organização de doação dessas terras, adotando o sistema de concessão de sesmarias. A ocupação mais fácil era com a criação de gado.

Já em 1609 foi feita uma concessão na região de Jacobina a Antonio Guedes:

[...] nas cabeceiras das suas terras toda a m^s. houver entre os R^{os}. Inhambupe e Itapicurú, e para o Sertão 10 leg^s. med^{as}. Rumo dir^{to}. Com todas as pontas, enseadas, matos, agoas e m^s. pertenças ¹¹

Em outras concessões feitas a Antonio Guedes de Brito e seu pai, Antonio de Britto Correia, evidenciam-se outros acidentes geográficos da região, como as cabeceiras ou os Rios Jacuípe e Itapicuru, aparecendo como balizas demarcatórias, ou *peões*, como citados nos documentos, dos limites das terras a eles concedidas.

Ainda em outras concessões, principalmente de Belchior da Fonseca, Francisco Dias D'Avila, Padre Antonio Pereira, Manoel Velho de Miranda e Garcia D'Avila, também aparecem topônimos como "peões" demarcatórios pertinentes à região.

¹¹ ARQUIVO NACIONAL (AN), Códice 155, Fundo: Tesouraria da Fazenda da Província da Bahia, livro 1, p. 68.

Na carta concedida a Bernardo Vieira Ravasco, irmão do famoso Padre Vieira, e identificado como grande criador de gado vacum, conforme carta de 07 de junho de 1655, registrada no 6º Livro de Provisões Reais, encontrei a seguinte menção:

Dónde acaba a dada de Luiz de Figr.do., na larg.a della p.^a de Norte, encostadas á Serra da Jacobina, p.la. p.te. de Oeste, as quaes se contarão d'onde acaba a m.ma. dada de Luiz de Figr.do. q. começa d'onde o p.e. Ant^o Pereira se introduzio sem leg.^o do Gov.^o, e caso não sejam capazes de cultura as 10 leg.s. confrontadas, serão tomadas em ql.qr. p.te. da Serra e Campos, q. junto á ellas se acharem pela p.te. de Oeste, correndo sempre encostada á Serra p.^a a p.te. do Rio de S. Francisco, e m.s. a q. além das 10 leg.s. ped.as. houver até o R.o de S. Fran.co. p.ta. p.te. de Oeste na m.ma. Serra da Jacobina, q. se achar desde as 1as. Aldeias do Gentio, vizinhas á mesma Serra até o Rio de S. Francisco, com todas as agoas, campos;¹²

O padre Antonio Pereira recebeu uma concessão de terras na região de Jacobina por carta do dia 02 de janeiro de 1659¹³.

As sesmarias privilegiavam os mais abastados e as pessoas com boas relações com os administradores, porém no documento

¹² AN. Códice 155, Fundo: Tesouraria da Fazenda da Província da Bahia, Livro 1, p. 20.

¹³ AN. Códice 155, Fundo: Tesouraria da Fazenda da Província da Bahia, Livro 1, p. 27

não havia garantia de estarem essas terras desocupadas de indígenas e grupos aquilombados, tampouco os donatários asseguravam uma efetiva ocupação realizada por eles próprios. Na maior parte das vezes, esta ocupação era realizada por pessoas de total confiança dos donatários, que deixavam os encargos e perigos de sobreviver nas terras inóspitas e negociar com os grupos autóctones a cargo desses prepostos.

Alguns vaqueiros e posseiros eram mestiços ou brancos pobres, sem nenhum prestígio em Salvador para obter sesmarias junto às autoridades reais, e que partiam rumo ao sertão para "tentar a vida", protegidos pelos senhores de terras aos quais deviam o foro anual. Assim, iam ampliando as áreas agricultáveis e de pastagens no sertão.

Pedro Calmon descreve a utilização do gado, por Garcia D'Ávila, como principal elemento de penetração rumo ao sertão:

Os outros sertanistas se apossavam do país com tropas de guerreiros; êle o empalmou, com as suas boiadas. O rebanho arrastava o homem; atrás dêste, a civilização. A terra ficava à mercê da colonização: êle a inundou de gados, em marcha incessante para o interior. Aquelles animais levavam nas patas os limites da capitania. Dilatavam-na ¹⁴.

A estratégia de primeiro ocupar as terras com gados, fazer melhorias e posteriormente tratar dos documentos de

¹⁴ CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. p. 39.

doação também era utilizada por outros potentados na mesma época, causando inclusive várias disputas, principalmente entre os Guedes de Brito e os Garcia D'Avilla.

A implantação do gado foi acolhida como um benefício para a colonização das terras sertanejas e para a coroa, porém para os indígenas era uma outra forma de expulsão, pois os grupos nativos sertanejos não conheciam esse animal estranho, além de causar danos à microecologia local e, conseqüentemente, ao modo de vida dos grupos autóctones ligados a ela.

O cérebro da Casa da Torre, apelido dado ao padre Antonio Pereira por Pedro Calmon¹⁵, provavelmente utilizava os mesmos métodos adotados pelo cabeça da casa que:

[...] com suas boiadas escolhia caminhos apropriados para constituir toscos currais, onde deixava, em cada um deles, um casal de escravos encarregados de zelar por dez novilhas, um touro e um casal de equinos.¹⁶

As terras doadas ao Padre Antonio Pereira, já estavam efetivamente ocupadas por um seu escravo, também chamado Antonio, e há muito tempo radicado no sertão, provavelmente na própria região, pois conhecia a localização e a língua dos grupos nativos, além de saber os caminhos por onde transitar e formas mais adequadas de sobrevivência nas matas sertanejas.

¹⁵ CALMON, Pedro. *História da...*, op. cit., p. 38

¹⁶ BAHIA, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia da. **Diagnóstico Parâmetro para Avaliação do PDRI**: Irecê, Salvador: CEPACentro Estadual de Planejamento Agrícola, 1984. p. 64.

Os donatários não enfrentavam, eles mesmos, o calor e a seca da caatinga, muito menos as dificuldades da agricultura e pecuária ou os diversos contatos, às vezes não amistosos, com os índios. Este trabalho foi feito pelos negros escravizados deixados pelos grandes donatários para cuidar dos currais e demais interesses dos senhores. No caso do crioulo Antonio citado acima, ele ainda aprendeu a língua dos nativos e exercia uma grande influência sobre os grupos nativos.

O autor anônimo do *Roteiro do Maranhão a Goiás*¹⁷, deixou grafado esse costume sertanejo da construção dos primeiros currais em locais ermos:

Levantada huma caza coberta pela maior parte de palha, feitos huns curraes, e introduzidos os gados, estão povoadas tres legoas de terra, e estabelecida huma fazenda[...] Em cada huma fazenda destas, não se ocupão mais de dez, ou doze escravos, e na falta delles os mulatos, mestiços, e pretos forros, raça de que abundão os Sertões da Bahiã, Pernambuco, e Siará, principalmente pelas visinhanças do Ri o de S. Franci sco.¹⁸

Segundo Flávio Rabelo Versiani, o absentéismo era uma prática comum no século XIX e foi observado por Saint-Hilaire em várias partes do Brasil. Esta forma de administrar as

¹⁷ ROTEIRO do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí (1780). *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, T. 62, parte 2, 1900. p. 60-161.

¹⁸ ROTEIRO do Maranhão a Goiás..., op. cit., 1900, p. 88.

propriedades rurais proporcionava uma autonomia enorme aos africanos e seus descendentes envolvidos na produção agrícola sertaneja¹⁹.

O caso de Antonio mostra a autonomia conquistada por esses negros no sertão, pois os senhores ficavam a muitas léguas de distância das propriedades rurais, favorecendo, além da autonomia, a conquista da amizade e do respeito das lideranças indígenas e também dos poderes locais. Porém, em uma troca de dirigentes da administração, isto também poderia ser um ponto negativo.

Uma portaria do governador Alexandre de Souza Freire de 1668, referente às indisposições e disputas territoriais entre os Garcia D'Avilla e os Guedes de Brito, trouxe outra informação apontando contatos entre as populações nativas e negras. Nesse documento, o crioulo Antonio: "grande lingua, e mui obedecido dos gentios", escravo do Padre Antonio Pereira da família Garcia D'Avilla e possuidor de sesmária na região de Jacobina, foi citado como um dos principais responsáveis por incitar os ataques dos indígenas contra as propriedades dos Guedes de Brito²⁰.

O registro enaltece o poder de convencimento exercido por Antonio sobre os grupos autóctones da região. Fica evidente

¹⁹ VERSIANI, Flávio Rabelo. Os escravos que Saint-Hilaire viu. *Revista História Econômica e Economia de Empresas*, ABPHE, v. 3, n. 1. 2000. Disponível em: <http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd37/versaint.pdf> acesso em 12 dez. 2004.

²⁰ DOCUMENTOS HISTÓRICOS da Bibliotheca Nacional (DHBN), Rio de Janeiro, v. 7, P. 380.

também a credibilidade do escravizado junto aos indígenas, induzindo-os inclusive a atacar vários currais pelo sertão adentro até as beiras do Rio São Francisco.

Borges de Barros toca no tema de afrodescendentes aliciando as populações indígenas para lutas contra os colonizadores europeus:

As resoluções regias considerando livres os selviolas, apesar de seu rigorismo não tinham aplicação pratica: e entre os dictames da Justiça, raras vezes efficiente neste particular e a acção dos catechisadores e dos Sertanistas e bandeirantes só uma solução se lhes afigurava plausivel: a revolta.

[...] já então insuflada pelos negros dos mocambos.²¹

A escravização de índios estava proibida desde 1570 por Ordem Régia de D. Sebastião. Apesar das sucessivas reedições, os indígenas continuaram a ser escravizados, na região de Jacobina, até o século XIX, quando encontrei cartas de liberdade de escravizados "tapuias"²².

²¹ ANNAES do Archivo Publico do Estado da Bahia (AAPEBA), anno 3, v. 4 e 5, Bahia: Imprensa Official do Estado, 1919, p. 174.

²² A proibição de escravização de índios também foi tema de uma Lei de 1587, reafirmada com um Alvará de 1611 e no Regimento enviado junto com o Governador Geral do Maranhão e Grão-Pará de 14/04/1655 entre outros. Cf. PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séc. XVI e XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

Pelas reedições, fica muito clara a intenção dos poderes reais portugueses em reafirmar a liberdade dos indígenas. Isto também denuncia a desobediência sistemática às várias Leis, Decretos e Regimentos pelos súditos nas colônias. Neste embate jurídico, estavam sendo prejudicadas as populações autóctones, sempre sujeitas aos trabalhos compulsórios e às vicissitudes da escravização até o século XIX.

Menos de um século das primeiras entradas passarem na região, as terras "das Jacobinas"²³ já eram utilizadas principalmente como local de engorda e descanso de gado, a forma mais fácil de cumprir a cláusula de ocupação presente nas cartas de concessão das doações de terras do sertão baiano.

Segundo Antonil, as boiadas vindas do Piauí, Pernambuco, Barra de Iguaçu, Parnaguá e rio Preto iam quase todas para a Bahia "por lhes ficar melhor caminho pelas Jacobinas, por onde passam e descansam"²⁴.

Em tempos de seca, as boiadas vindas desses lugares eram vendidas "nas Jacobinas" onde permaneciam por seis, sete ou até oito meses para, só depois de novamente engordarem, serem enviadas para seu destino final, podendo ser o porto de Cachoeira ou a "Cidade da Bahia". Neste momento, já se

²³ Os textos mais antigos se referem à região como "as Jacobinas" ou "as serras das Jacobinas". Ver nos anexos as várias figuras representando a região em vários séculos.

²⁴ ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**, 3. ed., Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: USP, 1992. p. 200.

revelava a característica comercial do núcleo urbano de Jacobina.

Apenas para lembrar, em condições normais de criação extensiva, um pecuarista precisa deixar um boi no pasto para chegar ao ponto de abate, pelo menos durante trinta e seis meses. Príncipe Maximiliano fala explicitamente que, nas Minas Gerais, os fazendeiros só colocavam as vacas para cruzar com quatro anos²⁵. Portanto a estada deste gado em Jacobina era perfeitamente viável, do ponto de vista dos costumes de trato com o gado, naquele momento.

Antonil teve sua obra publicada pela primeira vez em 1711, mas as informações devem ter sido colhidas no final do século XVII, antes da criação da vila em 1720²⁶. De qualquer forma alguma experiência de organização administrativa já estava sendo tentada na região, quando Antonil recolheu suas informações.

A freguesia de Santo Antônio de Jacobina data de 1682, porém sua sede foi erigida onde hoje é a cidade de Campo Formoso, local conhecido no passado como Jacobina Velha. A freguesia de Santo Antônio da Villa de Jacobina foi criada somente em 1758, desmembrada da anterior Freguesia de Santo Antônio de Jacobina, passando a ser denominada Freguesia Velha

²⁵ WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano. **Viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1989.

²⁶ Carta Régia de 5 de agosto de 1720.

de Santo Antônio de Jacobina. Mas as confusões entre as duas permaneceram até o século XIX.

Em consulta aos livros de registros eclesiais da região, deparei em suas aberturas com “Freguesia da Villa Velha de Santo Antonio de Jacobina” ou “Freguesia de Santo Antonio de Jacobina Velha” ou, ainda, “Freguesia Velha de Santo Antonio de Jacobina” ocasionando imprecisões para os pesquisadores atuais. Muito provavelmente, esta profusão de nomes parecidos causava problemas também aos párocos e outros administradores daquela época, pois isso tudo provocava uma enorme indefinição dos limites de cada uma delas.

A sede da vila foi transferida em 1724, do povoado fundado junto à Missão de Nossa Senhora das Neves do Sahy, onde havia sido instalada em 1722, para a Missão do Bom Jesus da Glória²⁷. Segundo os documentos, a transferência foi realizada para facilitar o controle dos garimpeiros, das minas auríferas e contentar os moradores não dispostos a sair de suas residências distantes vinte e duas léguas ou até mais da sede do juizado²⁸. Mas os limites da Vila implantada não ficaram estabelecidos de forma clara em nenhum desses documentos de criação.

²⁷ A Igreja da Missão na cidade de Jacobina é ainda preservada nas suas características originais e foi tombada pelo Patrimônio Histórico, permanecendo como marco da ação franciscana e das primeiras investidas dos colonizadores na região.

²⁸ Conforme cartas citadas por COSTA, Affonso. *Minha terra...*, op. cit., p. 239-241; e, ainda, em SILVA, Ignácio Accioly de Cerqueira e. **Memórias históricas e políticas da Província da Bahia**. Salvador: Imp. Oficial do Estado, 1925. v. 2. p. 351-359.

Existem documentos denunciando uma briga jurídica entre os principais donatários da região e os habitantes quanto à questão da instalação da sede da Vila, do Juizado e pagamento de impostos. Mas isto também não lança nenhuma luz ou traz conhecimentos sobre os limites da Vila.

Os primeiros desmembramentos territoriais começaram antes de decorridos trinta anos de fundação da Vila de Jacobina. "A comarca de Jacobina ao principio era assás vasta, porém foi coarctada por ocasião da criação das do Rio-de-Contas e de Centocé." ²⁹.

Quando a Ouvidoria de Jacobina foi criada em 10 dezembro de 1734, estavam sob sua jurisdição, além da Vila de Jacobina, a de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio das Contas, as Minas Novas e partes de Serro Frio, que passaram posteriormente a ser comarcas autônomas.

Na prática, tudo fora da jurisdição da comarca da Bahia e de Sergipe, era comarca de Jacobina, e a partir daí, sua área vai sendo desmembrada.

Jacobina foi, no século XVIII, um dos maiores municípios da província. Seu primeiro desmembramento ocorreu em 1746, quando se emancipou a Freguesia de Urubu de Cima, com sede na atual Paratinga. No século XIX, três novos municípios se

²⁹ SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. **Diccionario geographico historico e descriptivo do Império do Brazil**. Paris: J. P. Aillaud, 1845. Verbete: Jacobina.

emanciparam de Jacobina: Monte Alegre (1857), hoje Mairi; Morro do Chapéu (1864); e Riachão do Jacuípe (1878).³⁰

A atual configuração do município data de meados de 1980, quando acontecem as mais recentes emancipações de distritos e criação de novos municípios, obedecendo às indicações e interesses dos “chefes políticos da ocasião”³¹.

Provavelmente Antônio falava de uma vasta região, indo do local da atual cidade de Morro do Chapéu, passando pela atual cidade de Jacobina até a atual cidade de Senhor do Bonfim, região com uma grande quantidade de terras destinadas às *invernadas*³², hoje ainda reservadas para pastagens com vários locais de aguadas e nascentes de diversos rios.

Afonso Costa, falando dos rios banhando a região de Jacobina, destaca:

As águas não são com a abundância quase demasiada que se registam nas matas, porque as condições meteorológicas que a tais terras presidem, tiram-lhes a característica dessas proveitosas vantagens. Todavia, as águas que as regam são bastantes á

³⁰ AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Jacobina e a Chapada Diamantina. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Org.). **Jacobina: passado e presente**. Jacobina: ACIJA, 1993. p. 21.

³¹ Para uma informação mais detalhada dos desmembramentos ver: BAHIA, Governo do Estado da. **Atlas do Estado da Bahia**. Salvador: Seplantec - Sec. do Planejamento, Ciência e Tecnologia/Centro de Planejamento da Bahia-CPB, [1976?], s/d.

³² Local de pastagem e água abundante, onde o gado descansa e reengorda após uma longa viagem, antes de ser enviado para o mercado consumidor.

satisfação dos muitos milhares de cabeças de gados que enchem os taboleiros, como às necessidades das plantações nas cati ngas di stantes.³³

Foi reforçada, por Affonso Costa, a principal atividade de Jacobina: a pecuária.

1.2 CONTESTAÇÕES E RESISTÊNCIA

Antônio Guedes de Brito, ao fazer a declaração de seus bens e da administração de suas sesmarias ao magistrado Sebastião Cardoso de Sampaio em 1677³⁴, fala da abertura de estradas “pelo norte” entre os rios Jacuípe e Itapicuru até Jacobina e daí até Cachoeira à procura de lugares para estabelecer seus currais.

À medida que a margem baiana do São Francisco ia sendo aproveitada, se tornava maior a distância da cidade do Salvador e seu recôncavo, onde existiam os principais consumidores de gado. A condução deste, beirando o São Francisco até a foz, e daí acompanhando o oceano, ficava cada vez mais penosa

³³ COSTA, Affonso. *Minha terra...*, op. cit., p. 260.

³⁴ Declaração de Antônio Guedes de Brito feita em 1677. Apud COSTA, Affonso. *Guedes de Brito, o povoador. Anais do Arquivo Público da Bahia*, Salvador: 1952. v. 32. p. 323

e demorada; impunha-se a serventia de caminho mais rápido.³⁵

A abertura dos novos caminhos era obrigação dos senhores das sesmarias. E os traçados destes caminhos procuravam a rota mais curta para a volta ao centro irradiador, desenhando-se triângulos onde o litoral, os rios e os novos caminhos eram seus lados.

Declara ainda o donatário Guedes de Brito que só no estabelecimento de uma das estradas, a do Itapicuru até o rio São Francisco, gastou

[...] três anos e sete meses, com cinquenta cavalos para os comboios, e trinta e cinco negros, os melhores de sua família e de grandes préstimos.³⁶

A visão de pessoas para serem gastas nos trabalhos propiciava também a idéia de reposição rápida da peça nos casos de castigos em excesso, o que parece estar ligado ao momento de montagem do conjunto de mecanismos interligando comercialmente o Brasil colonial, a África e a Europa. Esta triangulação propiciou a deportação forçada de milhões de pessoas da África para serem vendidas como mercadoria nas Américas e outras partes do mundo.

Não só os trabalhadores escravizados encarregados dos árduos serviços de abrir estradas eram *gastos* na região de

³⁵ ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800 & Os Caminhos antigos e o povoamento do Brasil.** (1924). Brasília: Ed. UnB. 1982. p. 243-244.

³⁶ Apud COSTA, Affonso. Guedes de Brito, o povoador. **Anais do Arquivo Público da Bahia.** Salvador, 1952. v. 32. p. 325.

Jacobina, em fins do século XVII. Atos de castigo em excesso foram cometidos por responsáveis pela Fábrica de Salitre de sua Majestade, em funcionamento até o final do século XVII, denotando uma falta de cuidado com o patrimônio do rei:

Sobre o negro de Sua Magestade, que Deus guarde, que morreu, examinará Vossa Mercê com toda a particularidade, se a causa da sua morte foi o castigo que lhe deu o fabricante, e achando ser assim, porá Vossa Mercê em arrecadação o seu valor, por não ser justo, que a Fazenda Real o perca.³⁷

A preocupação maior não era com relação à salubridade do trabalho no salitre, ou aos excessivos castigos impostos aos trabalhadores, ou à punição do culpado pela morte do negro, mas com o ressarcimento dos cofres públicos, pois o negro era propriedade de sua majestade, o rei.

Portanto os escravizados não passavam de itens para serem exauridos nos trabalhos e contabilizados nas despesas gerais. Neste episódio em especial, Antonio Guedes de Brito pleiteava o abatimento de suas dívidas pelos serviços públicos prestados, além de todos os dispêndios normais da construção civil, os afrodescendentes consumidos eram "os melhores de sua família", portanto tinham maior valor agregado.

Segundo o mesmo Chaloub, os escravizados "oscilavam entre a passividade e a rebelião", para os autores estudiosos

³⁷ DHBN, v. 40, p. 150.

da perspectiva da coisa-ficção. Mas “[...] a violência da escravidão não transformava os negros em seres ‘incapazes de ação autônoma’ ”³⁸.

O historiador Walter Passos afirma em seu livro *Bahia, Terra de Quilombos*:

Em meados do século XVI chegaram os primeiros escravizados à colônia lusitana. Já nestes recuados anos, cativos escapavam aos senhores e embrenhavam-se nas matas e sertões.³⁹

Alguns autores atribuem a esse momento de revolta e fuga a única forma do escravizado deixar de ser coisa e exprimir sua humanidade⁴⁰, ou seja, o escravizado só se torna humano no momento de exprimir sua raiva, sua agressividade. Esta posição de revolta se contrapõe à posição de submissão extrema do escravo-coisa⁴¹.

A própria escolha de fugir e juntar-se a um quilombo deveria ser uma decisão bastante difícil, retratando toda humanidade do escravizado, pois o indivíduo deveria refletir sobre os caminhos e rumos disponíveis, uma coisa inerente à

³⁸ DHBN, v. 40, p. 42

³⁹ PASSOS, Walter de Oliveira. **Bahia terra de quilombos**. Salvador: Edição do Autor, 1996. p. 4.

⁴⁰ GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1980. p. 65; CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Cia da Letras, 1990. p. 41.

⁴¹ ver SILVA, Eduardo; REIS, João José. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**, São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

vida de todo ser humano nestes momentos cruciais, pois seria uma trilha sem volta. Uma vida nova e incerta poderia começar. O sucesso na fuga e o engajamento ao quilombo transformariam totalmente sua vida, principalmente seu estatuto social: de escravizado, ele seria agora um foragido – um negro fujão.

As serras sempre foram ótimos lugares para esconderijos de escravizados procurando a almejada liberdade, seja pela dificuldade de acesso para os inexperientes dos caminhos locais, seja pela melhor equalização de defesas contra agressores. Além disso, as serras de Jacobina ainda somavam, a favor dos afrodescendentes, os grupos indígenas revoltosos, no período, aliados estratégicos contra os conquistadores brancos. Só para lembrar, na Serra da Barriga foi erguido o mais temido e famoso quilombo do período Colonial, o de Palmares.

Na consulta a documentos referentes ao século XVII, são inúmeros os casos nos quais o desejo de autonomia total do escravizado foi traduzido nas fugas e estruturação de quilombos, e como este anseio pode ser considerado um dos fortes motivos para ocupação do sertão, tanto por parte dos escravizados fugitivos como por parte das autoridades, tentando coibir estes empreendimentos.

Os documentos dos Capitães-Mores do Sertão atestam a existência de Quilombos na Região de Jacobina, já no século XVII. Os *Annaes do Arquivo Público do Estado da Bahia* transcreve várias cartas de patentes, como a de:

MANOEL BOTELHO DE OLIVEIRA venceu os mocambos de Papagayo, Rio do Peixe e Gamelleira em Jacobina.

Obteve o cargo de Capm-mór desses districtos por ter emprestado 22.000 cruzados de sua fazenda para a criação da Casa da Moeda.⁴²

A carta de patente citada acima foi transcrita do livro de cartas dos anos de 1678 a 1688. Segundo os dicionários do século XVIII e XIX, mocambo era "habitação feita nos Mattos pelos escravos pretos fugidos no Brasil", ou "habitação, que fazem os pretos fugidos nos Mattos, chamada por outro nome, Quiombo", ou ainda "vivenda feita pelos negros fugidos no Brazil"⁴³.

Além do título acima, encontrei transcritos nos mesmos *Annaes*, porém publicadas no ano anterior, as cartas dos anos de 1703 a 1712, entre elas a seguinte do ano de 1705:

[...] porquanto Damiam Cosme de Faria, Capm. Mór das Entradas dos Mocambos, e negros fugidos dos districtos 'que ha de toda a serra da Jacobina, e Caraquanha athê o Ryo de S. Francisco', se passa para o districto da Parnahyba, por cuja razam fica vago o dito posto: o convem ao serviço de V. Magestade que Deus guarde e bem commum dos

⁴² AAPEBA, anno 4, v. 6 e 7. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1920. p. 203.

⁴³ SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza**. Lisboa: Typ. Lacerdina, 1789; SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza, recopilado dos vocabularios impressos**. Lisboa: Typ. Lacerdina, 1813; PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da lingua brasileira**. Ouro Preto: Typ. De Silva, 1832; VIEIRA, Frei Domingos. **Grande diccionario portuguez ou Thesouro da lingua Portugueza**. Porto: Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1873.

moradores daquellas partes provello em pessoa de valor, intelligencia e pratica nos mesmos districtos: respeitando eu a boa informação que o Capm. Mór Antonio de Almeida Velho, Administrador do Salitre, me fez da de Domingos Netto Pinheiro Capm. Mór das Entradas de outros districtos há mais de sete annos, em que se empregou no serviço de S. Magestade com zelo e satisfação e executando pontualmente todas as ordens que se lhe encarregarão.⁴⁴

Portanto a região de Jacobina constituiu-se, desde as primeiras tentativas de colonização europeia da região, em um local de preocupação dos administradores para garantir a faixa de terra como território livre de impedimentos à expansão da criação de gados e/ou cata de minerais preciosos.

A documentação dos juizes municipais de Jacobina, até meados do século XIX, apresenta vários casos de escravizados tentando a fuga como um caminho possível de conquistar a sonhada liberdade, e a região de Jacobina parece ser de grande atração para conseguir este intento⁴⁵.

Nomeando seguidos capitães, as autoridades tentavam impedir a ocupação das várias serras pelos escravizados fugidos. Estas terras precisavam ser guardadas e guarnecidas,

⁴⁴ AAPEBA, anno 3, v. 4 e 5. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1919. p. 226.

⁴⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEBA). Seção: Colonial e Provincial, fundo: Juizes, Maço: 2430.

mas este desejo dos administradores parece não ter surtido o efeito desejado. Existia também um forte impedimento aos avanços dos colonizadores europeus: os grupos indígenas.

Além dos grupos negros que procuravam sua liberdade, também os grupos nativos batalhavam, não obtê-la, mas por garanti-la e isto se contrapunha às diretivas da colonização portuguesa. Borges de Barros relata formas de aproximação, amizade e solidariedade entre os grupos nativos e grupos afrodescendentes no sertão baiano.

Em um texto falando das rebeliões indígenas nos dois primeiros séculos de penetração do sertão, ele assegura que:

Ao elemento indígena allivava-se um outro de não menos importância: os negros fugidos ao cativeiro, os quaes se aqui lambavam nos recessos das mattas.⁴⁶

A mesma repressão aplicada contra os nativos era empregada aos escravizados fugidos. Algumas das expedições de entradas para o sertão eram organizadas para combater os nativos e também os mocambos, como a de 1619, chefiada por Antonio de Araújo e João de Mendonça:

A entrada era não apenas aos Índios, mas também a 'desfazer um couto ou mocambo (como lhe na terra chamam) que os escravos fugitivos tinham feito

⁴⁶ AAPEBA, anno 3, v. 4 e 5. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1919, p. 174.

naquele sítio'. Baixaram 200 pessoas que se colocaram na Aldeia do Espírito Santo.⁴⁷

Algumas ordens dos governadores são bastante explícitas quanto a este duplo objetivo, mas com o tempo tentou-se utilizar os indígenas contra os negros:

Porquanto convem que Francisco Rodrigues capitão do campo do districto desta cidade, vá com oito soldados e dezessis indios a dar em uns mocambos de que tem noticia [...]⁴⁸

Assim como esta ordem, existem semelhantes espalhadas ao longo de todo o século XVII.

As vicissitudes da repressão recaíam sobre as populações negras e indígenas de Jacobina da mesma forma e às vezes até com o mesmo repressor utilizado pela administração central. Ficaram documentados, esses indícios, nas patentes dos capitães-mores "das Entradas e Mocambos, e Negros fugidos", Damiam Cosme de Farias e Domingos Netto Piuhéyn⁴⁹.

Existe também a informação de alguns mocambos destruídos no final do século XVII, como a citação na patente conferida a Manoel Botelho de Oliveira⁵⁰. Além desses, foram também

⁴⁷ LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Liv. Portugalia; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945. t. 5, p. 270.

⁴⁸ DHBN, n. 7, p. 118

⁴⁹ AAPEBA, anno 4, v. 6 e 7. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1920, p. 226.

⁵⁰ AAPEBA, anno 4, v. 6 e 7. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1920, p. 203. (o livro citado refere-se aos anos de 1678 a 1688).

encontrados documentos falando de várias entradas contra os mocambos no início do século XVIII, na região de Jacobina⁵¹.

No início do século XIX, foram descobertas novas minas de ouro na comarca de Jacobina, mas para explorá-las era preciso a destruição de dois "Quilombos de negros que existiam naquelas paragens"⁵².

O fato de grupos de escravizados, procurando uma vida autônoma em relação aos colonizadores europeus, ocuparem territórios no sertão, com ausência dos grupos indígenas, foi bastante documentado.

Gilberto Freire constata a adaptabilidade dos quilombos em oposição aos grandes latifúndios, quando fala das diferentes formas de ocupação das terras brasileiras e exploração da floresta tropical:

A floresta tropical, devastada pelo colonizador português no interesse quase exclusivo da monocultura da cana ou da Metrópole faustosa, era um obstáculo enorme a ser vencido pela colonização agrária do Nordeste. O colonizador português venceu tão poderoso inimigo, destruindo-o. O colonizador negro, não: venceu-o, em parte, adaptando-se à floresta, em parte adaptando a floresta às suas

⁵¹ ANNAES da Biblioteca Nacional (ABN), v. 10, 1882-1883, P. 308 passim.

⁵² Ofício do ouvidor da Comarca de Jacobina, José da Silva Magalhães de 10 de dezembro de 1801, In: ABN, v. 36, 1914. p. 475.

necessidades de evadido da monocultura escravocrata e latifundiária.⁵³

Na região de Jacobina, segundo Walter Passos, existiram vários Quilombos. Além dos já citados, ele destaca: Morrinhos, Cruz das Almas e Charada, no atual município de Várzea da Roça; Lajes dos Negros e Mucambinho, no município de Campo Formoso; Gruta dos Palitos, em Saúde; Barra dos Negros, Vereda, Veredinha e Velame, em Morro do Chapéu⁵⁴.

Existem na região, além das comunidades e locais citados, as comunidades de Coqueiros, no município de Mirangaba; Itapura, mais conhecido como Mocambo dos Negros, no município de Miguel Calmon; e Tijuaçu, no município de Senhor do Bonfim, todas elas instaladas no alto de serras, e mesmo ainda hoje o acesso a algumas delas é difícil, a não ser parte de Tijuaçu que fica na beira de uma auto-estrada bastante movimentada, a BR-116, cujo curso atual foi estabelecido em fins da década de 50, do século XX.

Segundo Borges de Barros, uma das principais provas da colonização baiana no lado Ocidental da região do São Francisco foi “a repressão dos negros aqui lombados”, empreendida e financiada pelas autoridades coloniais. Ainda corre na Justiça

⁵³ FREYRE, Gilberto. A Cana e a Mata. In: _____. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937. Disponível em: <http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/livros/nordeste/3cap_cana_e_mata.htm>. Acesso em: 15 mar. 2000.

⁵⁴ PASSOS, Walter de Oliveira. **Bahia terra de quilombos**. Salvador: Edição do Autor, 1996.

um processo do Ministério Público para desapropriação, delimitação, demarcação e entrega de título de posse definitiva das terras ocupadas pela Comunidade Negra de Rio das Rãs, Bom Jesus da Lapa, BA⁵⁵.

Os negros fugidos recuperados perdiam não só sua autonomia maior, pois eram presos, como também perdiam o direito de reconstruírem seus laços comunitários, pois eram separados de suas famílias, assim como ocorria com os indígenas sobre os quais se aplicavam a Guerra Justa.

A repartição do botim autorizada pelo Governador Diogo Luiz de Oliveira da entrada realizada no primeiro quartel do século XVII, chefiada por Affonso Rodrigues Adorno, enumera várias pessoas que:

[...] se forão entregando aos soldados que forão na dita jornada as pessoas que cada hum delles coube, [...] na forma seguinte: a saber[...] Antonio Sarai va, morador no dito Peroassú, recebeo huma India por nome Paula, e hua rapariga por nome Genebra; [...] Domingos Gonçal ve, morador no Acupe, recebeo hua negra por nome Vi ol ante; Antonio Pavão, recebeo hum negro por nome Diogo, morador no Peroassú[...]⁵⁶

⁵⁵ BRASIL, Tribunal Regional Federal (7. Vara da Justiça Federal da Bahia). Ação Ordinária Nº. 93.12284-3, Apelante: Advocacia Geral da União, apelado: Bial Agropecuária Ltda.

⁵⁶ SILVA, Ignácio Acioly de Cerqueira e. **Memórias históricas...**, op. cit., v. 2., p. 74.

As vicissitudes e adversidades do cativo imposto nas entradas de preamento, incursões ao sertão em busca de grupos indígenas para escravidão, e nas guerras contra os quilombos, uniam os indígenas e os afrodescendentes, possibilitando as revoltas e ataques conjuntos:

Os da Serra de Tiúba uniram-se aos negros e assaltaram o Rio S. Francisco, encontrando resistência em Felizardo Ribeiro Lisboa.⁵⁷

Os contatos entre os indígenas da região e afrodescendentes parecem ter ocorrido desde as primeiras entradas. Algumas expedições religiosas exploradoras do sertão baiano e com passagem comprovada por Jacobina traziam em sua composição, além de europeus e índios mansos, os negros.

Segundo Serafim Leite a expedição do frei Rafael Cardoso tinha como um dos participantes um afrodescendente, muito entendido do sertão: os jesuítas

Dirigiam-se aos montes das 'Jacuabinas', que se estendem ao norte por 40 léguas, notáveis pelo número dos seus Tapuias em número de 80 Aldeias. Ao chegar às Jacuabinas, vieram muitos Índios ao seu encontro para os saúdar sem darem mostras de receio, antes com satisfação. Falavam língua diversa, que sabia um negro que os Padres levavam consigo.⁵⁸

⁵⁷ AAPEBA, anno 3, v. 4 e 5. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919. p. 175.

⁵⁸ LEITE, Serafim. *História da Companhia...*, op. cit., p. 271.

A penetração chefiada pelo padre jesuíta Jacob Roland e o teólogo João de Barros, foi batizada como *Missão das Jacobinas*, passou por "São Pedro do Saguipe, em seguida Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru, aldeia de Maracaçará, Jacobina e Sapoiá." ⁵⁹.

Essas missões religiosas itinerantes parecem ter seguido o rastro das entradas de preamento, em busca de mão-de-obra para os engenhos. Os sacerdotes tentavam aproximação com os grupos nativos não conhecidos do sertão, buscando, quando possível, anteciparem-se aos leigos nos "descobrimientos" e primeiros contatos, evitando assim as capturas e posteriores vendas e escravizações no litoral. A utilização de afrodescendentes servindo de "língua" parece freqüente nesses primeiros tempos de colonização.

Um indício de contato anterior, entre afrodescendentes e grupos autóctones sertanejos, é uma carta do Conde de Atouguia, governador geral no ano de 1654, para o Sargento Pedro Gomes a respeito de:

[...] dous negros que fugiram do gentio para nós, um que há muitos annos estava mettido com elles, e outro que agora levou nesta ultima occasião [...]⁶⁰

Recomendando que se:

⁵⁹ FRANCO, Tasso. **Serri nha**: A colonização portugueza numa cidade do sertão da Bahi a. Salvador: EGBA: Assembl éia Legi sl ativa do Estado da Bahi a, 1996. p. 23.

⁶⁰ DHBN, v. 3, p. 224.

Faça logo toda a diligencia por estes negros, e os remetta a esta praça com summa brevidade, porque serão mui importantes para as noticias e disposições da jornada que se intenta.⁶¹

Eles tornavam-se fundamentais porque poderiam prestar informações a respeito da região e da localização dos grupos indígenas, pois a “jornada intentada” eram as várias campanhas de Guerras Justas organizadas contra os nativos do sertão.

O mais instigante, neste documento, foi a presença de afrodescendentes aceitos e respeitados pelos grupos indígenas nesse momento da colonização, explicitando uma certa movimentação pelo sertão, atestando uma autonomia de ir e vir.

Além dessas expedições dirigidas por religiosos, outras incursões esquadri nharam a região em foco, procurando por grupos indígenas revoltosos.

No regimento do Ajudante Luiz Álvares de 21 de dezembro de 1657, para a transferência e instalação dos Payaya para as Serras do Orobó, assim aparece a convocação do crioulo Antonio:

[...] marche logo com os vinte e cinco Soldados que se lhe tem nomeado, e levando em sua companhia os Principaes dos Payayases, e o crioulo Antonio Pereira escravo do Padre Antonio Pereira como lingua, e pratico [...]⁶²

⁶¹ DHBN, v. 3, p. 224.

⁶² DHBN, v. 4, p. 57.

As funções de guias e línguas exercidas por esses escravizados certificam uma forma de autonomia bastante vantajosa para os envolvidos, pois os colonizadores portugueses não se arriscavam pessoalmente nas excursões para aprender a comunicar-se com grupos possivelmente hostis. E para o escravizado garantia um poder de barganha bastante considerável, podendo ser um capital acumulado útil no momento de libertação, ou mesmo em outras negociações.

O crioulo Antonio apareceu em outros vestígios, ele pode ser inclusive um dos dois negros citados pelo Conde de Atouguia. Mas sua principal atuação documentada foi como guia da fracassada expedição de Domingos Barbosa Calheiros em 1657, de fim trágico, pois os Payaya abandonaram a entrada após terem atacado os guardas do acampamento⁶³.

O governador acusa o crioulo Antonio de não indicar o caminho certo para os combatentes chegarem até os grupos indígenas contra os quais deveria aplicar-se "Guerra Justa" e posterior escravização. Acusa-o também de tomar excessivos cuidados para não despertar a atenção dos guerreiros inimigos, recomendando não atirar com armas de fogo e não deixando os soldados tirarem mel para alimentarem-se. Estas atitudes despertaram minha atenção para o papel exemplar deste

⁶³ Acioly Silva transcreve o Assento do Governador Alexandre de Souza Freire, de 1669, relatando os "terríveis estragos" feitos pelos indígenas desde o começo do século. (SILVA, Ignácio Acioly de Cerqueira e. **Memórias históricas...**, op. cit., v. 2., p. 30 passim).

personagem na malfadada penetração para combater os grupos indígenas revoltosos⁶⁴.

Por um lado, pode indicar uma dissimulação: os guerreiros Payaya destacados para acompanharem o Capitão mor Domingos Barboza Calheiros, junto com o "crioulo" do Padre Antonio Pereyra, podiam ser os mesmos atacantes das posições portuguesas. Sabendo disso, o crioulo apenas 'passeou' pelas serras e não delatou os prováveis companheiros indígenas da excursão, pois isto seria muito ruim para ele, afinal o trágico desfecho da expedição para os guardas, poderia ter acontecido com Antonio.

Talvez os grupos revoltosos não fossem, contudo, os mesmos acompanhantes das tropas e o crioulo sabia onde os grupos sediciosos estavam escondidos, mas simplesmente não queria denunciar seus fornecedores de farinha e outros mantimentos. Posso ainda conjecturar a possibilidade de o crioulo saber onde ficavam as aldeias e não denunciar os locais de provável refúgio provisório no caso de um desentendimento com o senhor ou administrador, em uma fuga reivindicatória em busca de maior autonomia, ou contra sua restrição.

Por outro lado, pode apenas demonstrar um excessivo medo das represálias dos guerreiros confederados contra sua família no incipiente e impotente povoado em formação, ou apenas

⁶⁴ As conjecturas seguintes são frutos de leituras em vários documentos e obras que tratam das estratégias de fugas e liberdades de escravizados.

contra seu local de moradia, onde talvez já tivesse acumulado algumas reses fruto da 'sorte' ⁶⁵.

Essa forma de remuneração já é utilizada no sertão desde o estabelecimento dos primeiros currais e assim foi detalhada no *Roteiro do Maranhão a Goiás*, escrito provavelmente em 1780:

O uso inalteravel nos Sertões de fazer o vaqueiro sua a quarta parte dos gados que cria, sem poder entrar nesta partilha antes de cinco annos, não só faz que os dittos vaqueiros se interessem como senhores, no bom trato das fazendas; mas faz tambem que com os gados que lucrão, passem a estabelecer novas fazendas. ⁶⁶

A forma e a capacidade dessa acumulação de pecúlio propiciada por essa modalidade de remuneração remetem à uma das possibilidades de conquista de liberdade no sertão, talvez utilizada por José Martins, acusado na inquisição, já citado no texto ⁶⁷.

As autoridades administrativas utilizavam africanos e descendentes para repressão aos grupos indígenas e grupos indígenas contra quilombos e mocambos, porém isto não diminuía

⁶⁵ Nome dado à forma de remuneração paga em rês, uma em cada 4 ou 5 nascidas, para o vaqueiro encarregado de um curral ou boiada.

⁶⁶ ROTEIRO do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí (1780). *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, v. 62, 1900. p. 89.

⁶⁷ MOTT, Luiz Roberto de Barros. Quatro mandingueiros... op. cit., p. 150 passim.

a solidariedade e a amizade construídas com o tempo de convívio.

Frei Angelo de Santo Alberto religioso do Carmo, revela um desses casos de solidariedade, entre os dois grupos, para colaborar na recuperação da autonomia e liberdade perdidas.

Relatando sobre a fuga de cinco casais de sua missão de São Gonçalo do Salitre para a fazenda Sargento, de propriedade da Casa da Torre, ele diz ter conseguido apreender um dos fugitivos, porém "João das Brotas e mais três negros[...] levarão o Índio e me ultrajarão de palavras"⁶⁸.

João das Brotas e seus companheiros estavam cumprindo ordens de seu superior, João de Araujo Costa, o procurador da Casa da Torre da região, porém eles devem ter cumprido as ordens com mais afinco pela amizade construída ao longo do convívio com o índio resgatado.

Os casais, provavelmente, fugiram da Missão por não concordar com os trabalhos exigidos deles na condição de aldeados e foram procurar melhores condições de vida em outras paragens na companhia de pessoas de confiança e amigos com quem podiam contar, como na oportunidade do resgate, mas o religioso não concordava em ver seu rebanho minguar, por isso as reclamações. Esta também era uma forma de autonomia, procurar a melhor condição de trabalho. Mesmo sendo

⁶⁸ Carta de Fr. Angelo Alberto e Manoel Caetano Lopes de Lavre, a El-rey. In: AAPEBA, anno 3, v. 4 e 5. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919. p. 98-99.

compulsório, existiam espaços de reivindicações e os escravizados construíam estes momentos de negociações.

Existem documentos, já no século XIX, denotando contatos mais íntimos entre afrodescendentes e indígenas. Em uma devassa ocorrida no começo do século XIX na Missão do Bom Jesus da Glória, em Jacobina, alguns dos aldeados, ou seus companheiros e companheiras, foram qualificados como “cabra, mamaluco, preto crioulo, pardo e pardo preto”⁶⁹.

Essa foi mais uma estratégia de sobrevivência dos afrodescendentes sertanejos, ocupando terras das aldeias e garantindo terrenos para o plantio de suas próprias roças no terreno destinado somente aos indígenas. Esta escolha também possibilitava uniões e casamentos, além da garantia de uma prole livre e protegida pelo estatuto das Missões.

Ficam evidentes na documentação, além da política de estado de desestabilizar e desorganizar os modos de vida dos grupos autóctones, ações para não permitir a instalação de grupos quilombolas na região.

As terras, tiradas dos autóctones, deveriam ser destinadas prioritariamente aos colonos portugueses, portanto não poderiam ser locais de refúgios dos grupos indígenas aguerriados ou das populações dos quilombos. O sertão deveria ser uma extensão do modo de vida do branco europeu, já instalado no litoral.

⁶⁹ APEBA. Seção: Colonial e Provincial, fundo: Juizes, Maço: 2430.

Uma das formas de implantação de colonizadores, mais destacada na bibliografia para a região, foi aquela propiciada pela extração mineral. Desde o fim do século XVII, já havia notícias da descoberta de ouro nas serras de Jacobina⁷⁰, o que provocou uma nova fase de colonização na região, trazendo mais pessoas escravizadas para trabalharem na coleta de ouro e, posteriormente, na de diamantes, sobretudo no século XVIII⁷¹.

Em plena febre do ouro nas Minas Gerais e com o Nordeste em clima de agitação, outra notícia correu o Brasil: haviam sido descobertas novas minas, ainda mais ricas, em Jacobina, na Bahia. Sebastião Pinheiro Raposo, o descobridor delas em 1718, conseguiu extrair 135 quilos de ouro num único dia de trabalho. Não demorou para que tivesse muita companhia. Ali os mineradores começaram a extrair mais de uma tonelada de ouro por ano, reproduzindo em escala menor a ocupação das Minas Gerais, com uma diferença: como estas minas eram mais próximas do litoral, os problemas de abastecimento eram menores e as facilidades de contrabando, principalmente para Salvador, maiores.⁷²

⁷⁰ Existem notícias de ouro na região desde a bandeira de Gabriel de Souza Soares em 1590 (cf. AAPEBA, anno 3, v. 4 e 5. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919. p. 32).

⁷¹ Descoberta feita por Pedro Barbosa Leal, oriundo de Salvador para explorar os montes de Pirararé e a serra de Jacobina em 1696 (Cf. SILVA, Ignácio Acioly de Cerqueira e. **Memórias Históricas...**, v. 2, nota 28).

⁷² CALDEIRA, Jorge. O ouro e o território (1700-1750). In: CALDEIRA, Jorge et. al. **Viagem pela História do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. CD-ROM.

Quando Pedro Barbosa Leal passou por Jacobina a caminho das Minas do Rio de Contas, em 1725, encontrou setecentas (700) bateas e fez arrecadação de 4.428 oitavas de ouro, referente ao *quinto* ⁷³.

Alguns documentos encontrados na pesquisa trazem informações sobre os afrodescendentes envolvidos com a mineração de ouro na região de Jacobina no século XVIII, e talvez este grupo populacional tenha realmente crescido favorecido por esta atividade, porém os dados são esparsos, não sendo possível a construção de nenhuma série.

Na inquirição do jovem Mateus Pereira Machado, é registrada sua transferência para a vila de Jacobina, mas ele era natural de São José da Pororoca e exercia a função de mineiro⁷⁴. Isto quer dizer que a possibilidade aberta pela exploração das minas de ouro na região trouxe o senhor de Mateus e, conseqüentemente, o escravizado.

Em 1754, nas justificativas dos gastos da Casa de Fundição de Jacobina, o Intendente Geral do Ouro, Wenceslao Pereira da Silva, informou os gastos de 1\$200 contos com "dinhr que dei aos negros, que conduzirão o cofre, 2 caixões em que vierão livros, e bilhetes"⁷⁵. Ou seja, haviam negros,

⁷³ COSTA, Affonso. *Minha terra...*, op. cit., p. 272.

⁷⁴ MOTT, Luiz Roberto de Barros. *Quatro...*, op. cit., p. 151.

⁷⁵ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Offício do Intendente Geral do Ouro Wenceslão pereira da Silva, remetendo as contas das despesas da Casa de fundição de Jacobina. 28 de julho de 1754. Caixa 8, doc. 1227-1230. In: BRASIL, Ministério da Cultura. **Projeto Resgate - Bahia**, 1998. 23 CD-ROM.

não estando especificado se escravizados, mas havia fortes indícios de serem livres, trabalhando no transporte de mercadorias a serviço da Casa de Fundição de Jacobina. Esta função de levar e trazer mercadoria fica explicitada nos depoimentos dos 'mandingueiros' estudados por Luiz Mott ⁷⁶.

Da relação de objetos trazidos da costa para Jacobina constam três (3) livros comprados de Antonio Gomes da Silva e talvez transportados pelos negros citados acima. Quiçá um desses livros era para o registro dos "Contractos dos direitos do Escravos" empregados nas Minas de Jacobina conforme determinava a Ordem Real n. 168⁷⁷. Este livro preenchido com os dados dos escravizados, apesar de ter sido citado também em outros documentos, não foi encontrado em nenhum arquivo, pesquisado por mim ou por Albertina Lima Vasconcelos. ⁷⁸

Um registro deixa ainda mais evidente o emprego de negros na mineração na região de Jacobina no século XVIII. O Conde dos Arcos em um ofício, de 10 de setembro de 1754, remetido para Lisboa, assim esclarece a descoberta de um diamante:

Feito o termo de declaração procedeu o mesmo Ouvidor (de Jacobina) a fazer exame na tal pedra com officiaes da Caza de fundição estabelcida naquella Villa, que affirmarão ser diamante

⁷⁶ MOTT, Luiz Roberto de Barros. Quatro... , op. cit., p. 150 passim.

⁷⁷ AN, Códice 538, Fundo: Relação da Bahia, Código do fundo: 83.

⁷⁸ VASCONCELOS, Albertina Lima. **Ouro**: conquistas, tensões, poder, mineração e escravidão – Bahia do século XVIII. 1998, 339 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, 1998.

legítimo e ter o pezo de onze grãos e hum quarto; com esta noticia foi chamado à presença do Ouvidor o tal preto e fazendo-se-lhe perguntas judicialmente, confessou haver achado aquella pedra em huma xapada, que faz verternte para o Rio do Payayá grande no meyo do comprimento da Serra para a parte de Leste, o qual sitio fica dentro do continente daquellas mi nas (Jacobi na).⁷⁹

O documento acima remete para a discussão sobre se o 'preto' citado era escravizado ou um homem livre. Pelos indícios do próprio documento, parece tratar-se de um livre. Não existe a menção de um senhor a acompanhá-lo no depoimento. Existe outro documento da mesma época citando nominalmente "2 escravos que foram seqüestrados [...]"⁸⁰.

Segundo Ramos Tinhorão, para os portugueses e suas colônias, a partir do século XV, "[...] o negro mais caracteristicamente africano passaria a ser sempre o preto"⁸¹. Portanto o descobridor do diamante em Jacobina poderia até ser um africano, mas todas as informações levam a concluir pelo estatuto de livre ou liberto da pessoa em questão.

As preocupações de inscreverem as terras do sertão de Jacobina como desertas e aptas para serem conquistadas foram

⁷⁹ ANNAES da Bibliotheca Nacional (ABN), v. 31, 1909, p. 156.

⁸⁰ ABN, v. 31, 1909, p. 112.

⁸¹ TINHORÃO, José Ramos. **Os negros em Portugal**: uma presença silenciosa. Lisboa: Ed. Caminho, 1988. In: **Quando o negro passou a ser preto...** Disponível em: <<http://www.portugal-linha.pt/opinião/CAIexandri no/cron51.html>>. Acesso em: 26 fev. 2006.

paulatinamente construídas desde as primeiras informações sobre o sertão, e ficam muito claras nas 'Relações' prestadas pelos párocos sertanejos, em meados do século XVIII:

Também pela parte do nascente confina esta freguezia do Jerimuabo com a freguezia de Nossa Senhora da Nazareth da Villa do Itapicurú de cima, da qual foy desmembrada em o anno de 1718 por Alvará de Sua Real Magestade. Pelo sul confina com a de S. Anna do Tucano, e tambem com a da Jacobina Velha, mediando entre esta da Jerimuabo e a da Jacobina Velha hum dilatado certão dezerto, em que se diz ha mais de trinta legoas despovoadas.⁸²

Com o declínio da mineração de ouro nas proximidades de Jacobina no final do século XVIII, o núcleo urbano mostra uma dinâmica já incorporada desde as primeiras experiências de implantação da colonização europeia, a vocação para o comércio. Porém, em algumas localidades específicas da região, esta decadência provocou um êxodo populacional muito grande, compensado pelo aumento da população onde novas minas foram descobertas.

A idéia de despovoamento e campos livres vai ser retomada nos vários livros de corógrafos sobre a origem de cidades baianas em geral. Eles falam dos primeiros habitantes como

⁸² PEREIRA. Padre Januário José de Souza. Relação da Freguezia do Jerimuabo. Prestada em 29 de dezembro de 1757. In: ABN, v. 31, 1909. p. 230.

'descobridores' ou 'desbravadores' de locais vazios e inóspitos⁸³.

Essa também parece ser uma expectativa do final do século XIX e começo do XX, falando do sertão em geral e do baiano em particular, como território vazio devido à extinção dos grupos indígenas, como local apto para receber novas populações europeias, estimulando a migração para essas áreas "despovoadas" ⁸⁴.

As produções historiográficas mais recentes demonstram a perpetuação dessa visão colonizadora, não permitindo voz às populações não brancas. Indígenas e escravizados lutaram juntos pela concretização do sonho da autonomia, pela sua conquista ou sua garantia, buscando locais para consubstanciar suas aspirações de liberdade, ocupando o território antes da invasão dos colonizadores europeus.

Alguns desses não brancos foram também empregados para garantir a ordem e manutenção desses locais vazios. Em uma carta patente de 16 de maio de 1800, foi nomeado "Valentim Barbosa Vianna Capitão da companhia dos homens pardos d'Água Branca, anexa ao Terço das Ordenanças da Villa de Jacobina,

⁸³ Entre esses autores destaco: QUEIROZ, Claudionor de Oliveira. **O Sertão que eu conheci**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1985; LIMA, Dante de. **Mundo Novo...**, op. cit., 1988; BOAVENTURA, Eurico Alves, **Fidalgos e vaqueiros...**, 1989.

⁸⁴ Existem algumas iniciativas para convencer os imigrantes a irem para o sertão baiano, sendo a mais importante é a Lei Provincial 2.604, de 28/06/1888, e também os artigos de Durval Vieira de Aguiar, publicados primeiramente no **Diário da Bahia** e, posteriormente, reunidas em livro: AGUIAR, Durval Vieira de. **Descrições práticas da Província da Bahia**. Salvador: Tip. Do Diário da Bahia, 1888.

posto que vagara por falecimento de Luciano Coelho da Silva”⁸⁵.

“No termo de prisão habito e tonsura feito ao reo Ignacio da Silva Pimentel homem pardo”⁸⁶, acusado de participar da Conjuração Baiana, é possível identificar quem eram os chamados pardos para Jacobina neste período:

Me respondeo que o seo nome he Ignacio da Silva Pimentel, que he soldado granadeiro do Segundo Regimento de linha desta Praça, natural de Jacobina, solteiro, alfaiate, filho de pai incognito, e da preta Antonia Francisca das Chagas [...]⁸⁷

O destino de Ignácio não ficou bem esclarecido, se prisão perpétua ou degredo para África, porém fica elucidado quem eram os pardos para as forças policiais e região de Jacobina.

Depois dessa caracterização geral da região de Jacobina e dos locais onde populações negras eram empregadas até o final do século XVIII, vou ater-me ao século XIX, quando o núcleo urbano desponta como centro abastecedor.

⁸⁵ ABN, v. 36, 1914, p. 488.

⁸⁶ ABN, v. 45, 1923, p. 156.

⁸⁷ ABN, v. 45, 1923, p. 156.

Capítulo 2

JACOBINA: POPULAÇÃO E NEGROS NO SÉCULO XIX

JACOBINA: POPULAÇÃO E NEGROS NO SÉCULO XIX

A região de Jacobina funciona como centro comercial desde tempos muito remotos. Antonil destaca a região como local de recebimento de boiadas vindas “[...] desde o Piauí até a barra de Iguaçu, e de Parnaguá e rio Preto”¹. E, nos tempos de seca ficavam ali para descansar e ganhar peso.

As pessoas encarregadas dos transportes das boiadas, os chamados passadores, também eram encarregadas de levar mercadorias para seus locais de origem. Aliado às necessidades de abastecimento dos diversos núcleos mineradores, isto gerou, a oportunidades para Jacobina subsistir como pólo de abastecimento regional.

O declínio da exploração do ouro na região, no final do século XVIII, não foi empecilho, para o desenvolvimento local, uma vez que, em substituição ao ouro, foram abertas minas de diamantes.

¹ ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**, 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1992. p. 200.

Afonso Costa, analisando as primeiras décadas de exploração do ouro na região, assim comenta sobre o comércio:

[...] era o empório de todo o movimento expedidor de fazendas, miudezas e ferragens para os sertões de Baía, Goiás e Piauí, disfrutando a extensiva nomeada de que frúe ainda agora pela seriedade irrepreensível de seu trato.²

Antonio Ângelo Fonseca também destaca o comércio como grande vocação da cidade de Jacobina desde sua fundação, passando pelo período de exploração mineral, seguindo até os dias de hoje³. Sua localização privilegiada é um dos principais fatores concorrendo para isso. As rotas abertas nos séculos XVII e XVIII, ligando os centros produtores aos de consumo, principalmente de gado, cruzavam a região, oferecendo condições necessárias à implantação de casas comerciais.

Passavam ou iniciavam, em Jacobina, caminhos para: o litoral, Cachoeira e Capuame; Chapada Diamantina, sul do Estado da Bahia, Caetité e Rio de Contas; norte, Juazeiro e Villa da Barra; e Goiás e Norte de Minas Gerais. Assim, a região firmou-se como entreposto comercial⁴.

² COSTA, Affonso. Minha terra: Jacobina de antanho e de agora. In: Congresso Brasileiro de Geographia, 5., 1916, Salvador. **Annaes...** Salvador: Imp. Official do Estado, 1918. p. 295.

³ FONSECA, Antonio Ângelo Martins. **Poder, crise regional e novas estratégias de desenvolvimento: o caso de Jacobina/Bahia**. 1995. 206 f. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e urbanismo-FAU/Universidade Federal da Bahia, Salvador. 1995. p. 120.

⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEBA), Seção: Coloni al e Provi nci al , fundo: Jú zes, Maço: 2430.

Já foi mencionado, no capítulo anterior, que se encontrou registros de vários negros envolvidos em funções ligadas ao transporte de mercadorias, mineração, à pecuária e também ao pequeno comércio, até o século XVIII. Só a título de lembrança, Antônio, escravo do padre Antônio Pereira, cuidava dos rebanhos de seu senhor. O preto forro José Martins mantinha, com sua esposa Luiza, parda, uma casa de negócios onde se encontraram os outros acusados, de um processo inquisitorial, de portar as bolsinhas de feitiço assim como os outros envolvidos estavam na mineração ou nos trabalhos com a pecuária⁵. Mas quantas pessoas comporiam esta população negra no século XIX em Jacobina?

Em resposta a uma representação do Capitão-Mor Manoel Soares da Rocha, questionando a obrigatoriedade de talhar e vender bois na Vila de Jacobina, a Câmara Municipal de Jacobina, em 1829, justifica a necessidade dos bois pela existência de diversos moradores e os vários serviços por eles prestados, no núcleo urbano:

Profesores, homens muzicos, homens negociantes de fazenda, seccas com lojas abertas, existem Alfaiates, sapateiros, ferreiros, carpinteiros, latoeiros, pedreiros, marceneiros, taberneiros e taberneiras com vendas abertas, existem mulheres

⁵ MOTT, Luiz Roberto de Barros. Quatro Mandingueiros de Jacobina na Inquisição de Lisboa. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 16, p. 148-160, 1995.

que se empregão em cozer, açar, fiar, e fazer louça preta [...] ⁶.

E continua falando dos arredores:

[...] que no arredor desta Villa há muito povo, na vizinhança de hum quarto de legoa, meia legoa e legoa.

Provara que todo este povo se deve sustentar em carne de vacca, pois que nesta Villa não há pescado de qualidade alguma, não se cortão carneiros, nem cabricos, nem capados.

Provará que tendo consideração a tudo isto a Camara Municipal desta Villa estabeleceo por sua justa postura, que diariamente se talhasse huma rês ao publico e fosse vendida a carne pelo preço que seus donos pudessem conseguir. ⁷

No dia 9 de novembro de 1837, o juiz de Direito Angelo Moniz da S^a. Ferraz envia uma relação de vários itens em resposta ao pedido do presidente da província. Nela é possível observar o variado número de artigos produzidos em Jacobina: algodão, feijão, milho, arroz, cevada, café e ainda:

[...] azeite de côco, e de mamona, sola, coiros, de diversas qualidades, panos de algodão, redes e cobertas, Doce de diferentes qualidades, e alguma

⁶ APEBA, Seção: Colonial e provincial, Série: Governo, Câmara de Jacobina, Maço: 1327.

⁷ Id., ibid.

madeira, os quaes serão consumidos n'este, e exportados para diversos lugares.⁸

Além desses frutos da terra, também existiam outras atividades produtivas da região:

Existem n'esta comarca os seguintes Estabelecimentos de Industria 435 Fazendas de criação de gado de diferentes qualidades; 56 Engenhocas de fazer assucar, raspaduras, agoardente de Cana; um grande numero de Estabelecimentos de fabricar farinha de Mandioca; 8 Lavras de ouro; um Moinho de moer Trigo. Não me foi possível obter o numero de braços livres, escravos, empregados n'estes Estabelecimentos, devendo á este respeito notar, que duas terças partes dos Escravos existentes n'esta Comarca, ahi laborão, e que a maior somma dá producção d'este terreno é o resultado do emprego de braços livres.⁹

O destaque para a produção realizada pela maior parte de braços livres é uma informação bastante esclarecedora, porém faltou dizer como era composta essa camada de trabalhadores.

A imprecisão com relação aos trabalhadores da agricultura empregados na região continua em outros documentos apresentados pelos Juizes de Jacobi na.

⁸ APEBA, Seção: Colonial e Provincial, Série: Correspondência ao Presidente de Província, Fundo: Juizes, Maço: 2430.

⁹ Id., *id id*.

No Mapa de gêneros produzidos na Comarca, datado de 25 de fevereiro de 1850¹⁰, mas sem assinatura de seu elaborador, foram encontrados os seguintes números:

Quadro 1 – Mapa da produção da Comarca da Jacobina - 1850

Exportações	Gado Vaccum	1.200
	Doce caxeta	1.400
	Couros	1.600
Gêneros vem mercado	Gado Vaccum	510
	Arrobas de sabão de sebo	96
	Carradas de Az. ^e de mamona e côco	150
	Æ ^s de Feijão	430
	Ditos de Milho	910
	Alq ^s de Far ^a de mandioca	1.670
	Carradas de G ^e de canna	1.890
	Centos de Rapadura	4.230
Arrobas de Assucar	1.680	
D. as escravas na mesma		150
Pessoas livres q se occuppa na lavoura		Não posso calcular

Fonte: APEBA, Seção: Colonial e Provincial, Série: Correspondência ao Presidente de Província, Fundo: Juizes, Maço: 2432 (Mapa da Industria da Comarca de Jacobina).

Uma das explicações para a bibliografia dar pouca importância à população negra da região parece estar na pequena proporção de escravizados que aparece nos documentos, em relação aos trabalhadores livres.

Nos censos realizados ao longo do século XIX, esta pequena população de escravizados também é destacada. Análises mais atentas, da mesma documentação têm mostrado a existência de uma quantidade muito grande de não brancos em Jacobina,

¹⁰ APEBA, Seção: Colonial e Provincial, Série: Correspondência ao Presidente de Província, Fundo: Juizes, Maço: 2432.

porém esta população não teve sua descrição detalhada, e, às vezes, até mesmo sua caracterização, foi deturpada.

Segundo os estudiosos da população brasileira, existiram três períodos distintos da demografia nacional: o primeiro é chamado de pré-estatístico, indo da colonização até meados do século XVIII e contendo números compostos apenas por estimativas, mas geralmente aceitos pelos demógrafos. O segundo período é chamado de proto-estatístico, indo de meados do século XVIII até o primeiro Censo geral da população em 1872. E o terceiro período é chamado de era estatística, iniciado com o Recenseamento de 1872 e indo até os nossos dias, contendo dados obtidos por uma base metodológica, possibilitando a elaboração de quadros estatísticos comparativos em várias categorias, em vários momentos através dos vários anos.

O primeiro Censo demográfico geral do Império brasileiro data de 1872, sendo, portanto, importantíssimo, pois inicia uma série histórica com aplicação de uma metodologia largamente pensada e utilizada, em suas bases, até nossos dias.

Foi instituído pelo decreto 4.856 de 1871, fixando as seguintes regras:

Será feito por meio de boletins ou listas de família, em que se declare, a respeito de cada pessoa: o nome, o sexo, a idade, a cor, o estado civil, a naturalidade, a nacionalidade, a residência, o grau de instrução primária, a religião e as enfermidades aparentes. Também se declarará a relação de parentesco ou de

covivência de cada pessoa com o chefe da família e a respeito das crianças de 6 a 15 anos se notará se frequentam ou não a escola.¹¹

Segundo Jane Oliveira, o diferencial do Censo de 1872 estava na introdução da condição civil, que “[...] cristalizava a clivagem de uma sociedade formada por homens livres e escravos”¹². Este quesito foi incorporado ao censo graças aos debates e às políticas voltadas para a questão da escravidão, ocorridos no último quartel do século XIX.

Era a partir da questão da escravidão que, naquele momento, a sociedade brasileira se interrogava sobre suas possibilidades de coesão, seus riscos de fratura e seus rumos no futuro.¹³

Esse Censo suscitou vários questionamentos. Em primeiro lugar, por instituir a ambigüidade entre cor e raça, pois apresenta apenas para classificação de cor/etnia: brancos, pretos, pardos e caboclos. Apesar de as orientações instruírem o registro das diversas tribos e as línguas faladas por elas, no final todos foram englobados na categoria caboclos.

Outra crítica bastante pertinente é com relação os recenseadores. A maior parte dos dados foi recolhida por

¹¹ AZEVEDO, Aloysio Villela. **O Recenseamento...** apud OLIVEIRA, Jane Souto de. **Brasil mostra a tua cara: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000.** Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciência Estatística, 2003. p. 11.

¹² OLIVEIRA, Jane Souto de. **Brasil mostra a tua cara...** op. cit., p. 11.

¹³ Id., loc. cit.

párocos das freguesias ou pelo Chefe de Polícia Local, porém não existiu nenhum tipo de treinamento para a aplicação dos questionários. O próprio despreparo da população é deixado claro no Censo, pois no quesito instrução foi incluída apenas o indicador de alfabetizado ou não.

Aplicado pelo pároco católico, o quesito religião perdia o sentido, pois existia uma lei no código criminal punindo os cultos de qualquer outra religião que não fosse a oficial do Estado. Portanto o quesito só apresentava as opções: *católicos* e *acatólicos*.

Outro quesito, aplicado no recenseamento de 1872, também reflete mais uma das questões candentes da época, como a *nacionalidade*, remetendo ao momento de instituição de políticas de imigração para substituição da mão-de-obra escrava.

O Censo foi realizado conforme as recomendações do Congresso Internacional de Estatística de São Petersburgo, em 1872, indicando uma uniformização de quesitos em todos os recenseamentos mundiais e do qual participaram representantes brasileiros.

Para Jacobina, só restaram os dados republicados em 1949¹⁴, portanto não é possível verificar como foi realmente realizado o recenseamento na região. Segundo os dados desta

¹⁴ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características Demográficas do Estado da Bahia**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1949.

publicação, o CENSO de 1872 apresentou um total de 17.327 pessoas livres, sendo classificados como brancos 6.044 (34,88%) e 11.283 (65,12%) registrados numa categoria genérica chamada "outra". Existiam, ainda, 1.255 escravizados não estando especificadas a cor ou origem. Portanto a população total era de 18.582, sendo somente 6,75% de escravizados¹⁵. Quem eram essas pessoas qualificadas como "outro"?

A categoria *outros*, contabilizados para a região de Jacobina, não constava nos formulários oficiais e parece refletir uma vontade de não mostrar ou admitir a quantidade de pessoas de origem/descendência africana no conjunto da população em geral, pelos organizadores da compilação de 1949. Vejamos como eles aparecem nas várias informações populacionais encontradas nos documentos.

A administração portuguesa, com vários objetivos diferentes, já solicitava estimativas populacionais para seus representantes locais. Os párocos das diversas freguesias foram encarregados de fornecer informações sobre a população, no final do século XVIII.

¹⁵ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Características...* op. cit., p. 303.

Quadro 2 - População de Jacobina por Freguesia – 1770 e 1774

Comarca do Sul ou da Jacobina	ano	Freguesia	Fogos	Almas
	1774		Santo Antônio da Jacobina	287
		Santo Antônio da Villa de Jacobina	321	3120
		Santo Antônio da Villa do Urubu de Cima	362	3425
		Santo Antônio da Villa N. S. do Livramento do Rio de Contas	663	3223
		Sant'Anna do Cai tite	147	1018
		Santusé	243	2023
		S. Antonio do Pambú	93	1019
		N. S. do Bom Sucesso	286	1982
		S. Francisco das Chagas na Villa da Barra do Rio Grande	290	2026
		N. da Conceição do Rio Pardo	288	1924
		TOTAL	2989	21972
1779	TOTAL		24103	

Fonte: Annaes da Bibliotheca Nacional (1910, v. 32, p. 289; 480 passim.)

É possível observar, nos títulos dos que são chamados *Mappas de todas as Freguezias que pertencem ao Arcebisado da Bahia* e *Mappa da enumeração da gente e povo desta Capitania da Bahia*, a preocupação da administração pública em saber detalhes da população, mas na publicação final não estão incluídos os números das categorias inicialmente solicitadas. Nota-se a não informação do número de fogos da Comarca de Jacobina para o ano de 1779, assim como de muitos outros itens constantes dos títulos.

Outra coisa chamando atenção na contagem do ano de 1775 foi a discrepância entre o número total de fogos e aquele

publicado desmembrado por freguesia. Existe uma diferença de nove fogos.

Quadro 3 - Mapa do Município, Distritos de Paz e os respectivos Quarteirões e dos Habitantes desta Comarca de Sto. Antonio de Jacobina – 1836

Municípios	Distritos de Paz	Habitantes de diferentes idades e profissões																	
		Quarteirões	Livres		Total de pessoas livres	Libertos						Total de libertos	Escravos						Total dos Escravos
			Homens	Mulheres		Africanos		Indígenas		Total de libertos Indígenas	Africanos		Total de escravos africanos	Indígenas		Total de escravos indígenas			
						Homens	Mulheres	Total de africanos libertos	Homens		Mulheres			Homens	Mulheres				
Villa da Jacobina	Villa de Jacobina	12	1742	1844	3586	9	5	14	20	54	74	88	55	88	29	261	285	546	630
	S. Gonsalo Riachão	24	2164	2523	4687	6	2	8	9	10	19	27	34	14	48	122	136	258	306
	N. Senhora da Saude	14	1015	1043	2058	1	2	3	15	16	31	34	21	14	35	146	111	257	292
Villa Nova da Rainha	Morro do Chapeo	5	732	733	1465	4	3	7	11	5	16	23	24	15	39	79	63	142	181
	Freguesia Velha	18	1665	1888	3553		2	2	4	6	10	12	47	6	53	69	88	157	210
	Serra de Itúba	3	432	465	897					5	5	5	29	5	34	67	51	118	152
	Villa N. da Rainha					1		1											

Fonte: APEBA, Seção: Colonial e Provincial, fundo: Juizes, Maço: 2430.

O Mapa acima foi elaborado pelo Juiz de Direito Ângelo Moniz da S^a. Ferraz. Nota-se a utilização do termo *Indígena* para designar tanto libertos como escravos na listagem, apesar de a proibição de escravidão de indígenas estar estabelecida na legislação vigente no período.

A primeira lei proibindo explicitamente a escravidão de indígenas é datada de 1570, porém ela exigia do indígena a sua adaptação à sociedade colonial para ter direito à liberdade. Em 1611, sob o domínio espanhol de Felipe II, foi reafirmado o direito à liberdade dos índios nas colônias. Este direito vai ser ratificado pela administração do império português em 1680 e, posteriormente, pelo Marquês de Pombal, em 1758¹⁶.

¹⁶ VILLASBÔAS, Hariessa Cristina. **Mi neração em terra indígena**. Rio de Janeiro: CETEM: MCT: CNPq: CYTEC: UIA, 2005. p. 5 passim.

Dom João VI, em 1808, continua a autorizar as Guerras Justas contra tribos específicas brasileiras, e consentindo sua escravização. Com a proclamação da Independência, foram revogadas as autorizações. Um ato adicional de 1834 passava a obrigação de zelar pelos indígenas para a Assembléia Geral e o Governo, devendo propiciar a catequese das tribos. Porém não autorizava escravizar os indígenas¹⁷.

Conforme outros documentos consultados não foi encontrado esse número de indígenas na região de Jacobina, tudo parece indicar a intenção do Juiz em falar de homens nascidos na região. Não existem, citados no mapa, crioulos ou pardos, designação comum para os descendentes de africanos nascidos no Brasil. Conforme outros documentos consultados eles – crioulos e pardos – são maioria absoluta.

Outro Juiz de Direito da Villa de Jacobina, em 25 de fevereiro de 1850, informa o seguinte para o Presidente da Província:

Já não existem Índios n'esta comarca havendo em outro tempo, a Missão do Sahy, e a de Nosso Senhor Bom Jesus junto d'esta Villa. Não me consta que existão [como dito] Índio bravo, e os aldeados perderão já seo caracter primitivo, por que essa raça misturam-se completamente com as outras, que possuímos. ¹⁸

¹⁷ VILLASBÔAS, Hariessa Cristina. **Mi neração** ..., op. cit. p. 6 passim.

¹⁸ APEBA, Seção: Colonial e Provincial, fundo: Juizes, Maço: 2433.

A contagem da população parece ter sido uma preocupação constante das autoridades locais, em meados do século XIX. Um regulamento censitário de 1846 mandava contar a população de oito em oito anos, mas somente em 1850, junto com uma nova determinação de controle do Registro de Nascimentos e Óbitos, foi marcado o recenseamento para 1852.

Vários protestos e revoltas aconteceram em diversas localidades sertanejas do Nordeste, principalmente em Pernambuco, pois existia o medo de esse Censo e os registros civis servirem para escravizar “a gente de cor”. Este movimento obrigou as autoridades a recuar e só realizar efetivamente o censo de 1872¹⁹.

A administração local de Jacobina, porém, forneceu várias informações sobre a população na década de 50 do século XIX, mas com poucos detalhes. Encontrei alguns ofícios externando esta inquietação de contar a população.

Em carta datada de 20 de agosto de 1852, o juiz municipal de Jacobina, José Antonio Rocha Vianna informa ao Presidente da Província da Bahia a existência de vinte e duas mil almas, no município, não enviando maiores detalhes. Em ofício de 09

¹⁹ Sobre as várias revoltas contra as leis 797 e 798 de 1851, ver SECRETO, Maria Verônica. **Sem Medidas**: revoltas no Nordeste contra as medições imperiais. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_105.pdf> Acesso em: 15 dez. 2005; PALACIOS, Guillermo. **A Guerra dos Mari bondos**. Disponível em: <http://www.estadonacional.usp.br/noticias/seminarios/Realizados/3forum/Texto_Forum_03.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2005; e OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. O Ronco da Abelha. In: **Revista Almanack Brasileiro**, n. 1, maio 2005. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/PDFS/1/01_informe_4.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2005.

de maio de 1853, o mesmo juiz informou o não envio do mapa com a população, pois “[...] nem mesmo os Parochos me souberão dar...”²⁰.

O mesmo juiz municipal enviou, em 12 de fevereiro de 1856, um ofício com a descrição do município com sua divisão em distritos e trazendo a informação da população em cada um deles. Os cinco distritos de Jacobina tinham uma população total de 39.305 pessoas livres e 2.660 pessoas escravizadas²¹.

A discrepância, para maior, com relação à população em 1872 pode ser creditada ao não fracionamento territorial de Jacobina no ano de 1856. Tanto Morro do Chapéu como Monte Alegre foram contados como distritos do município e, no ano do censo, já estavam emancipados. Tirando esses dois distritos, os números do censo de 1856, mais condizentes com os de 1872, são os seguintes: 16.985 pessoas livres e 1.100 escravizados. A proporção de escravizados era de 6,47% ligeiramente menor do que em 1872. Esse Mapa também não trouxe informações detalhadas sobre cor e origem da população.

²⁰ APEBA, Seção: Colonial e Provincial, fundo: Juízes, Maço: 2432.

²¹ APEBA, Seção: Colonial e Provincial, fundo: Juízes, Maço: 2433.

Quadro 4 - Mapa descrittivo do Município de Jacobina

Número de Freguesias	Extensão de cada huma		População de cada huma		Posição de cada huma	Nascimentos	Obitos
	Norte a Sul	Este a Oeste	Livre	Escrava			
5							
Santo Antônio de Jacobina	14 legoas	28 legoas	8530	760	Sul Doeste	267	96
S. S. Coração de Jesus do Riachão	6 "	10 "	5340	150	Sul	233	46
Saude	7 "	28 "	3115	190	Fica ao Norte	137	43
Morro do Chapéu	34 "	32 "	8450	740	Sul do este		
Monte Alegre	16 "	20 "	13870	820	Sul	447	190

Fonte: APEBA, Seção: Colônia e Provincial, fundo: Juizes, Maço: 2433.

A freguesia de Monte Alegre, segundo o mapa de 12 de fevereiro de 1856, apresentava uma população de 13.870 pessoas livres e 820 escravizados totalizando 14.690 habitantes, com 5,91% de pessoas submetidas ao cativo. A de Morro do Chapéu apresentava uma população total de 9.190 pessoas, sendo 8.450 de livres e 740 de escravizadas, ou 8,05% da população contada.

Em 19 de janeiro de 1857, já havia se consumado a separação do distrito de Monte Alegre, passando a unir-se ao de Camisão, e, no mapa enviado pelo Juiz municipal, Jacobina contava com 19 mil almas, porém a carta não apresenta maiores detalhes²².

²² APEBA, Seção: Colônia e Provincial, fundo: Juizes, Maço: 2433.

Fazendo uma análise do crescimento da população na província da Bahia entre 1770 e 1890, Kátia Mattoso assim ressaltou Jacobina:

O destaque ficou com a imensa comarca de Jacobina, que compreendia o Agreste e o Sertão, atravessando o rio São Francisco. A população local experimentou crescimento de 2.933%, enquanto na comarca da Bahia ele foi de 566%, na de Ilhéus de 506% e na de Porto Seguro de 200%.²³

A existência de uma expressiva proporção de não brancos em Jacobina já havia chamado minha atenção quando andava pela feira, periferia e ao iniciar as pesquisas, lendo os sessenta e três processos crimes enviados para Corte de Apelação, em Salvador e posteriormente guardados no Arquivo Público do Estado da Bahia, classificados como pertencentes a Jacobina. Nesses, contei 451 pessoas envolvidas como réus, testemunhas, vítimas, testemunhas informantes e informantes. Destes somente 69 pessoas (15,30%) apresentaram a qualificação de cor.

²³ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 88.

Quadro 5 – Processos Crime de Jacobi na depositados no APEBA

Anos	Quantidade
1842 – 1847	04
1853 – 1855	06
1857 – 1860	05
1864 – 1865	05
1866 – 1870	04
1871 – 1875	08
1876 – 1880	11
1883 – 1885	10
1886 – 1888	10
TOTAL	63

Fonte: Elaborado com dados do APEBA, Seção Judiciária.

Do total dos qualificados, no quesito cor ou origem, oito (11,60%) foram qualificados como brancos; cinco (7,24%) foram qualificados como cabras; cinquenta e dois (75,36%) dos envolvidos eram pardos; apenas um foi qualificado como preto; outro como cabra preto; e dois como crioulos.

Desses envolvidos, 67 (sessenta e sete) pessoas funcionaram como testemunhas. Apenas 2 (duas) foram réus e somente eles foram qualificados nos processos dos anos posteriores a 1860, nos anos de 1873 e 1884, respectivamente.

Nos anos anteriores a 1860, as qualificações aparecem com mais frequência. Nos 16 (dezesseis) processos correspondentes ao período entre 1842 e 1860, foram envolvidas 132 (cento e trinta e duas) pessoas e destas somente as já citadas 67 (sessenta e sete) testemunhas tiveram sua cor ou origem grafadas nos processos.

Quadro 6 – Envolvidos Qualificados por Processo

Ano	Processos	Pardo	Cabra	Cabra Preto	Branco
1842	1	8	1	1	
1847	1	4	1		
1850	1	6			
1854	1	4			4
1855	2	6			1
1857	1	7			
1858	1	9			1
1859	2	5	1		1
1860	1	4	2		1
Totais	11	53	5	1	8
TOTAL GERAL		67			

Fonte: Elaborado com dados do APEBA, Seção Judiciária.

A qualificação não aparece para todas as testemunhas de um mesmo processo, levando-me a pensar em uma qualificação seletiva, para as pessoas envolvidas presentes nos acontecimentos, mas desconhecidas da comunidade ou do escrivão, do juiz ou da pessoa encarregada do processo no momento de tomada dos depoimentos. Muitas vezes, era um juiz em exercício quem presidia os inquéritos, ou seja, um vereador, geralmente o mais votado, quem assumia essa função.

Outra possibilidade é o processo ter passado por vários escreventes. Em um processo de 1855, todas as cinco testemunhas eram do mesmo lugar, Sítio do Brejo, mas somente duas testemunhas foram qualificadas no quesito cor, uma branca e uma parda, pelo primeiro juiz, as outras três testemunhas não receberam qualificação neste quesito.

Os processos estudados vieram para a Corte de Apelação, por iniciativa de qualquer uma das partes. Nesses, os julgados

em primeira instância eram apelados ou apelavam, mas não compareciam fisicamente. Portanto os processos pesquisados não correspondem à totalidade dos crimes ocorridos na região para o período.

Nos relatórios, acompanhando as Falas dos Presidentes de Província, encontram-se dados referentes aos principais delitos ocorridos nas Comarcas. No ano de 1854, ocorreram quatro homicídios em Jacobina, mas nenhum criminoso foi capturado²⁴, não existindo qualquer vestígio desses processos nos arquivos consultados. Somente restaram dois processos de Crimes de Responsabilidade, quando uma autoridade não procedeu nos termos da Lei.

Sobre a população de escravizados, utilizei como fonte vários conjuntos de documentos para desvendar como era constituída esta parcela importante da população, que podem ser a ponta do iceberg de uma comunidade negra da região, mostrando números e contestando as informações do Relatório do Juiz de Direito Ângelo Moniz da S^a. Ferraz, de 1836.

²⁴ WANDERLEI, João Maurício. **Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia**. Bahia (Salvador): Typ. A. Olavo a França Guerra e Comp., 1855. Mappa dos homicídios, tentativas de mortes, suicídios, e capturas de criminosos.

2.1 NÚMEROS DA ESCRAVIZAÇÃO EM JACOBINA

Nos livros de Registro de Notas dos Cartórios de Jacobina, guardados no Arquivo Público do Estado da Bahia, foi possível coletar informações dos Registros de Escrituras de Compra, Venda e Doação de escravizados desde o ano de 1808 até 1885. Existem 47 (quarenta e sete) livros cobrindo o período acima, deles, somente no livro de número 45, do Tabelião Agerico Francisco de Moraes, não foram encontrados este tipo de registros²⁵.

Nos Livros citados acima, foi possível identificar 464 (quatrocentos e sessenta e quatro) transações. Foram anotados nos registros: data, nome do comprador, nome do vendedor, nome do escravizado, valor, aspectos da compra e local da compra. Também foram assinaladas minúcias sobre a qualificação do escravizado: idade, origem, cor, onde era empregado; e detalhes sobre o registro: quem pagou o imposto e selos, etc.

Desse conjunto, foi possível caracterizar 254 (55,22%) homens e 206 (44,78%) mulheres, de todas as faixas etárias, e apenas quatro registros não apresentaram condições de identificação dos envolvidos. Quatrocentos e nove registros continham qualificações dos escravizados de origem ou cor.

²⁵ Ver relação nos Anexos.

Esses dados são importantes para futuras pesquisas comparativas com outras regiões da Bahia, para termos um quadro do sistema escravista como um todo no estado, mas também são importantes para tentar esboçar uma resposta para os questionamentos surgidos páginas anteriores.

Provavelmente, o número de pessoas escravizadas comercializadas nas Jacobinas foi superior ao conjunto coletado, pois nem a numeração nem a datação dos livros consultados são contínuas. A transferência dos livros sem o cuidado devido e a ação do tempo, não barrada por iniciativas de preservação, tem contribuído para destruir o restante do acervo documental do sertão baiano. Porém, mesmo assim, é possível a obtenção de dados importantes para ajudar a esclarecer como era composto o conjunto de escravizados da região.

Existe um registro de pais e filhos negociados juntos, porém não são especificados dados sobre os filhos, portanto contei somente os pais. Somente foram anotadas 30 (trinta) pessoas escravizadas negociadas duas vezes, e, entre estes, 5 (cinco) voltaram para o antigo proprietário ou seus parentes.

Na maioria desses casos, o revendedor obteve lucros. Antonio Ferreira Dias e seu irmão Guilhermino Ferreira da Silva compraram, de Ivo de Souza e Silva, Filomena, *escravinha cabra*, com 3 anos, em 27 de outubro de 1860, por 90\$000. Dois anos mais tarde, em 15 de fevereiro de 1862, venderam-a por

300\$000, para João Arquiláo de Miranda, no registro a idade anotada foi de 8 anos²⁶.

José Theodoro Jacobi na vendeu a Leocádia Saturnino Loubo, Joanna, pardi nha, em 30 de dezembro de 1839, por 100\$000 réis. Em 17 de outubro de 1840, ele recomprou a mesma criança por 400\$000 réis²⁷. Neste caso, um arrependimento muito grande deve ter ocorrido, pois senão como explicar o pagamento de 300\$000 réis para obter a menina novamente?

Trezentos e sessenta e quatro pessoas (79,13%) transacionadas foram qualificadas com as designações identificadas como sendo de descendentes de africanos nascidos no Brasil, a maior parcela do total. Dentro desse grupo de escravizados nacionais, os cabras apareceram em 133 registros, correspondente a 28,91% do total geral ou 36,54% dos nacionais. Os qualificados como crioulos, em suas diversas tonalidades de cores como crioulo preto, crioulo pardo e mesmo crioulo cabra, foram lançados em 130 registros, equivalentes a 28,26% do total ou 35,71% dos nacionais.

²⁶ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobi na, n. 26, p. 31v; e n. 27, p. 25.

²⁷ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobi na, n. 10, p. 84; e n. 13, p. 12v.

**Quadro 7 – Origem, Cor e Sexo –
Registro de Compras, Vendas e Doações – Jacobi na (1808–1885)**

Origem	Cor	M.	F	GERAL	
NENHUM	NENHUM	25	26	51	51
ANGOLA		0	3	3	43
AFRICANO		20	14	34	
AFRICANO PRETO		1	0	1	
CONGO		1	0	1	
MINA		1	0	1	
NAGÔ		0	2	2	
UÇA		1	0	1	
	ACABLOCADO	1	1	2	
	CABRA	71	58	129	364
	PARDO CABRA	1	2	3	
	FUSCA	7	3	10	
	CRIOULO	61	56	117	
	CRIOULO PRETO	7	3	10	
	CRIOULO CABRA	0	2	2	
	CRIOULO PARDO	1	0	1	
	MAMELUCO	1	0	1	
	MESTIÇO	2	2	4	
	MULATO	4	3	7	
	PARDO MULATO	2	0	2	
	PARDO	40	26	66	
	PARDO CABRA	1	0	1	
	PRETO	5	4	9	
TAPUIA (?)		1	1	2	
TOTAL POR CATEGORIA		254	206	460	

Fonte: APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobi na. (OBS: Neste quadro, foram utilizados os termos encontrados nos documentos).

Outros registros apresentaram mais categorias identificadas como nacionais, entre eles os classificados como pardos, figurando em 69 (sessenta e nove) casos, correspondendo a 15% do total ou 18,96% dos identificados como brasileiros.

No grupo de nacionais, ainda estão incluídas dez pessoas qualificadas como fuscas, equivalendo a 2,17% do total ou 2,75% dos nacionais; nove qualificados como pretos, correspondendo a 1,96% do total ou 2,47% dos nacionais; e mulatos, que apareceram em sete casos (1,52% do total ou 1,92% dos nacionais). Também estão incluídos registros de duas pessoas acabocladadas, quatro mestiços e um mameluco.

Os escravizados, declarados somente pela cor preta e sem origem, apresentaram, nos próprios registros, outras referências sobre sua naturalidade, e todos eram da região, e/ou com a filiação conhecida, tornando assim possível serem identificados como nacionais.

Os homens com idade entre 21 e 50 anos formam o maior grupo com registros das comercializações com cento e quarenta e sete indivíduos, (31,96% do total). As mulheres na mesma faixa etária formam o segundo maior grupo com cento e treze registros, equivalendo a 24,56% do total. Também pude constatar um grande número de crianças e jovens comercializados.

Setenta e dois meninos de até 10 anos foram envolvidos nas transações (15,65% do total). As meninas foram contadas em número de setenta e cinco (16,30% do total). Os jovens de 11 até 20 anos corresponderam a vinte e um (4,56%) e as jovens totalizaram dez registros (2,17%). Os idosos ou pessoas com mais de 50 anos tiveram pouco peso nos registros, aparecendo apenas catorze (3,04% do total) homens e oito mulheres (1,74%).

Quadro 8 – Registros de Compras, Vendas e Doações de Escravizados – Por faixa etária – Jacobina (1808–1885)

Origem	Côr	CRIANÇAS ATÉ DEZ ANOS					PESSOAS ENTRE 11 ATE 20 ANOS					PESSOAS DE 21 ATE 50 ANOS					IDOSOS OU MAIORES DE 51 ANOS					TOTAL GERAL
		Masculino		Feminino		TOTAL	Masculino		Feminino		TOTAL	Masculino		Feminino		TOTAL	Masculino		Feminino		TOTAL	
		S.Q.	QI.	S.Q.	QI.		11 a 15	16 a 20	11 a 15	16 a 20		S.Q.	QI.	S.Q.	QI.		S.Q.	QI.	S.Q.	QI.		
NENHUM	NENHUM	4	5	5	6		1					11	2	11			2		2	2		51
ANGOLA				2															1			3
AFRICANO												18		12			2		2			34
AFRICANO	PRETO																1					1
CONGO												1										1
CRIULO		10	7	8	11		1	2	1	1		36	3	29	5		2		1			117
CRIULO	PRETO	1			1							4	2	2								10
CRIULO	CABRA				1				1													2
CRIULO	PARDO							1														1
MINA																			1			1
NAGÓ														2								2
TAPUIA												1			1							2
UÇA												1										1
	ACABLCADO											1		1								2
	CABRA	10	13	7	19		6	4	2	1		29	7	21	8		1	1				129
CABRA	PARDO													2			1					3
	FUSCA		1		1		1		1				5		1							10
	MAMELUCO	1																				1
	MES TIÇO				1							1		1					1			4
	MULATO	2			1		1			1		1		1								7
MULATO	PARDO		1									1										2
	PARDO	6	8	5	6		2	2	2			21		12	1		1					66
PARDO	CABRA	1																				1
	PRETO	1	1		1							1	1		3				1			9
TOTAL POR CATEGORIA		36	36	27	48	146	12	9	7	3	31	129	20	92	20	261	9	4	6	2	22	460
		72		75								149		112			13		8			

Fonte: APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina

Dos dez escravizados qualificados como fusca, sete eram do sexo masculino, oito eram moradores da Freguesia de Nossa Senhora da Saúde, distrito de Jacobina, e dois da sede, Jacobina. Todos foram transacionados entre 1872 e 1880. Nove foram registrados como do serviço de lavoura e seis tinham idades entre 9 e 22 anos.

Os registros de comercialização de crianças do ano de 1808 até 1850 somaram setenta e cinco (75) e de 1851 até 1885, último ano deste tipo de lançamento, somaram 72 (setenta e dois) indivíduos; os jovens entre 11 e 20 anos foram incluídos nas transações, até 1850, em cinco registros e após 1851, em 26 (vinte e seis) registros. Conforme determinava a Lei

Imperial nº 2.040, de 1871, os filhos de mulheres escravizadas nascidos após sua promulgação seriam livres, mesmo assim encontrei dois registros de crianças envolvidos nas transações comerciais em 1880 e seus senhores declaravam suas idades de aproximadamente oito para nove anos.

Os registros mostram a lógica do mercado de escravizados na região. Os homens e mulheres no auge da idade produtiva foram os mais presentes nas transações, por serem os mais desejados para a produção. As crianças e adolescentes talvez fossem a garantia de um investimento para o futuro e também de produção imediata apesar de pequena, pois eles também eram empregados em diversas funções.

Cruzando as informações de qualificação de origem e cor com as de faixa etária, observamos que o maior grupo de pessoas escravizadas, com suas transações registradas, era o de crioulos homens na faixa etária entre 21 e 50 anos, representando quarenta e cinco pessoas (9,78% do total).

Nos registros, foram encontradas poucas negociações envolvendo mais de um escravizado, chamando a atenção para o registro de venda realizada em 03/02/1808 por João Luiz Motta e sua esposa Elena Góes de Carvalho a seu filho, o Padre José Antonio de Carvalho e Mattos, envolvendo sete pessoas escravizadas, entre outros bens²⁸.

²⁸ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 02, p. 6v.

O Coronel Pio Lopes Cezar vendeu, ao alferes Ludvico José de Abreu, em 18 de fevereiro de 1842 um escravizado chamado Bertholdo, crioulo preto, por 400\$000 réis. Seis meses depois, em 17 de agosto de 1842, seu procurador, Manoel Fulgencio de Figueiredo, foi ao cartório para registrar a venda de mais seis escravizados. Entre eles, a menina Flora, por 200\$000 réis, um casal de velhos, Manoel e Catarina por 300\$000 réis cada, e ainda o crioulo Luiz, por 400\$000 réis, outro crioulo, Salvador, por 300\$000 réis e também a mulata Sigmunda por 500\$000 réis, perfazendo um valor total de 2.000\$000, dois contos de réis²⁹.

No mesmo ano de 1842, foram registradas 32 (trinta e duas) transações, a segunda maior quantidade encontrada no período pesquisado (1808 até 1885). Os valores da venda de Pio Lopes a Ludvico José apresentaram-se superiores à média obtida nas outras transações, para o mesmo ano.

Os escravizados homens adultos tiveram média de 379\$333 réis, as mulheres adultas 328\$666 réis e as meninas tiveram média de 260\$000 réis. Não foram considerados os idosos, pois os desta venda foram únicos no ano em questão. No registro, esta discrepância está justificada, pois “[...] estando o vendedor muito individado com o comprador este aceita os escravos como parte do pagamento”³⁰.

²⁹ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 13, p. 90; e n. 13, 110v.

³⁰ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 13, 110v.

Manoel Fulgencio de Figueiredo apareceu em vários registros de transações, como vendedor ou doador em mais sete casos, e como comprador em mais nove lançamentos, além de figurar como procurador em muitas outras negociações³¹. Seu posto de Comandante Superior, talvez atestasse sua honestidade, possibilitando figurar tantas vezes nos registros.

Ainda no ano de 1842, Manoel Fulgencio, figurou como procurador de Bento Jose de Carvalho, vendendo três escravizados em momentos diferentes. O primeiro foi em 03 de janeiro de 1842, vendendo a Manoel José Marques o crioulo preto Pedro, por 500\$000 réis³². Além de Pedro, Manoel José já havia comprado dois escravizados, Faustino e Lauterio em 1839, e o africano Alexandre, em 1860 e não aparece como vendedor em nenhuma transação³³.

As outras duas vendas foram feitas ao mesmo comprador Jerônimo José da Silva, uma do crioulo preto Manoel, pelo valor de 400\$000 réis, em 20 de maio de 1842; e a outra em 12 de dezembro de 1842, do cabra Domingos, pelo valor de 500\$000

³¹ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 10, p. 54, 60v, 82v; n. 11, p. 27v; n. 12, p. 72v; n. 13, p. 16v, 74v, 78v, 99v, 110v, 135, 190; n. 14, p. 20, 26v; n. 15, p. 52; n. 16, p. 65v; n. 17, p. 42; n. 17a, p. 24v, 41v, 42v, 75v; n. 19, p. 28, 29; n. 20, p. 63; n. 23, p. 75v.

³² APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 13, p. 78v.

³³ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 10, p. 31, 46.

réis³⁴. Jerônimo aparece, também, em mais quatro compras em momentos diversos³⁵.

Além do procurador e vendedor, outras instigantes referências aparecem nos três registros, junto com a qualificação dos escravizados:

“[...] que fugitivo vagava pela fazenda Catinda do Moura do domínio d'elle comprador...”³⁶

As formas de controle na propriedade de Bento José não eram tão rígidas, pois esses três escravizados parecem ter criado uma estratégia de mudança de trabalho, ou de garantia de unidade e proximidade do grupo. A estratégia de fugir e ficar próximo da propriedade de outro senhor indica uma possibilidade de garantia de continuar próximo aos seus amigos, evitando a quebra dos laços comunitários.

A atuação de um procurador já denuncia o absentéismo. A mãe de Bento José, Ignacia Francisca Freire, faleceu em 09 de março de 1843, tinha feito seu testamento em 17 de março de 1841, deserdando sua outra filha. Provavelmente ela estava doente ou precisando dos cuidados do filho em seu sítio Olho D'Água, distante da Villa³⁷.

³⁴ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 13, p. 99 e 135.

³⁵ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 14, p. 17v; n. 16, p. 51; n. 19, p. 41, 48.

³⁶ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 13, p. 78v, 99 e 135 (pela ordem que aparecem no texto).

³⁷ APEBA, Seção: Judiciária, Testamentos: Ignacia Francisca Freire, ref. 03/1388/1857/02.

Existiam mecanismos de controle na própria sociedade como a Resolução do Conselho Geral da Província mandando apreender os escravos “q’ sahissesem fora da Cidade, Villas, e Povoações”. O Juiz João Alexandre de Andrade Silva e Freitas tinha dúvidas sobre sua aplicação, comunicando-as em ofício de 15 de fevereiro de 1830³⁸. A principal dúvida era com referência a como identificar se a pessoa era ou não escrava e no caso de ser liberto:

A disposição do d.º art.º 2 puramente recae sempre na hypothese de q’o apreendido hé escravo; mas não mostra o efficaz meio p’ onde dêva, ou possa o Juiz attribuir q’esse apreendido he captivo, ou livre...

Como se conservarão pessoas prezas na Cadêa pela simples presumpção de serem captivas, sem haver cabal certeza de captiveiro, sustentando-as o Juizo, sem haver quem depois pague essa di speza?³⁹

Aproveitando-se da ausência de seu senhor, os três homens, procuraram outras oportunidades fugindo e fixando-se próximo do seu antigo local de moradia, evitando uma chamada para perto de seu senhor, ausente da região, ou a venda em separado para locais distantes uns dos outros.

³⁸ APEBA, Seção: Colonial e Provincial, fundo: Juizes, Maço: 2430.

³⁹ APEBA, Seção: Colonial e Provincial, fundo: Juizes, Maço: 2430.

O expediente utilizado pelos escravizados citados, aproxima-se dos padrões de fugas-reivindicatórias citadas por Eduardo Silva e João José Reis:

As fugas reivindicatórias não pretendem um rompimento radical com o sistema, mas são uma cartada – cujos riscos eram mais ou menos previsíveis – dentro do complexo negociação/resistência.⁴⁰

Essas fugas já eram esperadas pelos senhores e serviam como uma advertência contra maus-tratos ou uma forma de efetivamente garantir alguma conquista de autonomia relativa já enraizada nos costumes entre o grupo de escravizados e os senhores locais.

O mais instigante nesses casos foi a utilização do mesmo expediente por pessoas diferentes em meses diferentes, apontando um contato entre o grupo. Após a conquista do desejado por um deles os outros seguiram os mesmos passos. Estava garantida a continuidade da vida comunitária para esse pequeno grupo.

No inventário de Manoel José Marques, falecido em 29/05/1866, Pedro, então com 50 anos, aparece arrolado entre os 28 escravos. Outro escravizado, Lauterino, crioulo pardo comprado por Manoel José em 1839, com 20 anos, aparece na

⁴⁰ SILVA, Eduardo; REIS, João José. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**, São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 63 passim.

relação com 46 anos, mas qualificado como mulato. Eleuterio, como está registrado, vai conquistar a liberdade, em 03 de janeiro de 1867, alguns meses após o falecimento de seu antigo senhor⁴¹.

Um dos motivos da escolha de fugir e ficar vagando pela Fazenda Caatinga do Moura parece estar na composição do plantel explicitado no inventário: foram relacionados, além de Pedro e Eleuterio, mais dois homens Mallaquias com 40 anos e José de 30 anos, um homem de 80 anos, três meninos entre até 10 anos, perfazendo um total de oito homens. Todas as outras vinte pessoas arroladas eram mulheres, uma com 60 anos, oito com até 10 anos e onze entre 12 e 35 anos⁴².

Guilhermina, fusca do serviço de lavoura, no inventário registrado como cabra, conquistou sua liberdade mediante o pagamento de 620\$000, um lucro de 20\$000 réis para José Marques de Carvalho, cabeça de casal de Maria Marques de Carvalho, herdeira habilitada⁴³. Além de todas elas, ainda pertencia a Manoel a escrava Luiza, que conquistou sua liberdade em 1853⁴⁴.

Os escravizados, no total de 10:525\$000 réis, no inventário de Manoel José Marques, não eram nem metade do

⁴¹ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 30, p. 70.

⁴² APEBA, Seção: Judiciária, Inventários, Partilha Amigável: Manuel Jose Marques, ref. 02/619/1073/13.

⁴³ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 35, p. 46.

⁴⁴ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 22, p. 34.

valor avaliado só para as 1.150 cabeças de gado vacum de criar, 23:000\$000 réis. Foram arrolados, ainda, sete posses ou metades de terra em várias Fazendas, todas próximas a Caatinga do Moura; três engenhos cobertos de telhas, porém um “detriorado”; uma roça no Bom Jardim; casas cobertas de telhas na Fazenda Caatinga do Moura; uma no sítio do Rossado, parte de morada e uma casa de morada por acabar, na Vila de Jacobina⁴⁵.

O expediente de fugir para garantir a permanência no local escolhido pela pessoa escravizada, também foi utilizado por Margarida, moça africana. No registro de Compra e Venda passado por Carolina da Costa e Oliveira ao comprador Manoel Vaz de Góes, está expresso: “escrava fugida para a Villa de Jacobina”⁴⁶.

Margarida empreendeu uma fuga de mais de muitas léguas com destino a Vila de Jacobina. E por que fez isto? A explicação pode estar em outros registros de compra. Doze anos antes, em 27 de janeiro de 1847, Manoel Vaz de Góes comprou Joanna, africana, de “Dona Carolina da Costa e Oliveira moradora na Villa Coml de Lençóis”⁴⁷. Não foram encontrados outros registros, mas é possível uma grande amizade entre as duas escravizadas, surgida em outros tempos, ou até mesmo na viagem, ou mesmo algum laço de parentesco que as unia.

⁴⁵ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 22, p. 34.

⁴⁶ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 25a, p. 50v.

⁴⁷ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 19, p. 02.

Existem dois períodos de picos de registros de compras, vendas e doações que são de 1839 a 1848, concentrando 50,4% do total de transações com números expressivos de 225 (duzentos e vinte e cinco) registros; e de 1855 a 1863, com 120 (cento e vinte) registros (27% do total).

Nos registros de Compra, Venda e Doação, não existem informações detalhadas sobre os compradores, somente seus nomes foram registrados, porém em pesquisas nas Listas Nominais dos Fogos de 1842⁴⁸, Lista Geral dos Cidadãos Qualificados Jurados pela Junta Revisora para o ano de 1863⁴⁹ e na Lista dos Cidadãos Qualificados Votantes pela junta Municipal da Villa de S. Antonio de Jacobina, para o ano de 1878⁵⁰, foi possível identificar nominalmente 182 (cento e oitenta e dois) dos compradores, ou seja 80,89% das transações foram para compradores da região. A informação é bastante pertinente, mostrando uma comercialização local dos escravizados, neste primeiro período.

Se retirarmos 15 (quinze) mulheres não identificadas na lista de fogos, teremos somente 28, (12,45%) das transações feitas por pessoas não identificadas nas listas. Não estar identificado na lista não representa não ser da região, pois homens solteiros, mas ainda residentes com seus pais, podem não estar na lista de fogos. As mulheres não estão nas listas

⁴⁸ APEBA, Seção: Colonial e Provincial, fundo: Juizes, Maço: 2431.

⁴⁹ APEBA, Seção: Colonial e Provincial, fundo: Juizes, Maço: 2434.

⁵⁰ ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE JACOBINA (APMJ), Livro de Qualificação dos Votantes (1878-1880).

de votantes e nem dos qualificados jurados, por impedimentos legais.

O incremento no número de registros nos dois períodos pode ser explicado pelo maior número de livros preservados, mas fatores econômicos também podem ter afetado os negócios sertanejos, propiciando este maior número de registros.

Tomando como base os estudos para Salvador, os dois períodos citados encontram-se próximos a uma fase de recuperação econômica, que vai de 1842 até 1865⁵¹.

A descoberta de diamantes na Chapada impulsionou a economia da capital gerando novas oportunidades mercantis, com negócios direcionados para a exportação deste novo produto mineral. A documentação específica sobre Jacobina apresenta informação sobre as descobertas de jazidas minerais na região.

Em ofício encaminhado em 20 de agosto de 1852 ao Presidente da Província, o Juiz de Direito da Comarca, José Antonio Rocha Vianna, informa:

Os produtos mineraes que há néssa Comarca são n' este Municipio, e na Freguezia d' esta Villa ouro, em qualquer parte, o ferro no lugar das Figuras em abundancia, salitre na Tabúa e Jacaré, tem

⁵¹ ANDRADE, Maria José de Souza. **A mão-de-obra escrava em Salvador, 1811/1860**. Salvador: Corrupio, 1988. p. 42 passim. Sobre economia baiana no século XIX ver também ALMEIDA, Rômulo. Traços da História Econômica da Bahia no último século e meio. **Revista de Economia e Finanças**. Salvador, ano 4, v. 4, n. 4, p. 60-77, 1952.

aparecido di amantes na Freguezia do Morro do Chapéo.

No Municipio da Villa Nova tem minas de ouro no Lugar dos Milagres, e, na cordilheira de Serras, que ahi passa, tem aparecido tambem di amantes.⁵²

Portanto, mesmo sem a pujança do século XVIII, ainda existiam muitos locais de mineração, conseqüentemente mineiros necessitando de víveres para compor o 'saco' semanal⁵³.

Encontrei, também, alguns documentos referindo-se à instalação de novas criações de "gado cavallar" em lugares impróprios, gerando uma postura para adequar os interesses de todos⁵⁴. Isto pode indicar uma retomada da criação de cavalos e mulas para o trabalho direto nas minas ou transporte de mercadorias para elas.

O aumento da exploração mineral necessitava de um incremento da produção de víveres necessários à sobrevivência dos trabalhadores das minas. Jacobina, como pólo produtor e distribuidor de gado e outros alimentos, deve ter-se beneficiado com isto, gerando a necessidade de novos braços para os trabalhos nas propriedades rurais e também na cidade.

⁵² APEBA, Seção: Colonial e Provincial, fundo: Juizes, Maço: 2432.

⁵³ Mantimentos necessários para uma semana de trabalho nas minas, como era carregado em saco, ganhou esse nome.

⁵⁴ APEBA, Seção: Colonial e provincial, série Governo, Câmara de Jacobina, Maço 1328 (1837-1856).

Os registros apresentaram 134 (59,6%) pessoas adultas sendo comercializadas; 57 (25,3%) registros foram de crianças; trinta (13,3%) dos envolvidos eram idosos; e quatro (1,8%) pessoas tinham entre 11 e 20 anos. Portanto, mais da metade das pessoas escravizadas, envolvidas nas transações, eram de indivíduos no auge da vida produtiva.

O segundo período de maior número de registros, de 1855 a 1863, parece estar ligado a fatores muito diferentes. Este intervalo foi precedido de uma grande seca na região desde 1852.

Dos compradores para esse segundo período – 1855 a 1863 –, foram reconhecidas noventa (75%) pessoas, doze foram mulheres as negociantes (10%), e dezoito dos fregueses não foram identificados, correspondendo a 15% dos registros de compra, venda e doação do período.

Em justificativa ao presidente da província, de 19 de fevereiro de 1858, dando conta das poucas remessas de gado para o abastecimento da Capital e sobre a carestia dos alimentos enviados, assim relata a Câmara de Jacobina:

Quanto ao 1º., he de parecer que a elevação dos preços dos generos, tenha sido pela falta das chuvas q' a dois annos não produz regularmente; sendo a farinha de mandioca a principal alimentação da grande massa do povo.

Quanto ao 2º.; que tem havido diminuição na produção dos gados, tanto pela imregularidade [sic]

das chuvas, como por cauza da peste que a annos persegue a criação.

Quanto ao 3º.; que a carestia se nota em todos os lugares deste Município.

Quanto ao 4º.; que as causas que concorrem para carestia e diminuição, são as que ficam mencionadas no segundo.⁵⁵

A crise na produção de gêneros com perda de safras e a diminuição dos rebanhos pode ter levado a uma reestruturação produtiva na região, causando um deslocamento da mão-de-obra para outros setores da economia e, conseqüentemente, para outros senhores.

Outra explicação plausível reside no aumento do preço dos gêneros de primeira necessidade, provocando o aumento do custo de manutenção dos escravizados, levando, assim, os senhores menos abastados a se desfazerem de seus escravizados menos produtivos. Estas conclusões são baseadas no acúmulo de doações, neste período, dezenove ao todo, principalmente de crianças e jovens – realizadas por parentes mais velhos, tias e avós em sua maioria.

Foram registradas vendas de quarenta e sete crianças até dez anos; dezesseis pessoas com idades entre 11 e 20 anos; oito idosos; e um escravizado aleijado, perfazendo um total de

⁵⁵ APEBA, Seção: Colonial e provincial, série Governo, Câmara de Jacobina, Maço n. 1328 (1857-1882).

setenta e duas (60%) do total de cento e vinte pessoas registradas com valores.

As pessoas mais citadas no total dos registros de negociações foram: José Theodoro Jacobina, figurando em sete vendas, uma doação e quatro compras; Justiniano Cezar Jacobina, apareceu em quatro vendas e cinco compras; Manoel Joaquim de Carvalho, inscrito em quatro vendas, duas doações e sete compras; José D'Antas Bento Coelho, incluído em cinco vendas, quatro compras e duas vezes como doado⁵⁶; José Rodrigues Costa do Brasil, registrado em quatro vendas e cinco compras; e Guilhermino Soares da Rocha, em cinco vendas e nove compras.

Algumas pessoas apareceram muitas vezes em registros de compras, mas não nas de vendas, como: Eduardo Dias de Moraes, inscrito em cinco registros; Carlos Lopes Cezar, com seis compras; o vigário Theotônio Barboza Miranda, com dez compras; e Francisco Annes Barboza, com treze compras e nenhuma venda.

Todos eles tinham em comum não comprarem mais de dois escravizados da mesma pessoa. Este padrão me levou a pensar neles como ligadas ao tráfico dentro da própria região ou província, porém, no próprio conjunto de Registro de Compra, Vendas e Doações, esta idéia já não se sustenta e não se dispõe de outros documentos para tal comprovação.

⁵⁶ doado é o termo jurídico para designar aquele que recebe uma doação.

Carlos Lopes Cezar, aparece como parte interessada no Inventário de Fabriciano da Rocha Cezar, em 1866, e de Galdina Cândida da Rocha Cezar, em 1847. De Theotônio Barboza Miranda, localizei o inventário e o testamento no ano de 1870. Francisco Annes Barboza também era da região, tendo seu inventário realizado em 1861. Só aparece como vendedor em quatro registros, um em 1839, dois em 1847 e um em 1857.

Carlos Lopes César foi casado com Galdina Cândida da Rocha César falecida em 08 de setembro de 1844⁵⁷. No inventário, foram arrolados oito escravizados, sendo: Francisco, cabra, mais ou menos 50 anos; Luiz, africano, velho; Joaquim, cabra, 15 anos; Claro, cabra, 13 anos; Rogério, pardo, 4 anos; Elena, parda, 24 anos; Maria, africana, velha; e Ignez, parda, sem indicação de idade. Maria foi comprada em 1843, por 200\$000 réis e revendida em 12 de outubro de 1847, para Maria do Nascimento, por 150\$000 réis⁵⁸.

Theotônio Barboza Miranda, apesar de aparecer em dez registros como comprador, só foi vendedor em alguns documentos: comprou Theodora em 05 junho de 1844, de Carlos da Silva Cardozo, por 400\$000 e a vendeu para Joaquim da Silva Cardozo, em 17 de outubro de 1844, pelo mesmo valor⁵⁹; comprou ainda Belchior, em 26 de março de 1856, de Anna Roza Cândida

⁵⁷ APEBA, seção: Judiciário, Testamento e Inventários, ref. 03/1086/1555/07.

⁵⁸ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 13, p. 190; e Livro, n. 19, p. 50.

⁵⁹ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 16, p. 14v; e Livro, n. 16, p. 33.

do Rego, por 770\$000 e o revendeu em 08 de janeiro de 1859, para Antonio de Paula Montenegro, por 1:000\$000 réis⁶⁰.

As mulheres apareceram muito mais como vendedoras do que como compradoras, e a maioria vendeu um ou dois escravizados. Uma parte delas citadas como viúvas, sendo raras as inscritas como compradoras de dois ou mais escravizados. Isto leva a crer na desarticulação das propriedades produtivas remanescentes de casais separados pela morte, vendendo-se tanto a propriedade como os meios de produção, os escravizados e os equipamentos. A única exceção foi Maria da Glória, filha de Manoel Fulgencio de Figueiredo, aparecendo como compradora em três registros, além de receber duas doações.

2.2 O TRÁFICO NAS PROCURAÇÕES

Nos livros de registros, existem também os assentos das procurações para venda de escravizados fora da vila e comarca. Estes documentos também são formas de cercear a autonomia dos escravizados, funcionando como uma espécie de castigo para o escravidão rebelde, pois o tirava do convívio comunitário construído.

⁶⁰ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 23, p. 74; e Livro, n. 25a, p. 24v.

Foram identificados 123 (cento e vinte e três) casos de escravizados ou procuradores diferentes nessa documentação, entre 1875 e 1887. Algumas pessoas escravizadas aparecem mais de uma vez em registros diferentes. Existem procurações explicitando o local e, em seguida, a expressão “e outras”, embora juridicamente isto pudesse ser contestado, é como está registrado na documentação.

Quadro 9 - Número total de escravizados envolvidos em procurações (1875-1887)

Ano	Escravizados
1875	15
1876	05
1877	04
1878	12
1879	10
1880	49
1881	06
1882	11
1883	05
1884	01
1885	02
1886	02
1887	01
Total	123

Fonte: APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina. (ver relação nas referências).

Entre os vários procuradores nomeados, encontrei o sr. Eduardo Dias de Moraes, qualificado como negociante, sendo mencionado com poderes para qualquer tipo de negociação para a Cidade da Bahia, sobre seis escravizados de cinco proprietários diferentes.

Alguns escravizados apareceram mais de uma vez em registros diversos, denotando uma falta de interessados na compra do escravizado, ou a falta de atributos ou, ainda, algum outro motivo não especificado nos registros.

Apareceram, também, negociantes especializados no comércio de “carne humana” da Corte do Rio de Janeiro, em várias procurações aparecem grupos de procuradores: Vasconcellos Espinola e Cia, Augustos de Vasconcellos de Bitencourte e Benvido de Souza Moura; Domingos Alves Guimarães Cutia, Amaral e Sancto, Bastos e Souza, e Duarte Fonseca e Companhia; Euclides José Ramos e Cia. e José Moreira Velludo. A atuação deste último ficou notória em livro de Sidney Chalhoub⁶¹.

Com a proibição do tráfico internacional de escravizados em 1850, mas sistematicamente desrespeitada até pelo menos o final daquela década, setores da economia dependente do trabalho escravo, principalmente os plantadores de café em expansão no Sudeste, foram levados a equacionar o problema da mão-de-obra no Brasil. Enquanto o debate acirrava-se, os preços dos escravos subiam.

O fluxo das transferências interprovinciais de escravizados e dentro das próprias províncias cresceu muito depois da efetivação da Lei de 1850, alimentado pela crise nos setores produtivos do Nordeste, principalmente o açucareiro, pois a mão-de-obra migrava para setores produtivos novos, com maiores investimentos.

Os donos das propriedades rurais, e mesmo alguns da cidade, viam na venda de seus escravos ociosos uma forma de

⁶¹ CHALHOLB, Sidney. **Vições da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p. 43 passim; e p. 161 passim.

diminuir os prejuízos. Talvez esta tenha sido a lógica pensada pelos senhores da região outorgantes das procurações: vender seus escravos pelo melhor preço possível, não importando onde.

Quadro 10 – Procurações outorgadas por local de poderes concedidos (1875-1887)

Ano	Local dos Poderes concedidos											Totais
	REGIÃO	Cidade da BAHIA		Cidade da Cachoeira		Cidade de Feira de Sant'Anna		Província Bahia		Corte Do Rio de Janeiro	Império	
		Só	Out	Só	ou	Só	Out	Só	Out			
1875		4	3		2			2		4		15
1876	1	3					1					5
1877							1		3			4
1878		8	1	2	1							12
1879	3				1		1	4			1	10
1880	26	4		1				11	1	2	4	49
1881		3								3		6
1882	3	8										11
1883		4						1				5
1884	1											1
1885	2											2
1886		1		1								2
1887	1											1
Totais	37	35	4	4	4	2	1	21	1	9	5	123
		39		8		3		22				

Fonte: APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina.

O quadro mostra uma forte concentração de procurações estabelecidas com poderes para a Cidade do Salvador, com trinta e nove outorgas; em segundo lugar, para a própria região, com trinta e sete; em terceiro, para a província da Bahia, com vinte e duas; depois, para a Corte, nove; cidades de Cachoeira e Santo Amaro, com oito; para todo o império com cinco; e por último, para Feira de Santana, com três.

Alguns senhores passavam procurações para várias pessoas e locais diferentes, como Raymundo José Ferreira, morador da

Freguesia da Saúde, que instituiu seis procurações. Uma foi para instituir o Capitão Pedro Barreto de Araújo e Ricardo Barreto de Araújo, seus procuradores na Freguesia de Santo Antônio das Queimadas, com poderes para negociarem a venda de Cypriano, preto de quarenta anos, solteiro, natural de Jacobina, filho de Joanna, profissão vaqueiro, em 05 de março de 1884⁶².

As negociações eram lentas arrastando-se por vários meses até serem concluídas com êxito. Outra possibilidade era a de o(s) procurador(es) ficar(em) de posse do escravizado. Este trabalho propiciava ao outorgado auferir ganhos extras na transação. No dia 12 de janeiro de 1885, Raymundo José volta ao cartório para passar nova procuração para Ricardo Garcia de Araújo, com poderes para apenas assinar escritura de venda de Cypriano, na Freguesia de Queimadas, termo da Vila Nova da Rainha, BA⁶³.

Nas outras duas procurações, as possibilidades de mudança na vida de dois escravizados ficaram expressas. Victorino, preto, solteiro, com onze anos de idade, filho de Maria, e Vicente, também preto, solteiro, com quinze anos de idade, filho de Ritta, ou foram negociados na Cidade da Bahia, sob responsabilidade da Rocha Reis e Companhia ou foram para a Corte do Rio de Janeiro sob responsabilidade de Domingos Alves

⁶² APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 40, p. 40v.

⁶³ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 38, p. 25.

Guimarães Cotia, Amaral e Sanctos, Bastos e Souza, e Duarte Fonceca e Companhia. As duas procurações foram feitas no mesmo dia 12 de abril de 1880. Isto indica a existência de uma rede bem articulada para negociação de escravizados, com possibilidades de comercialização em lugares diferentes⁶⁴.

As outras duas procurações foram concedidas a Antonio Ferreira Dias e Galdino Cezar de Moraes, com poderes para negociação na Vila de Santo Antônio de Jacobina. Uma tem a mesma data de 12 de abril de 1880, envolvendo Ritta, fusca, escrava solteira, filha de Joanna, e seus quatro filhos: Alexandrina, fusca de onze anos, João, ingênuo, Joaquim, ingênuo e Maria, ingênuas⁶⁵.

A outra é de 12 de julho de 1880 envolvendo Bárbara, preta, 28 anos, solteira, do serviço de lavoura, e acompanhada de cinco filhos ingênuos Catharina, Thereza, Joaquina, Alexandre e Benedicto; e também a escravizada Josepha, preta, dez anos, solteira, igualmente filha de Bárbara. Os outorgados foram Antonio Ferreira Dias e Galdino Cezar de Moraes, com poderes só na Vila de Jacobina⁶⁶.

Nas duas procurações, ficou enunciada a obediência ao decreto n. 1695 de 15 de Setembro de 1869, que estabelecia:

⁶⁴ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 40, p. 2

⁶⁵ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 40, p. 2, 2v.

⁶⁶ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 38, p. 13.

Art. 2º Em todas as vendas de escravos ou sejam particulares ou judiciais é proibida, sob pena de nulidade, separar o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 anos.⁶⁷

O dispositivo acima também fez parte da chamada Lei do Ventre Livre, nº 2.040 de 28 de setembro de 1871, estando em seu parágrafo 5º a seguinte redação:

No caso de alienação da mulher escrava, seus filhos livres, menores de doze anos, a acompanharão, ficando o novo senhor da mesma escrava sub-rogado nos direitos e obrigações do antecessor.⁶⁸

Ficou também expresso, nas procurações, como funcionavam as vendas: para atender ao mercado regional de escravizados eram oferecidos ou o especialista em trabalhos especificamente regionais, como o vaqueiro, ou pessoas com conhecimentos na agricultura regional, mulheres e seus filhos, para serem utilizados na produção de víveres para subsistência ou voltados para o mercado interno regional.

A compra de escravizados jovens e mulheres, no sertão, também serviu de investimento, para salvaguardar algum bem,

⁶⁷ Conforme transcrito em carta do Juiz de Órfãos de Jacobina, Luiz Rodrigues Nunes, de 19/02/1870, APEBA, Seção: Colonial e Provincial, fundo: Juizes, Maço: 2435.

⁶⁸ BAHIA, Governo do Estado da. IRDEB - História e Cultura. **Lei do Ventre Livre**. Bahia História e Cultura - Disponível em: <<http://www.irdeb.ba.gov.br/bahiahistoriadicventrelivre.htm>>. Acesso em 11 de dez. 2004.

considerando as cíclicas crises baianas, com a vantagem de utilização dos serviços enquanto o jovem crescia.

Para o mercado da Cidade do Salvador ou da Corte do Rio de Janeiro, eram encaminhados, como escravizados, homens jovens e vigorosos, com possibilidade de adaptação tanto aos trabalhos domésticos como aos citadinos ou mesmo na função de ganhador, como, ainda, nas lavouras de café do Sudeste em expansão.

Os senhores outorgantes das procurações de vendas de escravizados procuravam proteger seu capital de um futuro cada vez mais próximo, quando acabaria de vez a escravidão. Apostavam na já anunciada morte desse comércio cada vez mais restrito pelas várias leis, resoluções e tributação. Depois da Lei de 1851, abolindo o tráfico internacional, a Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871, foi a mais temida pelos senhores de escravos, por estabelecer a gradual abolição do *elemento servil*.

Ela veio atender às várias reivindicações e pressões do movimento abolicionista, pois tratava em vários aspectos da liberdade dos cativos, incluindo a garantia do ventre livre e reconhecendo o direito ao pecúlio, um expediente já utilizado largamente, para compra da própria alforria, tirando do senhor a prerrogativa da libertação. Segundo Sidney Chalhoub a Lei foi uma conquista dos escravizados:

O texto final da Lei de 28 de setembro foi o reconhecimento legal de uma série de direitos que os escravos haviam adquirido pelo costume e a

aceitação de alguns objetivos das lutas dos negros.⁶⁹

A Lei também não descontentava de todo os senhores, garantindo o recebimento do valor do escravizado, e também assegurava o direito à propriedade e, em tese, à escravização, pelo menos naquele momento. Ela também instituiu um fundo destinado à manumissão de escravizados, composto pela arrecadação de partes de vários impostos.

Existem procurações também para pessoas especializadas no recebimento de valores devidos aos poderes públicos, tais como salários, ressarcimento de taxas e outros. Entre elas, encontrei várias para recebimento dos valores das cartas de liberdade passadas pelos juízes de Órfãos na qualidade de presidente do Fundo de Emancipação:

[...] por virtude do Artigo quarenta e dois do Regulamento que baixou com o Decreto numero cinco mil cento e trinta e cinco de treze de Novembro de mil oito centos setenta e dois.⁷⁰

A resolução citada acima, 5.135, de 13 de novembro de 1872, regulamentou as regras de utilização do Fundo de Emancipação para a libertação dos escravos. Nela foram reeditadas as disposições da obrigatoriedade de matrícula para uma classificação das pessoas a serem alforriadas.

⁶⁹ CHALHOUB, Sidney. *Vições da Liberdade...*, op. cit., p. 159.

⁷⁰ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 36, p. 46.

Nos textos das procurações, aparecem os critérios estabelecidos pela classificação acima citada, para elaboração das listas exigidas. Das seis pessoas ex-escravizadas citadas nas procurações, todas eram casadas com pessoas livres e foram apresentados seus antigos números de matrícula.

Eram cinco homens, todos ligados às atividades rurais, quatro "da lavoura" e um vaqueiro; e uma mulher cozinheira. A idade dos homens variava de 24 a 66 anos e a da mulher era de 49 anos. Todos foram qualificados como de "boa aptidão". Dois homens foram qualificados como pretos, dois como pardos e um como fusco, sendo a mulher qualificada como preta.

Conforme Ato do Governador, em 10 de junho de 1876, foi destinado para Jacobina um total de 4:124\$626 réis. A soma das procurações relatando essas conquistas de liberdade no ano de 1876 chegou a 2.860\$000, portanto restou um montante de 1.264\$626 réis para a comissão local do Fundo distribuir no ano seguinte. Foram encontradas outras procurações, porém esporádicas, ao longo do tempo, de mulheres casadas com homens livres e, finalmente, de crianças de pais livres ou libertos.

Foram libertados pelo Fundo de Emancipação, em audiência de 18 de abril de 1881, seis pessoas: Os três filhos de "Benedicta, liberta, casada com Benedicto, já libertos na 1ª. Distribuição"; Valentina, por R^e 460\$000, de 19 anos; e Benta, por R^e 450\$000, 17 anos, pertencentes a Maria Izabel de Carvalho, e José, por R^e 600\$000, 13 anos de Cândida Angélica Rego; Felix, 48 anos, casado com mulher livre, por R^e 700\$000, de Francisco Felix Vieira; e João, de Felícia Martiniana da

Encarnação, casado com mulher livre, 28 anos de idade, por R^e 800\$000⁷¹.

Formalmente, essas famílias agora podiam ficar juntas. Mas, pelos indícios apresentados no conjunto dos documentos, eles já partilhavam uma vida comunitária e familiar, muito antes desta formalização.

Na audiência para distribuição da sexta cota do Fundo de Emancipação, em 30 de abril de 1885, foram passadas as cartas de liberdade para: Maria da Felicidade, casada com homem livre, de 42 anos, com filhos ingênuos, classificada na junta anterior, por R^e 350\$000; João, casado com mulher livre, de 34 anos, com filhos menores, por R^e 480\$000; Antonio, 45 anos, casado com mulher livre e com filhos menores, por R^e 520\$000; Josépha [sic], 18 anos, casado com mulher livre e sem filhos, por R^e 500\$000⁷².

Os juízes tinham um árduo trabalho, equacionar os valores recebidos, com a classificação na ordem da Lei e, ainda, convencer os senhores a aceitar os valores. Isto tudo acontecia em uma audiência especialmente marcada. Como se nota nas procurações, o Estado não cumpria sua parte, deixando de pagar aos senhores, tornando o trabalho do juiz ainda mais penoso.

⁷¹ APEBA, Seção: Colonial e Provincial, fundo: Juízes, Maço: 2437, Quadro de emancipação pelo Fundo 1881.

⁷² APEBA, Seção: Colonial e Provincial, fundo: Juízes, Maço: 2437, Mappa da audiência do Fundo de emancipação 1885.

Por esses dados, nota-se a diminuição dos valores de uma distribuição para outra, e, quanto mais próximo de 1888, menores são os valores.

Capítulo 3

A CONQUISTA DA LIBERDADE

A CONQUISTA DA LIBERDADE

Em 27 de abril de 1858, Anna Gertrudes Theodolina Botelho, através de seu procurador Francisco Luciano Coelho, inicia uma ação para anular a carta de liberdade de cinco pessoas: José, Benedicto, Luiz, Benedicta e Rosalina.

Nas alegações iniciais, ela argumenta:

Provará que de vinte cinco de Agosto de mil oitocento e cinquenta e cinco em diante, epocha em que ella Authora e seu marido levados por espirito de caridade passarão uma carta de liberdade condicional aos réos, estes se auzentarão logo de casa gabando-se que erão fôrros e livres e jamais quiserão tornar a servir a ella Authora e dar-lhe obediencia de escravos, a despeito de todos os meios brandos que para isso empregou [...]¹

As justificativas da senhora mostram o significado de desobediência e de liberdade: não prestarem os serviços para a ex-senhora, vangloriar-se da situação de liberto e, o mais importante, ausentarem-se.

¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEBA), Seção: Judiciário, série: Libelo Cível, ref. 41/1456/4.

Nos Termos de Contrariedade, estão expressas as justificativas dos escravos:

Provarão que os Reos ainda depois do fallecimento de seo Patrono servio a Authora sua Patrona até que ella vendêo a Fazenda – Olho d’Agoa, em que morava na Freguezia da Saude, e mudou-se para esta Villa.

Provarão que os Réos nunca deixarão de ser obediente a Authora sua patrona; pois que o terem-se auzentado de sua companhia foi effeito do mêdo de serem vendidos, e não des obedeci a.²

Todas as testemunhas arroladas confirmam as alegações de desobediência, inclusive uma delas fala de uma solicitação da senhora para os libertandos comparecerem à presença da senhora, lida para todos os escravos pelo inspetor do quarteirão. Eles alegaram ir lavar roupas para apresentarem-se e nunca apareceram.

Em 22 de novembro de 1858, o juiz profere a sentença, anulando a carta de liberdade. Em 07 de março de 1859 A liberta Quiteria Francisca Freire, mãe de Benedicto, entra com o pedido de apelação, mesmo decorrido o prazo legal, justificando só ter tido essas notícias naquele momento, pois vivia longe da Vila de Jacobina, na capital da província e “da estimação em que cada hum póde ter sua liberdade”. O juiz aceita as alegações de Quitéria, contrariando todas as regras de procedimentos judiciais.

² APEBA, Seção: Judiciário, série: Livro Cível, ref. 41/1456/4.

Ela produz novas provas, consegue alvará de soltura para todos os homens envolvidos, as mulheres nunca chegaram a ser presas, mas não fica evidente no documento se por estarem evadidas ou se por força de um acordo com a ex-senhora.

No final, a carta é confirmada com sua cláusula de servidão até a morte da proprietária, e os escravizados obrigados a jurarem obediência à senhora, porém conseguem permanecer juntos e na área de terras gerida por eles mesmos. Além disso, o processo mostra a liberta Quitéria como uma pessoa bastante articulada e sabedora dos trâmites legais, pois foi pessoalmente com um advogado solicitar a apelação.

Moveu pessoas conhecidas para testemunhar favoravelmente e, mesmo longe, conseguia enviar os documentos exigidos nos prazos legais estabelecidos. Compareceu ao Tribunal de Relação, com seu advogado. E ainda, se mostrou uma boa negociadora, pois deve ter sido ela que convenceu Anna Gertrudes a desistir de abrir outro processo solicitando o recurso de parte da sentença, provavelmente a parte que confirma a carta de liberdade condicional³.

Isso tudo deixa claro o que era liberdade para aquelas pessoas: era poder ir aonde quisessem, trabalhar para quem quisessem e no momento em que quisessem. As próximas páginas serão dedicadas às cartas de liberdade.

³ APEBA, Seção: Judiciário, série: Livro Cível, ref. 26/921/14.

3.1 POUCOS REGISTROS, MUITAS HISTÓRIAS

Os Livros de Notas também são outro conjunto de documentos trazendo importantes dados e informações sobre os escravizados da região das Jacobinas: as Cartas de Liberdade. Este tipo de documento, sem dúvida, era o de maior importância para a vida dos escravizados.

Vejamos os registros de Cartas de Liberdade de Morro do Chapéu, na região de maior percentagem de escravizados em sua população, no levantamento de 1856, já apresentado anteriormente.

Os números são eloqüentes e podem exprimir particularidades regionais importantes, instigando pesquisas e revelando dados novos. Utilizando as proporções de porcentagem, eles passam a ter um poder de persuasão ainda maior. Servindo-me dos registros de Cartas de Liberdade da cidade de Morro do Chapéu, preservados no Livro A, guardado no Primeiro Cartório do Fórum da cidade, mostrarei um pouco desse fascínio.

Desses registros, 13,33% não apresentaram origem nem cor. Do total com registro de origem e cor, apenas 7,69% apresentaram as duas classificações, 30,77% apresentaram apenas cor e de 61,54% foi registrada origem. Dos registros com especificação de cor, 60% foram qualificados como pardos. Daqueles assinalando apenas origem, 88,88% foram qualificados como crioulos e apenas 11,12% eram africanos.

Como nos outros conjuntos de documentos sobre Jacobina, os africanos tinham pouca expressão, numérica, no conjunto da população de escravizados.

Quanto ao sexo, 80% das pessoas conquistando a liberdade eram mulheres, contra 20% de homens. As crianças e jovens representaram 40% dos libertandos. Entre as pessoas do sexo masculino, as crianças e jovens representaram 33,33%, e, entre as de sexo feminino, 41,66% eram da faixa etária de 0 a 20 anos.

Mesmo considerando que os dois últimos parágrafos foram apenas um pequeno exercício introdutório e não uma análise estatística aprofundada, apesar de diminuto, este conjunto possibilita saber um pouco mais sobre as lutas e estratégias de conquistas de liberdade, em Morro do Chapéu.

O tempo foi bastante cruel para com essa documentação e só foi preservado o Livro A, contendo registros de 1837 a 1848, graças à utilidade dos outros conjuntos de registros. No momento da pesquisa, o oficial do cartório recebeu um pedido de certidão de registro de escritura exatamente do livro utilizado.

A conquista da liberdade foi mediante pagamento em 7 casos, correspondendo a 46,66%. Faustina, qualificada como de cor clara, com 40 anos, pagou a menor quantia registrada, no valor de 102\$000. O maior valor, 400\$000 réis, foi desembolsado por João, africano, em 26/11/1842. A média geral foi de 251\$142 réis, sendo que a média encontrada para os

homens foi de 315\$500 réis e para as mulheres, de 225\$400 réis, cobrindo um período de 1841 até 1847. Para estes anos, existem inúmeros registros de cartas com valor expresso.

Comparando os valores das conquistas de liberdade com os encontrados por Maria José de Souza Andrade, observa-se o enquadramento de Faustina no grupo “maior com ofício sem doença”, na tabela elaborada pela pesquisadora, sendo a média obtida de 190\$000, ou seja, a libertanda despendeu pouco mais da metade do valor vigente em Salvador, no mesmo ano de 1842⁴.

Comparando com o valor de 328\$750, média coletada nos Registros de Compras, Venda e Doações para Jacobina⁵, para a mesma faixa etária de Faustina e ano, ela pagou menos de um terço do valor obtido para a região. A proximidade com seu senhor desde muito tempo, ela foi deixada de herança para Francisco de Paula Fideliz, e a “gratidão pelos serviços prestados”⁶, podem explicar essa diferença do valor encontrado.

A menina Joanna, crioula, sete anos, conquistou sua liberdade pagando 200\$000 réis. Na carta, existe apenas a citação de “falecimento dos donos anteriores”⁷. O valor obtido pela prof^a. Maria José Andrade, para a mesma faixa etária, foi

⁴ ANDRADE, Maria José de Souza. **A mão-de-obra escrava em Salvador, 1811-1860**. Salvador: Corrupio, 1988, Tabelas 10, 10.1, 11, 11.1, p. 207-214.

⁵ ver nos anexos.

⁶ FÓRUM MUNICIPAL DE MORRO DO CHAPÉU (FMMC), Livro A, p. 132

⁷ FMMC, Livro A, p. 138

de 176\$666 réis⁸, ou seja, pagou um sobrevalor de mais de 13%. Para o mesmo ano e faixa etária obtive, nos registros de Venda, Compra e Doações, a média de 260\$000 réis, ou seja, ela desembolsou 30% menos que a média de valor obtido para Jacobina.

O valor registrado na carta de liberdade do africano João, 400\$000 réis, em 26 de novembro de 1842, para sua senhora Tereza de Jesus Maria⁹, foi maior que o obtido por mim nos Registros de Compras, Venda e Doações para Jacobina e na Tabela de Maria José Andrade¹⁰. O valor parece refletir uma das condições impressas na carta, mas estas não ficam de forma nenhuma esclarecidas no documento, nem existe qualquer pista para sua solução. A condição expressa foi: "serão libertos os filhos de Felipe". Quem era Felipe? Um parente, amigo ou compadre? A proximidade de um pequeno núcleo urbano possibilitava um registro assim, sem os nomes ou qualquer indicativo das pessoas envolvidas. Ou será uma forma de burlar a lei e deixar os "filhos de Felipe" na mesma condição de escravizados? Não encontrei nenhuma pista nos outros conjuntos de fontes para ajudar na elucidação deste caso.

Os casos de maior e menor valor foram registrados no ano que concentra o maior número das liberdades, 1842, com quatro

⁸ ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão-de-obra escrava...*, op. cit., p. 207-214.

⁹ FMMC, Livro A, p. 191.

¹⁰ ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão-de-obra escrava...*, op. cit., p. 207-214.

registros (26,66%), em Morro do Chapéu. Quatro também foi o número de casos, nos quais a liberdade foi conquistada com a condição de servir em vida, não tendo nenhum caso com pagamento, e condição de servi dão.

Os valores das mulheres apresentam números muito discrepantes. A menina Joanna, crioula, cor cobre, de sete anos, conquistou sua liberdade pelo valor de 200\$000 réis, enquanto o preço pago por Faustina, cor clara, de quarenta anos, foi de 102\$000 réis, ou seja, quase a metade.

Isso parece refletir uma tendência, para a região, a valorização das mulheres jovens com mais anos de trabalho produtivo pela frente, além de poder tornarem-se reprodutoras. Os valores também podem refletir outras *nuances* como a intimidade construída entre os envolvidos nas cartas.

Outros motivos de conquista da liberdade também são expressos nesse conjunto de Cartas, tais como: bons serviços, ou motivo semelhante como gratidão pelos muitos anos de serviços prestados; amor de criação; presente de casamento da escrava; ou o senhor recebeu outra escrava no mesmo valor.

Esses motivos instigam novos olhares sobre as relações entre escravizados e senhores. Existe um registro, de 01 de janeiro de 1843, no qual a escravizada, o nome está ilegível, de dezessete anos, crioula, conquista sua liberdade como

presente de casamento de seu senhor, José de Souza de Carvalho¹¹.

Essa conquista parece-me embasada em uma relação de íntima proximidade construída entre a escravizada e a família do senhor, pois ficou estabelecida a condição de a libertanda continuar servindo na casa da família.

O amor também foi o motivo da conquista da carta de Liberdade de Arcangila, crioula, de três anos de idade, registrada em 26/06/1841. Sua senhora, Eugenia da Silva Lemos, deixou, de alguma maneira, expresso seu amor e a menina recebeu do senhor José de Souza Bispo a carta, "como premiação pelo falecimento da mulher Eugenia [...] que tinha muito amor pela escrava"¹².

A menina foi entregue a Antonio, escravo do Alferes Antonio Ferreira, encarregado de sua criação. Esta possibilidade leva a pensar na existência de grupos afro-brasileiros de parentesco ou convivência envolvendo escravizados de diferentes senhores.

Os laços eram extremamente fortes, possibilitando a saída da menina da casa de seu ex-senhor para viver com outras pessoas. Qual será o grau de parentesco entre a menina e Antonio? Se não eram parentes, quais seriam seus elos? Estes questionamentos ficaram sem respostas.

¹¹ FMMC, Livro A, p. 216

¹² FMMC, Livro A, p. 120

Foi possível ao menino Cándido também construir uma relação de trocas sentimentais intensas com sua senhora, Thereza Jesus Maria, levando à conquista de sua liberdade e a de sua mãe Clara, crioula, em 16 de fevereiro de 1838¹³.

Esse amor ficou expresso nesse documento ambíguo, pois apesar de enunciar em seu bojo a condição de propriedade do senhor, enquanto concedente da liberdade, sobre o escravizado, este passava a ser devedor desse favor pelo resto de sua vida ao senhor ou senhora, expressa também formas surdas de resistência dentro do sistema escravista, às vezes construída com cuidados e carinho.

A própria carta de liberdade pode ser pensada como uma instituição que explicita o caráter contraditório da escravidão moderna e o paternalismo senhorial. O senhor considerava-se o dono do escravizado, portanto a liberdade era uma dádiva, para ele. O escravizado usava todos os recursos disponíveis para conseguir sua alforria, e neste sentido, ela era uma conquista.

O desenvolvimento do paternalismo no Velho Sul, isto é, o desenvolvimento de um senso de direitos e deveres recíprocos entre senhores e escravos, implica num considerável espaço de vida, no qual os escravos pudessem criar família estáveis, desenvolver uma rica comunidade espiritual e gozar de conforto físico.¹⁴

¹³ FMMC, Livro A, p. 38

¹⁴ GENOVESE, Eugene D., 1993, apud RIBEIRO JÚNIOR, Flórisvaldo Paulo. **De batuque e trabalhos: resistência negra e a experiência do**

A lógica da carta de liberdade apresentava mais claramente essa contradição baseada na mentalidade do sistema. A possibilidade de liberdade levava o escravizado a uma postura mais obediente e dócil perante o senhor. Por outro lado, esta possibilidade também gerou novas formas de convivência e alianças no sentido de garantir a conquista da liberdade¹⁵.

Para conquistar a liberdade, todas as possibilidades oferecidas pelo escravismo eram usadas, como no caso da menina parda Eremaria, de 12 anos, oferecendo como pagamento de sua liberdade outra pessoa, Maria Clara, em registro de 13 de abril de 1838¹⁶.

É incitante, esse documento revelando a lógica da escravidão moderna ocidental, pois uma menina de doze anos conseguiu recursos para comprar uma outra pessoa escravizada. Isto reforça, também, a escravidão como sistema. Como em casos anteriores, existe a possibilidade do concurso dos pais, parentes, padrinhos ou amigos terem ajudado, mas isto não ficou expresso no documento.

Em outros, o sistema é questionado, como na Carta de 05 de maio de 1842, da menina Joanna, de sete anos, crioula, cor cobre, pela qual, após o falecimento de seus antigos senhores,

cativeiro – Uberaba, 1858-1901. 2001, 192 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001. p. 53.

¹⁵ LARA, Silvia Hunold. 'Blowin' in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil: **Projeto História**, São Paulo, n. 12, out. 1995.

¹⁶ FMMC, Livro A, p. 49.

conquista sua liberdade mediante o pagamento do valor de sua avaliação, 200\$000 réis, após ser destinada como parte da herança de José Pedro de Souza.

3.2 OS VALORES DAS CONQUISTAS

Os registros de cartas de Liberdade de Jacobi na apresentaram um conjunto de 502 pessoas conquistando sua liberdade das mais variadas formas, entre 1807 e 1887. Os detalhes sobre as pessoas envolvidas nestas cartas são poucos e esparsos, assim como as qualificações apresentam desafios metodológicos para o pesquisador envolvido com este conjunto. Optei por trabalhar com as classificações apresentadas nos documentos, inclusive mantendo a grafia, questionando-os na medida do possível.

O caráter de concessão feita pelo senhor da carta de alforria foi contestado por pesquisas específicas com esse tipo de fonte. Enid del ce Bertin chama a atenção:

Os escravos conheciam os meios de obter a liberdade e, quando podiam, os usavam, embora nos documentos

isso desapareça para apenas se enaltecer a atitude davi vosa dos senhores.¹⁷

Por exemplo: o conjunto apresenta alguns registros de pessoas, que possibilita saber sua origem. Aparecem explicitamente grafados africanos de várias partes do continente: Angola, Auça, Gege, Mi na e Ussa (Haussá).

Também aparecem registros com qualificações sabidamente utilizadas para designar escravizados nascidos no Brasil, classificação confirmada pela idade, pais conhecidos ou outras informações no próprio registro, tais como *cabra*, *crioulo*, *pardo* e *mulato*.

A qualificação de uma mesma pessoa difere em registros diferentes, denunciando uma falta de padronização para o sertão.

Guilhermina é qualificada como *fusca* e do serviço de lavoura no registro de sua carta de liberdade¹⁸, e, na partilha amigável de José Marques de Carvalho¹⁹, foi registrada como *cabra*. Estevão foi comprado por Justiniano César Jacobina, em 18 de novembro de 1858, como *cabra* e foi revendido para Herculano José Almeida, em 21 de maio de 1859, como *pardo*²⁰.

¹⁷ BERTIN, Eni del ce. **Al forri as na São Paulo do século XIX: liberdade e domi nação**. São Paulo: Humanitas: FFLCH/USP, 2004. p. 35.

¹⁸ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 35, p. 46.

¹⁹ APEBA, Seção: Judiciária, Inventários, Partilha Amigável: Manuel Jose Marques, ref. 02/619/1073/13.

²⁰ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 25a, p. 14; e n. 25, p. 26.

Existe uma pequena quantidade de registros qualificando os libertandos pela origem e cor. A maior quantidade é de mulatos pardos, aparecendo em vinte registros, apareceram também grafados nos registros crioulo cabra, crioulo preto, mestiço cabra.

A pequena quantidade de registros contendo origem e cor possibilitou pensar na existência de uma forte acentuação das maiores características como dístico da pessoa qualificada. Ou seja, os de origem conhecida foram qualificados, quase exclusivamente, por esta marca característica de identidade, chamada no século XIX de nação, como, por exemplo, as várias designações de regiões de captura e/ou exportação, na África.

Entre os nascidos no Brasil, a maior parcela foi qualificada como crioulo, aparecendo em uma quantidade muito grande de registros, 109, correspondendo a 21,71% do total. Também apareceram registros pautando a qualificação na escala de cores normalmente utilizada para os afrodescendentes, mas podendo indicar também uma mistura de outros ingredientes.

Existem alguns trabalhos sobre o Sudeste, especialmente nas zonas cafeeiras, levando em consideração as designações de mulato, pardo e crioulo. Em alguns deles, as pesquisas observam, nestas qualificações, índice de dísticos do grau de mestiçagem, de quantas gerações a pessoa estava distante da

África, o grau de brasilidade ou a quantas gerações conquistou sua liberdade ²¹.

Na carta registrada em 16 de novembro de 1825, Luiz Correia de 16 anos foi qualificado como cabrinha, sua mãe Angélica era de Angola, muito provavelmente seria qualificada como preta, mas isto não aparece no registro²². De Angola também era Anna, mãe de Ursula, mulatinha de 3 anos, com carta de liberdade registrada em 07 de janeiro de 1851²³.

No registro de 03 de novembro de 1818, aparece Maria, mulatinha, filha de Antonia, cabra²⁴. O mesmo padrão apresentado no registro de 15 de fevereiro de 1819, assinalando a conquista de liberdade de Francisco, mulatino, filho de Maria, cabra²⁵. Também no registro de 11 de abril de 1832 de Felício, mulatino, de 5 para 6 anos, filho de Thomazia, qualificada como cabra²⁶. E ainda no registro de 06 de dezembro de 1859 de Maria, mulatinha, filha de Maria, classificada como cabra²⁷.

²¹ MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudoeste escravista, Brasil Século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 94.

²² APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 4, p. 49v.

²³ APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 21, p. 25v.

²⁴ APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 3, p. 67.

²⁵ APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 3, p. 69v.

²⁶ APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 7, p. 93.

²⁷ APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 26, p. 3.

Algumas vezes, a mesma qualificação da mãe foi repetida para seu filho, como no registro de 27 de outubro de 1825 de Izabel, crioulinha de 10 anos, e de sua mãe Anna, crioula²⁸, ou ainda de Zacharias, mulatinho, filho de Ritta, mulata²⁹. Devido ao pequeno volume de registros trazendo a qualificação das mães e filhos, não foi possível trilhar este caminho e fazer outras assertivas, no sentido de desvendar os padrões de qualificação no quesito cor, sobre as pessoas que conquistaram sua liberdade em Jacobina.

Nos registros de compras, vendas e doações, já citados anteriormente, também não foi possível fazer qualquer afirmação sobre esses indícios de proximidade e distância da África, pois, seguindo a metodologia utilizada pelos trabalhos da Região Sudeste, em todos os designativos de cor foram encontradas mães escravas, somente em um registro de criança crioula foi mencionada a existência de mãe liberta, mas em nenhum dos registros foi apontada a qualificação da mãe, nem com referência à origem, tampouco de cor.

Voltando ao conjunto das cartas de liberdade de Jacobina, setenta e nove (15,74%) pessoas não foram qualificadas nem no quesito cor, nem no quesito origem. Cento e noventa e uma pessoas (38,05%) apresentaram registrada a origem,

²⁸ APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 5, p. 94v.

²⁹ APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 7, p. 89.

considerando crioulo e mulato como origem. Cento e noventa e oito (39,44%) foram registradas somente com cor, enquanto trinta e três pessoas (6,77%) apresentaram origem e cor.

Entre qualificados com as várias cores utilizadas para os afro-brasileiros, os pardos tiveram uma grande representação entre os libertandos, sendo noventa e oito que corresponde a 42,24% do grupo com cor e 19,52% do total de registros de pessoas. Mas os cabras, cento e seis indivíduos, foram a maior parcela representando 45,69% dos registros com cor 21,11% do total dos registros.

Os pretos, ou vinte e uma pessoas, representaram somente 9,05% dos qualificados com cor, 4,18% do total geral. Outras cores aparecem também nesse arco-íris como parda trigueira, fusca e cabra claro, porém sem expressão no quadro geral ³⁰.

As origens das pessoas que buscam a liberdade são também diversificadas, aparecendo muitas possibilidades de qualificação nos registros. Os nacionais formam maioria, e os crioulos, entre este grupo de nacionais, foram cento e onze equivalendo a 49,33% dos registros com origem declarada e a 22,11% do total, seguido dos mulatos, com setenta e sete, correspondendo a 34,22% dos registros contendo origem e a 15,34% do total geral.

³⁰ As porcentagens deste parágrafo são do total de registros com cor, ou seja origem e cor somado, perfazendo um total de 232 (duzentos e trinta e dois indivíduos).

Somando esses aos registros dos escravizados qualificados no quesito cor, mas sem dúvida brasileiros, como os pardos 98 (19,52%) e cabras 106 (21,11%), foi obtido um total de 78,08% de todos os registros, um número bastante expressivo para os brasileiros, em detrimento dos africanos.

Apenas trinta e seis africanos, conquistaram sua liberdade, o que corresponde a 16% dos registros com cor e 7,17% do total geral. Entre esse grupo, os qualificados genericamente de "africano" foram dezessete registros, equivalendo a 7,55% dos qualificados com origem e 3,39% do total.

Utilizando novamente, como termo de comparação, as pesquisas de Maria José de Souza Andrade³¹, existe uma disparidade muito grande com relação à composição da população de escravizados em Salvador e no sertão baiano. Em Salvador, os africanos são maioria na totalidade do período compreendido entre 1811 e 1888, porém tendo um decréscimo populacional após 1850, graças à proibição do tráfico internacional.

Nos registros sobre Jacobina, eles não aparecem com presença tão marcante. Tanto nas Cartas de Liberdade como nos Registros de Compra, Venda e Doação, eles apresentam-se em números muito inferiores ao de nacionais.

O fato de Andrade utilizar como base de dados os registros de testamentos e eu estar utilizando os registros de

³¹ ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão-de-obra escrava...*, op. cit.

notas pode ter ocasionado essa discrepância, porém em outros conjuntos de fontes também os africanos figuram como minoria, ou nem aparecem.

Continuando com os indícios encontrados nas Cartas de Liberdade de Jacobina, observou-se que as mulheres foram maioria absoluta, representando 59,36%, equivalendo a duzentos e noventa e oito pessoas a conquistarem a liberdade entre 1807 e 1887, mas não são tantas como nos registros de Morro do Chapéu.

Quanto às formas de conquista da liberdade, esta foi paga em cento e noventa registros (37,84%). Citando como motivo o amor do senhor pelo ex-escravizado ou por tê-lo criado como filho, foram cento e onze pessoas (22,11%). Entre estas, quatro eram africanos, representando 11,11% do total do seu grupo. As cartas de liberdade não citando motivos representam 16,93%, correspondendo a oitenta e cinco casos.³²

Existem ainda dezoto (3,58%), registros onde as conquistas foram pagas, mas também revelam o amor ou os bons serviços. Motivos de fé espiritual também foram citados, tais como "Por Amor de Deus" ou "Por esmola" aparecendo em vinte e um casos (4,19%); e ainda motivos menos expressivos, no total geral representando, somados, vinte e quatro registros (4,78%).

Quanto às condições das libertações expressas nos registros das Cartas de Liberdade, em duzentas e noventa e

³² Nos anexos existe um quadro com o resumo desses dados.

três (58, 37%) registros não existe nenhuma cláusula imposta para a conquista da liberdade. Em cento e setenta e quatro (34, 66%) registros existe a condição de servir ao senhor ou outra pessoa. Outras condições impostas representam apenas 6, 97%, correspondendo a trinta e cinco dos registros.

Cruzando os dados de imposição de condição com os motivos expressos, foram obtidos dados próximos dos já apresentados nos estudos sobre liberdade de escravizados, como, por exemplo: a maioria dos registros apresentando condição de servidão e citando como motivo da libertação o amor de criação foi conquistado por meninos (17); seguido de mulheres (16), meninas (12) e homens (11), também aparecem adolescentes (três) e idosos (dois homens e três mulheres).

As mulheres foram maioria no grupo com cláusula de servir, mas não expressos os motivos (21), seguidas das meninas (10), dos homens (7), meninos (6) e adolescentes (3 meninos e 1 menina). São também maioria (58) mulheres, no grupo que conquista a liberdade mediante pagamento de alguma quantia, mas sem cláusula de servidão; mas foram seguidas de perto pelos homens (55). As meninas (17), as idosas (dez), os meninos (nove), os idosos (cinco) e dois adolescentes, um de cada sexo, também pagaram por sua liberdade.

O grupo em conquista de sua liberdade, mas tendo cláusula de servir, foram seis pessoas todas do sexo masculino sendo três adultos, um adolescente e dois meninos. No grupo com condição de servir cujo motivo da liberdade expresso na carta eram os bons serviços, chamou a atenção o número de mulheres

adultas, 25 de um total de 41. Alias, em quase todos os grupos, as mulheres adultas apareceram em maior número.

Entre os identificados como africanos, 35 conquistaram sua liberdade, 16 homens e 19 mulheres. Doze (34,28%) tiveram cláusula de servidão até a morte do senhor ou outra pessoa, sendo oito homens. Dezoito (51,43%) pagaram algum valor para conquista de sua liberdade, sendo dez mulheres e oito homens.

Os valores pagos por esses africanos podem ajudar a entender essa química da formação do preço para a conquista da liberdade, cruzando com os motivos da libertação expressos nas Cartas de Liberdade. Isto possibilitou desvendar outras coisas expressas nas cartas, além da letra morta de sua redação.

3.3 A EXPRESSÃO DOS VALORES DAS CARTAS DE LIBERDADES

Voltando às quantias desembolsadas para a conquista da liberdade, as fontes para Jacobina indicam as mesmas características do que ocorreu em Morro do Chapéu, ou seja, existem discrepâncias das importâncias pagas nas cartas de um mesmo ano e das faixas etárias e também entre elas e outros conjuntos de fontes, indicando estarem em jogo outros valores nas negociações, além dos monetários.

A africana Benedicta, com idade entre 60 e 70 anos, pagou para conquistar sua liberdade o valor de 50\$000 a seu senhor, Theofilo da Cunha e Araújo, e a sua esposa Anna Maria do Espírito Santo na carta registrada em 05 novembro de 1857, mas, além do valor monetário, eles deixaram grafado, na Carta de Liberdade, que também haviam recebido bons serviços da libertanda³³.

Não encontrei, para o mesmo sexo, ano e faixa etária, nenhuma outra transação nos registros de compras, vendas e doações. No ano de 1856, existem dois registros de homens idosos com valor médio de 225\$000 réis, ou seja, cerca de quatro vezes mais que o valor pago por Benedicta. Na Tabela elaborada por Maria José de Souza Andrade, já citada anteriormente, também não existem dados para o mesmo ano e faixa etária, mas o valor médio apurado para o ano de 1856 foi de 300\$000, ou seja, seis vezes aquele desembolsado por Benedicta³⁴.

Esse preço bem abaixo do mercado pode ser explicado pelos bons serviços prestados e pela amizade provável construída em vários anos de convivência. Talvez fosse o pecúlio angariado e economizado por toda uma vida, além, é claro, de um grande capital investido em carinhos e mimos aos senhores.

³³ APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 24a, p. 23.

³⁴ ANDRADE, Maria José de Souza. **A mão-de-obra escrava...**, op. cit.

No ano de 1841, em 23 de novembro, a africana Joanna conquistou sua liberdade pagando a Maria Roza das Mercês o valor de 100\$000 réis, que explicitou na carta: “sem nenhuma condição”³⁵. O valor médio encontrado na Tabela de Maria José foi de 320\$000 réis³⁶ para a faixa etária de “maior”, próxima do valor médio encontrado por mim para mulher adulta no mesmo ano – 339\$666 réis; e de 225\$000 réis, se Joanna fosse considerada como “velha”, pois no registro não existe esta informação.

A quantia efetivamente paga para conquista de sua liberdade foi inferior a um terço da média da Tabela para Salvador e também para Jacobina, nos registros de compras, vendas e doações.

A explicação para isso não está na Carta de Liberdade, mas nos Registros de Compras, Vendas e Doações. Nelas, Joanna aparece em uma negociação registrada em 31 de março de 1841, entre o vendedor, senhor Alexandrino Saturnino do Rego, e Maria Roza, compradora, que pagou o valor de 100\$000 réis pela escravizada³⁷, que seria libertada em novembro do mesmo ano.

Parece ter havido algum tipo de acordo para propiciar as condições da libertação, talvez aqueles oito meses de trabalho ou nem mesmo isto, deixando-se apenas passar o tempo para

³⁵ APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 13, p. 76v.

³⁶ ANDRADE, Maria José de Souza. **A mão-de-obra escrava...**, op. cit.

³⁷ APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 13, p. 40v.

lavar a Carta de Liberdade, após a compra, talvez fictícia. Nesse ano, ainda não havia entrado em vigor a lei que possibilitava ao escravo negociar sua liberdade diretamente com seu senhor.

Esses acordos entre pessoas amigas, confiantes e utilitárias na conquista de liberdade foram possíveis graças aos contatos propiciados pela mobilidade da autonomia relativa conquistada no cotidiano.

Algumas Cartas de Liberdade registradas trouxeram expressa, nos motivos da libertação, a indicação de ter sido considerado nas negociações da conquista de liberdade algo muito além de valores monetários. Os valores muito menores daqueles praticados no mercado, concorrem com mais força para esta afirmação.

O registro da Carta de Liberdade, de 20 de setembro de 1824, do crioulo Bonifácio, contém, expresso pelo senhor Alexandre Gonçalves, o motivo da libertação “[...] recebeu a metade de seu valor de 180\$000 réis que foi 90\$000 réis”³⁸.

Em carta registrada em 19 de agosto de 1852, passada ao cabra Vicente, Anna Patrícia de Jesus deixou lavrado o seguinte:

[...] o forro pelo valor de 500\$000 r, ficando 250\$000 r por esmola, e pelos bons serviços

³⁸ APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 5, p. 87.

prestados, e depois de meo falecimento meos herdeiros lhe darão prazo o restante do valor.³⁹

A senhora toma a metade do valor na sua terça, como pagamento de seus “bons serviços prestados” e o restante da quantia o escravizado pagou após a morte da senhora, já liberto. Nesses casos, como em outros, o valor menor expresso reflete a condição da conquista da liberdade: de servir até a morte do senhor ou outra pessoa indicada por ele.

No caso da carta registrada em 02 de março de 1859, por Josefa Copertina dos Reis Santos, à cabra Marianna, de cinqüenta anos, não há nenhuma cláusula de servidão e deixou grafado o seguinte:

[...] por que esta escrava já me tenha prestado serviços e agora me pede á sua liberdade offertando-me a quantia de 100\$000 por seo resgate, os aceitei e prontamente por isso dando-lhe qui tação da di ta.⁴⁰

O valor médio encontrado por mim nos Registros de Compras, Vendas e Doações, para o mesmo ano foi de 1.116\$666 réis, ou seja, a senhora aceitou um valor menor que 10% do praticado na região. A falta de indicação de bons serviços ou do amor não impediu o “promptamente”, tornando patente a brevidade das negociações e da aceitação da quantia. Esta

³⁹ APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 22, p. 1.

⁴⁰ APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 25, p. 14.

expressão e o valor muito menor sugerem uma relação de cumplicidade e companheirismo forjada ao longo do tempo e expressa na carta pelos valores monetários menores. Neste caso, a rápida negociação também pode sugerir um péssimo relacionamento, mas a opção da senhora seria a venda, mesmo por valor inferior ao praticado na libertação.

No mesmo ano de 1859, dia 01 de agosto, foi registrada a Carta da crioula Ignacia. Seu senhor expressa textualmente:

[...] por della ter recebido duzentos mil réis, perdoando-lhe eu os outros duzentos mil réis pelos muito bons serviços que me tem dado.⁴¹

Nesta, a liberdade foi conquistada utilizando como estratégia os serviços prestados com esmero, fazendo tudo com muito cuidado, procurando atender aos gostos dos senhores durante anos, o que ficou exposto na carta: "bons serviços que me tem dado". Esta expressão também parece ter funcionado como uma carta de apresentação para prestações de futuros serviços a outras pessoas.

A certidão extraída dos autos do inventário de Antonio de Oliveira Bastos, apresentada pelo preto Antonio, nação Ussa, para registrar sua liberdade em 19 de dezembro de 1821⁴², destaca as intenções de seu antigo senhor, propondo a coartação de, além de Antonio, mais três escravizados pela

⁴¹ APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 25A, p. 39.

⁴² APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 4, p. 15.

metade de sua avaliação dando quatro anos para quitação de seus valores. No caso de Antonio foi coartado por 60\$000 réis. Os escravizados conseguiram conquistar a confiança e as vantagens foram respeitadas na negociação com o testamenteiro de seu antigo senhor.

Antonio José Barboza também expressa suas motivações na carta registrada em 03 de setembro de 1834, referente a Thereza, trinta e quatro anos, nação Mina “[...] obrando com todos os deveres com obediência com seus senhores [...]”⁴³. Conquistou, assim, sua liberdade por 200\$000 réis, um valor inferior à média encontrada para Salvador, na tabela de Maria José de Souza Andrade – 273\$333 réis⁴⁴.

Os bons serviços prestados por Izabel, mulata, a Felippa Roza de Jesus, lhe proporcionaram a conquista de sua liberdade e, ainda, a de sua filha Vicência, pelo módico valor de 30\$000 réis, conforme a carta registrada em 29 de julho de 1837⁴⁵. Nos registros de compras, vendas e doações de Jacobina, duas escravizadas meninas foram comercializadas no ano de 1838⁴⁶, com valor médio de 250\$000 réis, enquanto, na tabela elaborada por Maria José, a média foi de 177\$500 réis, para o mesmo ano e faixa etária⁴⁷.

⁴³ APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 8, p. 23v.

⁴⁴ ANDRADE, Maria José de Souza. **A mão-de-obra escrava...**, op. cit.

⁴⁵ APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 9, p. 15.

⁴⁶ APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 9, p. 63; n. 10, p. 27.

⁴⁷ ANDRADE, Maria José de Souza. **A mão-de-obra escrava...**, op. cit.

Entre os “bons serviços”, provavelmente estavam presentes o guardar os segredos, o compartilhamento no cuidado dos filhos e o companheirismo dos dias e anos passados lado a lado, enfim, as trocas sentimentais sedimentadas pelo tempo longo das conversas e tarefas realizadas em conjunto.

As negociações travadas entre Ignacia Maria de Jesus e a mestiça Marianna, registradas em 20 de abril de 1841, trouxe, além dos 100\$000 combinados para a conquista da liberdade pela escravidão, outras possibilidades de leitura. A senhora tinha consciência da pequena quantia combinada, muito abaixo da média praticada no mercado, porém expressa os bons serviços e ainda o acerto feito, pouco comum:

[...] pelos bons serviços que me tem prestado, prometo-lhe a liberdade por 100\$000 réis somente, vallendo ella muito mais[...] convencionou-se de trabalhar-me uma semana e duas para sí até pagar-me[...]⁴⁸

A conquista da liberdade parece ter sido difícil, mas acabou por garantir à senhora a prestação de serviços e à escravidão a liberdade plena sem desembolsar qualquer quantia. A negociação pareceu plenamente favorável à libertanda, mas também o era para a senhora passando a não mais ter responsabilidades sobre vestimenta, abrigo, alimentação e saúde de Marianna.

⁴⁸ APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 12, p. 78.

A carta de alforria, um documento feito pelo senhor ou à sua ordem, expressava a vontade do senhor, e, mesmo existindo uma negociação, o senhor continuava com a propriedade. O senhor reafirmava o sistema paternalista, pois ele podia impor sua vontade e reafirmava a dependência de uma pessoa em relação à outra. O escravizado deveria, mesmo depois de liberto, prestar certos serviços ao senhor, e às vezes isto ficava formalizado nas cartas.

Na carta de liberdade registrada no dia 14 de fevereiro de 1844, o africano José apresenta seu documento de conquista de liberdade, trazendo um fato inusitado. Após uma breve descrição feita pelo seu senhor, o Padre Francisco Gomes de Araújo, falando da compra do escravizado na Cidade da Bahia, ainda moleque em 1824, e deixando-o forro em uma das cláusulas de seu testamento, este revela: “[...] mas elle antes quis dar o seo dinheiro, o valor de 1.600\$000 réis”⁴⁹. O pagamento monetário parece ter sido questão de honra para o africano.

A importância desembolsada por José é quatro vezes a média encontrada para a mesma faixa etária e ano nos Registros de Compras, Vendas e Doações, e cinco vezes a média da Tabela de Maria José para Salvador. Poderia o seu senhor estar passando por dificuldades financeiras e ter sido ajudado por José, companheiro de pelo menos vinte anos de convivência.

⁴⁹ APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 15, p. 38v.

Provavelmente, entre um afazer e outro, o Padre elogiou José, argumentando sobre suas qualidades e o valor inestimável do serviço, abrindo alguma possibilidade de negociação e da oferta generosa de José. A benevolência e a caridade deveriam ser uma das coisas ensinadas arduamente pelo padre aos seus escravos, e neste momento José mostrou o aprendizado. A vontade e a bondade, características do paternalismo, inverteram-se, neste caso: José “quis dar o seu dinheiro”.

O paternalismo [...] fora caprichosamente preservado no interior da relação senhor-escravo – na realidade um estratagema de controle senhorial, mas utilizado pelos escravos em proveito próprio.⁵⁰

José não foi o único a desembolsar valor maior que o normal, na carta de liberdade registrada em 25 de setembro de 1815. Domingos José Cardozo, senhor de Romualdo, cabra oficial de ferreiro, declara:

[...] o dito escravo pagou 296\$000 r, dinheiro que recebeu do falecido pai do senhor Domingos José Cardozo o Tenente João Chrisostomo (e sua mãe é Joanna Baptista d'Aguiar).⁵¹

A média dos valores das cartas de liberdade no ano de 1815, excetuando-se essa em questão, foi de 125\$000 réis, ou

⁵⁰ BERTIN, Eni del ce. **Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação**. São Paulo: Humanitas: FFLCH/USP, 2004, p. 20

⁵¹ APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 3, p. 41.

seja, menos da metade da quantia registrada para a conquista de liberdade de Romualdo.

Às vezes, os ajustes foram difíceis e obrigaram os escravizados a desembolsar quantias superiores às praticadas pelo mercado na conquista da liberdade. Quais foram as reais bases das negociações?

Alguns registros trouxeram indícios da presença muito marcante de várias pessoas concorrendo para a conquista da liberdade do escravizado. Isto não explica totalmente, mas pode ser uma pista para se entender os pagamentos muito acima do valor de mercado pela conquista da tão sonhada liberdade.

3.4 OUTROS VALORES ENVOLVIDOS

Somando todas as cartas com valores, independentemente dos motivos expressos ou quem financiou a liberdade, obtive duzentas e uma conquistas de liberdade mediante qualquer importância, divididas da seguinte forma: cento e três não continham detalhes sobre quem as financiou; vinte e três foram os pais, padrinhos ou outros familiares que assumiram as despesas da libertação; cinquenta e cinco escravizados pagaram alguma quantia por sua própria conquista de liberdade, onze tiveram seus valores descontados nas terças de seus antigos

donos; nove tiveram mais de uma pessoa como benfeitores de sua liberdade, concorrendo muitas vezes o próprio libertando com parte das despesas.

Todas as alforrias conquistadas tinham um custo, seja monetário, seja em serviços prestados, expresso ou não nas cartas registradas. Este indício de várias pessoas ajudando monetariamente na conquista da liberdade, e, ainda, as inscrições de vários libertos apresentando, aos cartórios de registros, cartas de liberdade de outras pessoas, levam a pensar na existência de vínculos comunitários, desnudando também laços familiares muito fortes entre as populações negras da região de Jacobina.

A primeira indicação disso aparece nas Cartas de Liberdade escritas por Maria de Araujo de Oliveira, passadas em 23 de março de 1809, registrando a conquista de liberdade de Rumão⁵² e Gerarda⁵³, ambos crioulos e filhos de Luzia e Matheos, escravos já falecidos. As quantias monetárias não foram expressas em nenhum dos dois registros, porém foram inscritos ao longo do texto, outros valores.

Na de Rumão está escrito “[...] recebeu de seus padrinhos e de outras pessoas certa quantia e pelos bons serviços e pelo amor que tinha da criação”. Na de Gerarda, apareceram palavras quase iguais “[...] recebeu de seus pais e padrinhos certa

⁵² APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 2, p. 21.

⁵³ APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 2, p. 22.

quantia, pelos bons serviços e pelo amor que tinha de criação[...]”.

O amor de criação era uma das motivações mais declaradas no conjunto das cartas, não sendo este o único estímulo, pois os bons serviços e a quantia paga também ajudaram na decisão da senhora. Foi instigante observar uma variedade de pessoas concorrendo para realização do esperado sonho da conquista da liberdade para Rumão e Gerarda. Era comum os padrinhos pagarem a conquista de liberdade de seus afilhados no Recôncavo, mas outras pessoas também se envolveram na causa para ajudar nesses dois casos.

A senhora, Maria de Araujo de Oliveira, mesmo depois da morte de seus escravizados, Luzia e Matheos, aguardou o tempo necessário para a comunidade completar o valor acertado, provavelmente com os pais do casal de libertandos, respeitando os acordos celebrados anteriormente, demonstrando a legitimidade do grupo perante a senhora.

No dia 30 de junho de 1810, foi registrada a conquista de liberdade do mulatino Jerônimo, de oito anos, resgatado do domínio do Sargento-Mor João Gomes da Silva, que “[...] recebeu 100\$000 réis de Luis Alvares Barbosa, avô legítimo do mulatino [...]”, ficando ainda expressa na carta a condição do menino permanecer “[...] nas mãos dos avós Luis Alvares Barbosa e Anna Maria para acabar de criar”⁵⁴.

⁵⁴ APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 2, p. 38.

Em 22 de maio de 1867, foi registrada a carta de liberdade de Maria, de domínio de Herculano José D'Almeida, expressando o seguinte:

[...] recebi de minha escrava Felicidade 100\$000 réis pela liberdade de sua filha Maria, em virtude disso pôde o Senhor Reverendo Padre Justiniano Baptizar a dita cria por fôrta como se nascesse de ventre livre.⁵⁵

O Reverendo Justiniano da Rocha Cezar foi o apresentante da carta e provavelmente o intercessor nas negociações pela libertação da menina Maria na pia batismal, por valor abaixo do praticado. Esta estratégia, de pagar a libertação dos filhos e continuar escravizado, parece ter sido bem difundida na região.

Existiram vários casos semelhantes onde os pais ou avós desembolsaram suas economias para financiar a liberdade de seus parentes. As possibilidades eram muito maiores, pois os valores a serem desembolsados eram menores.

Era também costume os próprios senhores concorrerem com parte ou todo o valor de libertação da primeira criança nascida sob seu domínio. Foram encontrados cento e onze casos em que o motivo da liberdade expresso foi o amor de criação, por ter criado ou ser a primeira cria.

⁵⁵ APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 30, p. 74.

Os laços consangüíneos também estiveram presentes, como no registro de 14 de agosto de 1815. O Senhor Domingos Ferreira da Cruz recebeu 55\$000 réis, pela libertação de João, mestiço de seis anos, de João Ferreira, irmão do menino⁵⁶.

Roza Joaquina Teixeira, senhora de Ciriaca, uma fusca de cinqüenta e oito anos, recebeu a “[...] quantia de 100\$000 réis [...] pela mão de seu filho Raphael Miguel Arcanjo”, em carta registrada em 17 de agosto de 1880⁵⁷.

Os filhos também tinham cuidados com seus pais, trabalhando para dar-lhes a sonhada liberdade. Esse caso fecha o círculo: os pais pagavam a libertação dos filhos, considerando não só as francas possibilidades de menores quantias necessárias para libertação das crianças, mas a concorrência de outras pessoas, na outra ponta, após conseguir acumular a importância precisa, o filho negociava e resgatava a liberdade dos pais. Apesar do duro sistema escravista, as relações familiares e comunitárias estavam presentes e eram buscadas para preservar não só as pessoas como algo mais, um patrimônio cultural construído ao longo do tempo.

Em 1º de outubro de 1866, compareceu ao cartório de notas Raimundo José Ferreira para fazer seu testamento. Após as exposições habituais, ele passou as cláusulas de seu testamento. Na sexta, encontra-se:

⁵⁶ APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 3, p. 38v.

⁵⁷ APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 37, p. 15.

Em sexto lugar disse que já tendo passado Carta de Liberdade a uma sua cria de nome Porfírio, com a condição de acompanhar a elle Testador em quanto vivo, agora ratificava e pelo grande amor que lhe tem deixa, para ser tirado de sua terça, vinte novilhas vacas escolhidas das melhores, duas partes de terra na Fazenda denominada Formiga, no lugar chamado Rato Branco, trezentos mil reis, em dinheiro, e um cavallo escolhido dos melhores, e finalmente sahira tão bem de sua terça a quantia que for precisa para pagar os direitos Nacionais, relativamente a este legado, assim mais, disse que depois de seo fallecimento fica forra a escrava de nome Maria Mai da referida cria no valor de quinhentos mil reis, que tão bem sahirá de sua terça.⁵⁸

O amor havia levado o testador a deixar uma parte de suas posses para Porfírio e a liberdade de sua mãe. Uma possibilidade é a mãe do liberto ser a nova companheira de Raimundo, ou até mesmo ser o pai biológico do menino, mas isto não fica esclarecido no testamento.

Em dezoito de maio de 1866, o Tenente Coronel Manoel Joaquim de Carvalho e Silva também compareceu ao cartório para registrar seu testamento. Entre as cláusulas, encontra-se:

⁵⁸ APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 29, p. 77.

Em sexto lugar disse que de sua terça tão bem sairá a quantia de duzentos mil reis por quanto forrou o mulatinho Henrique, como consta da carta que passou em deseceis de outubro de mil oitocentos quarenta e quatro, tendo então de idade sete mezes, o qual mulatinho fica desde já fôrro e livre sem condição alguma// Em setimo lugar disse, que deixa para esse mulatinho Henrique dez novilhas de dous annos, das melhores que houver na occazião, e terá o mesmo valor, que tiver o mais gado⁵⁹

Não foi declarado amor ao mulatinho, mas as novilhas devem ter servido para um começo importante para a vida de Henrique.

O paternalismo, nesses casos, ficou evidente, pois os senhores querendo proteger “suas crias” deixaram, após sua morte, bens generosos para eles, além da liberdade.

⁵⁹ APEBA, Seção: Judiciário, Livros de Notas de Jacobina, n. 30, p. 48.

Capítulo 4

AS AUTONOMIAS POSSÍVEIS

AS AUTONOMIAS POSSÍVEIS

O período posterior à implantação da Vila de Jacobina, em 1722, foi marcado pela ação dos mineradores. Isto foi destacado na pequena bibliografia existente sobre a cidade e também nos documentos oficiais da criação e posterior reimplantação no local atual da cidade. Porém, as atividades ligadas ao pequeno comércio, pastoreio e agricultura não desapareceram; pelo contrário, renovaram-se e ampliaram-se.

A solidariedade e a aproximação dos não brancos parecem ter desaparecido, mas a autonomia relativa, principalmente no tocante aos deslocamentos pela região, continua possível para os afrodescendentes.

No processo movido pelo padre João Mendes em Jacobina e pelos inquisidores do Santo Ofício, foi possível, através dos depoimentos de 34 testemunhas e de denúncias, descobrir as funções das bolsas dos chamados "mandingueiros" naquele momento do século XVIII, pois livravam "quem as usa do ferro e facas". Falava João da Silva especificamente da sua considerando-a como "sendo a que trazia boa para livrar do gentio". Também João da Silva, conforme denúncia de Tereza

Maria, gabava-se de sua bolsinha, pois era a melhor de todas “para se livrar do gentio”¹.

Todos os envolvidos têm relações próximas, são amigos ou pelo menos conhecidos, e pela quantidade de testemunhas arroladas, a mobilidade de todos eles aparece de forma muito clara.

Outro ponto bastante instigante é constatar a presença de um preto forro, e além disso, casado com uma parda, envolvido neste caso. Ela já havia conquistado sua liberdade, constituiu família e ainda possibilitava a reunião de várias pessoas em sua casa. Ou seja, os laços comunitários eram reproduzidos ali na sua residência. Rugendas observou nas reuniões dos grupos populacionais negros:

Dir-se-ia que após os trabalhos do dia, os mais bulhentos prazeres produzem sobre o negro o mesmo efeito que o repouso. À noite, é raro encontrarem-se escravos reunidos que não estejam animados por cantos e danças; dificilmente se acredita que tenham executado, durante o dia, os mais duros trabalhos, e não conseguimos nos persuadir de que são escravos que temos diante dos olhos.²

¹ MOTT, Luiz Roberto de Barros. Quatro Mandingueiros de Jacobina na Inquisição de Lisboa. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 16, p. 148-160, 1995. p. 154/155 e 152 passim.

² RUGENDAS. João Maurício. Viagem pitoresca através do Brasil. apud GIANI, Luiz A.. Olhos nos olhos do desenhista Rugendas: música e afeto na família escrava. In: *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 44, jan. 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/044/44cgi_ani.htm> acesso em 13 jan. 2005.

As considerações anteriores servem para estabelecer um fato: as populações negras da região gozavam de uma grande autonomia espacial, o direito de ir e vir não era cerceado pelos senhores e, muitas vezes, suas ocupações os obrigavam a longos deslocamentos, como no caso de Antonio, escravo do Padre Antonio Pereira, no século XVII. Mas vamos para onde existem documentos mais abundantes, o século XIX.

4.1 ECLOSÃO DA RAIVA

Em agosto de 1888, acontece um fato, nos arredores de Jacobina, cuja leitura de uma das formas de autonomia salta aos olhos.

O Capitão Francelino Ferreira de Oliveira encontra, em um dos cercados de sua Fazenda Medeiros, um garrote. Primeiro, tenta persuadir o animal a sair, não consegue. Resolve ir até a estrada próxima e pedir ajuda a um transeunte, de nome Guilhermino, para executar o trabalho. O companheiro de Guilhermino, João Marcolino da Silva, ao chegar a uma elevação

da estrada, avistou o cercado e “conheci o q’ o garrote erá da sua entrega, teve de voltar para tomar proci denci as”³.

João Marcolino, conhecido como João de Marco, ao chegar ao cercado, encontra o Capitão Francelino batendo no garrote com um pau. Ele apresenta-se para retirar o garrote, dizendo que o animal era “de sua entrega” e pede para o Capitão não bater mais no bicho. Responde o capitão: “Darei n’ elle até por cima de V.”⁴.

Nesse momento, os depoimentos di ferem muito, o Capitão, em sua Carta de Denúnci a, diz que João de Marco: “porompeo em injurias contra o dito queixoso, e entre ellas deo-lhe as apithões de – patife, bandalho”⁵, ofensas negadas por João de Marco.

Em sua carta, apresentando seu Auto de Defesa, ainda esclareceu mais “dizendo que elle [o capitão] não erá capaz para tanto que se estava fiado na sua cor branca, que mais branco erá papel”⁶. Até este ponto, nenhuma das narrativas do caso encontra di scordânci a ou ponto de di vergênci a, a não ser a Carta de Denúnci a, já ci tada acima.

³ Essa narração é um resumo feito a partir da leitura das peças do processo crime 33, 1158, 11. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBA), Seção Judiciário, Processos Crime, Estante 33, Caixa 1158, documento 11.

⁴ APEBA, Seção Judiciário, Processos Crime, Estante 33, Caixa 1158, documento 11.

⁵ APEBA, Seção Judiciário, Processos Crime, Estante 33, Caixa 1158, documento 11. Carta de Denúnci a, p. 2.

⁶ APEBA, Seção Judiciário, Processos Crime, Estante 33, Caixa 1158, documento 11. Auto de Defesa Escrita de João Marcollino, p. 5 passim.

Na continuação dos acontecimentos, apareceram as maiores divergências, tanto dos envolvidos diretamente como das testemunhas.

Algumas testemunhas de acusação, Benedicto José de Oliveira e José Custódio Pinheiro, juraram ter ouvido o queixado, João Marcolino,

[...] chamar o queixo branco de merda, branco é papel que se limpa o cú com elle, borra cirolla, mas não ouviu o queixado chamar o queixo patife nem bandalho.⁷

Essas testemunhas foram declaradas, pelo procurador do queixado, todas dependentes do queixo, pois eram "alugados" em sua propriedade ou trabalhavam para sua sogra.

O Capitão insiste, presente nas inquirições às testemunhas, em perguntar "se o queixado não apeiou do cavallo e puchou por uma faca?" Fato respondido positivamente pelas testemunhas de acusação, mas nas inquirições do procurador de João Marcolino, o Alferes Pedro da Silva Cardozo, ficou esclarecido por Guilhermino José "que o queixado apeou-se do cavallo e buscou por uma faca para fazer cigarro."⁸

Uma pequena pausa para lembrar o mote deste trabalho: a autonomia. Essas pessoas se disseram "alugados", ou seja,

⁷ APEBA, Seção Judiciário, Processos Crime, Estante 33, Caixa 1158, documento 11. p. 15 e 15v; p. 16v e 17.

⁸ APEBA, Seção Judiciário, Processos Crime, Estante 33, Caixa 1158, documento 11. p. 15v; p. 17.

trabalhavam para o Capitão ou sua sogra, mas sua consciência também estava a serviço dos interesses do empregador, pois responderam às inquirições de forma a incriminar o réu. Estavam também alugadas sua autonomia e solidariedade. E as formas de inserção no mercado ainda permanecem as mesmas, decorrido poucos meses após a Abolição.

A estratégia da defesa foi de alegar a não declaração das ofensas de “bandalho, patipe, branquinho de merda e borra ciroullas”, tentando também contextualizar o “mais branco é papel”, porém “o primeiro suplente do Juiz Municipal em exercício o cidadão José Antonio Valois Coutinho”, condena José Marcollino “[...] em um mez de prisão, e multa correspondente a metade do tempo e nas custas”.⁹

As alegações de apelação e os debates anteriores transcorreram em torno das declarações de “branquinho de merda” e do “mais branco é papel que se limpa [...] com ele”. O procurador do queixado, alferes Pedro da Silva Cardozo, nas suas alegações de apelação, não considerou estas expressões como ofensas, pois elas não podem:

[...] expor ao odio ou desprezo publico; tambem é crime de injuria, o attribuir a alguem vagamente, isto, e sem factos especificados, crime ou vicios, bom assim tudo que possa prejudicar a reputação alheia, e até o dirigir a outrem palavras, gestos

⁹ APEBA, Seção Judiciário, Processos Crime, Estante 33, Caixa 1158, documento 11. Sentença, p. 24v-26.

ou signaes reputados insultantes na opinião publica.¹⁰

O processo ao qual me estou referindo, deu entrada em agosto de 1888, portanto alguns meses após a Lei de 13 de Maio, libertando os escravos em todo o país, porém nas pesquisas foram encontradas muitas pessoas envolvidas em outras ocasiões, garantindo ou cerceando a autonomia dos escravizados.

Uma dessas pessoas envolvidas que aparece em outros documentos, foi o Alferes Pedro da Silva Cardozo. Ele apareceu nos registro de cartas de liberdade, libertando dois de seus escravizados, Eliza e Pureza, em 8 de janeiro de 1887, e justificando seu ato "em nome de Deus, para ficar quites com a Thezouraria de Fazenda"¹¹.

As contradições dos simpáticos às causas emancipacionistas estão presentes no Alferes Pedro da Silva, ou seja, defendia os afrodescendentes perante a justiça, mas manteve pessoas escravizadas em sua casa, até os debates abolicionistas ficarem extremados e a Lei de 13 de maio já se tornar um fato eminente.

O mesmo Alferes apresentou a carta de liberdade de Juliana, passada em 20 de janeiro de 1863. Foi localizado, em outros processos, como defensor de outros acusados pobres e também doou, em sete de junho de 1883, a quantia de Rs.

¹⁰ APEBA, Seção Judiciário, Processos Crime, Estante 33, Caixa 1158, documento 11. Alegações de Apelação, p. 27 passim.

¹¹ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 43, p. 59.

90\$000, referente às custas de processos nos quais havia funcionado como defensor público para o Fundo de Emancipação¹².

Também funcionou como procurador de Anna Guilhermina de Miranda, atuando no processo de ofensas físicas praticadas contra sua escrava Ursula, em processo no ano de 1883¹³.

Fez tudo isso talvez para compensar os erros da juventude ou o remorso quando, em busca do lucro fácil obtido nas negociações de carne humana, comprou no dia 4 de outubro de 1858, uma menina de nome Serapiana, do sr. Rodosino Pinto da Fonseca, por Rs. 590\$000 e a vendeu em 27 de dezembro do mesmo ano por Rs. 1.000\$000¹⁴. Ou era apenas uma transação comercial e ele especializara-se em defender negros, pobres e escravizados ou era muito religioso.

Depois disso tudo, pelo menos uma forte simpatia por essas pessoas tenha nascido nele, achando, portanto, normal João Marcolino pagodear do Capitão Francelino, alcunhando-o de “branquinho de ...”. Talvez, também, fossem comuns na cidade essas expressões, portanto passariam despercebidas pelo juiz. Ou, ainda, o Capitão era de um grupo político contrário ao procurador, portanto podia ser chamado de “patife e borra cioulas”.

¹² APEBA, Seção: Colonial e provincial, Série: Governo, Câmara de Jacobina, Maço: 1330.

¹³ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 40, p. 38v.

¹⁴ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 25a, p. 10 e 18v.

O suplente de Juiz descartou as ofensas de “bandalho, patife e borra ciroullas”, mas o maior peso para seu veredicto foi o acusado gabar-se, “perante pessoas no mercado da feira da Freguezi a do Ri achão, deste termo”, de suas declarações na primeira audi ênci a do Juízo de Jacobi na.

O juiz senti u-se ofendi do pela descrição detalhada dos fatos ocorridos, feita por João Marcolli no, com todas as palavras proferidas e transcritas no processo, além disso ele também, provavelmente, senti a-se branco como papel .

O Juiz em exercício, neste caso, foi o vereador mais votado, sua renda presumida na lista de votantes de 1878 era de 800\$000 réis o dobro da maioria dos outros elegíveis, criador, assim como o queixoso, Capitão Francelino Ferreira de Oliveira. Isto deve ter pesado, também, na hora do julgamento. Portanto as relações entre os grupos étnicos/raciais/cromáticos na região de Jacobi na não eram tão amistosas como se pressupunha e os ânimos estavam acirrados naquele momento, logo após a Abolição.

Foi a Abolição a desencadeadora dessas desarmonias?

A meu ver, a resposta é negativa. Havi am coisas mais profundas no relacionamento entre os grupos populacionais, ocasionando tais desavenças. Talvez a Abolição tenha apenas dado coragem para João Marcolino expressar-se, pois os sentimentos de raiva contra os brancos, naquele momento de explosão, foram soltos e ecoaram daquele cercado para os tribunais.

Não consegui localizar mais nenhum vestígio de João Marcolino, nem mesmo no processo apareceu sua certidão de prisão e soltura, porém esta sua atitude de enfezamento e denúncia ficou nos processos do tribunal. Talvez tenha-lhe rendido um mês de prisão e o dispêndio de suas economias, mas deve ter valido a pena contar a história na Feira, junto de seus companheiros de bar e cavalgada.

4.2 EXPERIÊNCIA COMERCIAL

O costume de mulheres e seus escravizados negociarem gêneros alimentícios é bastante antigo nas aglomerações urbanas do Brasil colonial e imperial. Para Maria Odila Leite da Silva Dias, esta atividade era exercida pelas mulheres, pois "roceiros, quitandeiros, vendilhões eram atribuições com conotações pejorativas, de menosprezo social"¹⁵.

Em Jacobi na, esse padrão permanece. Grupos específicos de comunidades negras, freqüentando a feira, tanto como vendedores como consumidores, chama a atenção ainda hoje, por sua forte presença e costumes diferentes, tanto na chegada à

¹⁵ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. ver., São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 52-53; ver também FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: EDUNB, 1993. p. 34 passim.

feira, como na forma de comercialização, assim como na estrutura e organização da produção, comercialização e produtos específicos oferecidos aos compradores da região.¹⁶

A região parece estar acostumada com mulheres, vendendo miudezas, alimentos prontos e gerenciando negócios como também com comerciantes afrodescendentes nestas funções, pelo menos, desde o século XIX. Na documentação a seguir analisada, ficou expressa essa forte presença.

Jacinta Izabel do Espírito Sancto, em 2 de agosto de 1847, estava na casa de José Fernandes, comercializando sua canjica. Manoel José Fernandes ofereceu o produto a Vitorino Alves dos Reis, e, pegando a canjica, não tinha como comê-la, então pega um pavio. Jacinta Izabel reclamou comentando o custo, três vinténs pelo pedaço. Vitorino declarou pagar quatro.¹⁷

Ao saírem, houve uma pequena discussão, a vendedora tira o chinelo e atira na direção de Vitorino, este se desvia e arremete contra Jacinta com uma faca. O resultado foi a morte de Jacinta.

¹⁶ O grupo de comerciantes de Coqueiros foi tema de uma pesquisa de Iniciação Científica de Márcia Adriana Alves dos Santos, ex-aluna do curso de História e ex-bolsista PICIM/UNEB no projeto "A cidade como espaço da diversidade cultural" e gerou uma monografia de final de curso no ano de 1999.

¹⁷ relato baseado no processo de Revista Crime, réu: Vitorino Alves dos Reis. In: APEBA, Seção: Judiciário, série: Crimes, ref. 18/621/1.

Não foi possível saber o final da história, pois o processo está incompleto, mas o apelo comunitário envolvendo pares neste pequeno comércio ficou bastante explícito. Das cinco testemunhas, duas foram qualificadas como crioulos e três como pardos. Dois presenciaram o fato, os outros *ouviram dizer* por terceiros presentes.

Maria Odila Leite da Silva Dias, assim falou desse pequeno comércio, para o contexto de São Paulo:

No comércio ambulante coexistiam escravos de ganho, alugados ou que se alternavam no serviço doméstico de suas proprietárias, com forros e brancos pobres, roceiros, caipiras, que gravitavam em torno das casinhas e vias de acesso às pontes da cidade [...] a troca em vinténs, tomando feições que transcendiam o nível puramente econômico para se revestir do sentido cerimonial de um ritual comunitário.¹⁸

No Livro de Notas número 22, página 11, registro do dia 27 de outubro de 1852, escrito pelo Tabelião Luiz Gonzaga da Maya, do acervo guardado no Arquivo Público do Estado da Bahia, seção Judiciária, encontrei o registro de uma doação muito estimulante, para a pesquisa, trazendo uma mulher gerenciando uma casa de negócio e também de um negro trabalhador neste setor.

¹⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder...*, op. cit., p. 157-159.

Nele, o pardo Ramiro, escravo da falecida Roza Cândida d'Antas Fulgencio, recebido em legítima pelo filho da defunta, José Bento d'Antas Coelho, conquista sua alforria, através dessa doação com a seguinte justificativa:

[...] foi o pardo Ramiro a quem a Mãe do Supplicante tinha em grande estimação negociando em loja de porta aberta em a caza a praça da Feira já hoje propriedade do Supplicante[...]¹⁹

A conquista da liberdade, então, tem como maior justificativa as aptidões do ex-escravizado no comércio de porta aberta de propriedade de sua antiga dona em um ponto comercialmente importantíssimo e provavelmente muito lucrativo.

Talvez as atividades do estabelecimento estivessem a cargo do próprio Ramiro, encarregado de todas as atividades, portanto com uma autonomia relativamente grande. Isso tornava-o indispensável para o herdeiro da casa comercial. Porém foram impostas condições para a libertação, destacando mais ainda o tino comercial de Ramiro:

[...] a continuar a morar com o suplicante, negociando como até agora na propria caza em que está, e que ahy o suplicante o tomará por sócio no negocio, entrando elle nos lucros e prejuizos como mieiro, e quando por morte do liberto que não tem

¹⁹ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 22, p. 11.

nenhum herdeiro, ficar para o suplicante os bens que então possuir como em paga da alforria.²⁰

A sociedade oferecida parece um prêmio pelos bons serviços prestados por Ramiro durante a gestão de Roza Cândida na loja da praça da Feira, porém a cláusula colocando o próprio doador como beneficiário no caso de morte do ex-escravizado pareceu estranha, ou seja, Ramiro trabalharia, acumularia bens, mas com sua morte eles voltariam a seu antigo senhor.

Essas cláusulas nos remetem ao caráter de contrato da escravidão extrapolando até seus limites. Além disso, o paternalismo fica explicitado nas condições posteriores da liberdade. O ex-escravo devia a obrigação de trabalhar com o ex-senhor e instituí-lo como herdeiro, em compensação, o ex-senhor deveria proteger o ex-escravo.

A cláusula, porém, foi questionada pelo curador do libertando e revista no próprio registro antes das assinaturas e do ato consumado, ficando Ramiro senhor de seus bens e podendo dispor deles em testamento a quem bem entendesse.

O registro também deixou expressa a autonomia conquistada, no tempo de escravizado, por Ramiro que conseguiu acumular bens e até construir uma casa de morada na entrada da Vila onde morava, nos tempos de cativo:

²⁰ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 22, p. 11.

Mas por que no tempo do cativoiro o dito Doador tinha feito huma morada de caza na entrada d' esta Villa, que chama do seo dominio, mas que na fôrma da Lei he propriedade do Casal do Pai do Doadôr, declarou este que visto como o liberto ficava isento da ultima condição elle seo primeiro senhor lhe não tomava a caza, mas declarava que esta fazia d' esde já parte da Sociedade com o doadôr sem que elle doado liberto podesse por si somente em tempo algum vender a dita caza, por que só poderia fazer se o doador libertante consentisse na venda assignando ambos na Escripura.²¹

Apesar da existência legal do pecúlio do escravizado só ter sido formalizada com a Lei de setembro de 1871, o registro expõe este uso costumeiro de acumulação de bens como rotineiro na região, apesar de ter sido contestado pelo primeiro dono do ex-escravizado. Porém, no segundo momento, explicita o caráter paternalista nesta relação, o ex-senhor de Ramiro e pai do atual senhor José Bento, como dádiva, abre mão de um bem em favor de seus protegidos, cumprindo o papel de chefe familiar.

O documento deixa a entender também uma certa independência relativa para o comércio, de que o escravo Ramiro gozava. Autonomia perdida no ato da alforria com uma cláusula de proibição de negócios fora da sociedade. Além

²¹ APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 22, p. 11v.

disso, a casa construída com os lucros dessas atividades ficava agora para a sociedade. Como bom negociador Ramiro sabia abrir mão de certos detalhes para conquista de um bem maior.

A doação da liberdade, ao invés de restituir, parece ter tomado a liberdade de Ramiro obrigado a ir morar com seu novo sócio e ex-senhor, perdendo parte também de seus pecúlios, pois sua pequena propriedade passou a ser da sociedade. Mas o preço pareceu razoável, pois ele passou a comercializar em uma casa onde agora era sócio e poderia obter e acumular novos lucros, talvez superiores aos auferidos com suas atividades fora da loja. Isto também trazia responsabilidades novas, pois os eventuais prejuízos também seriam divididos.

A estratégia de José Bento D'Antas Coelho foi de "premiar" Ramiro com sua liberdade, recompensando sua fidelidade à mãe do doador. Tornou-o devedor deste grande passo na vida do ex-escravizado.

O ex-senhor tentou conquistar a confiança de Ramiro oferecendo sociedade na casa de negócios. Isso implicava, também, lucros para José Bento, mas ele queria garantias da fidelidade exigindo a vinda de Ramiro para perto de seus olhos, morando na mesma casa, e impedindo os negócios autônomos efetuados fora da sociedade.

Normalmente, acontecia o inverso: o escravizado saía das vistas de seu senhor, conseguia dinheiro suficiente, voltava e comprava sua liberdade. Este tipo de conquista subverte

totalmente o padrão e nos leva a pensar em todas as possibilidades de negociações para manter a autonomia relativa ou conquistar a desejada liberdade.

Alguns anos depois, em 22 junho de 1864, ocorreu o distrato, extinguindo a sociedade entre os cônjuges José Bento D'Antas Coelho e Maria Ermiliana D'Antas, e o liberto Ramiro José de Figueiredo²². Neste momento, a conquista é total.

No inventário de José Bento Dantas Coelho, iniciado em 22 de julho de 1867²³, na relação dos bens dados a inventariar, não apareceu nada lembrando atividades comerciais, tampouco isto foi mencionado alguma atividade ou casa comercial. Foram arrolados os seguintes escravizados:

Quadro 11 – Relação de escravos do inventário de José Bento Dantas Coelho

NOME	COR	IDADE	OFÍCIO	VALOR
Gervázio	Pardo	23 anos	Oficial de sapateiro	700\$000
Innocencio	Pardo	8 anos	Não mencionado	400\$000
Francisco	Pardo	15 anos	Não mencionado	500\$000
Fidelis	Pardo	5 meses	Não mencionado	50\$000
Pacífica	Parda	5 meses	Não mencionado	50\$000
Florência	Parda	40 anos	Não mencionado	400\$000
Selidônia	Parda	23 anos	Não mencionado	500\$000
Secundina	Parda	9 anos	Não mencionado	300\$000
Dulcelina	Parda	3 anos	Não mencionado	150\$000
TOTAL GERAL				3.050\$000

Fonte: APEBA, Seção: Judiciária, Testamentos, ref. 02/662/1121/18.

O valor total dos escravizados representou algo em torno de 45% do total do monte mor, foi calculado em 6.803\$200 réis,

²² APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina, n. 30

²³ APEBA, Seção: Judiciária, Testamentos, ref. 02/662/1121/18.

revelando um forte investimento na mão-de-obra. Porém chamou minha atenção o fato de que, dos nove escravizados do plantel, sete são crianças ou jovens, apesar de contar entre os bens do casal duas propriedades na área rural.

Não é possível saber o final desse caso, não foi encontrado mais nenhum registro ou documento sobre Ramiro para ajudar a completar este quebra-cabeça. O desaparecimento de Ramiro das fontes pode indicar sua saída de Jacobina e efetiva liberdade para praticar suas habilidades de negociante em outro local, mas isto são apenas suposições.

4.3 VONTADES, SENTIMENTOS E SOFRIMENTOS

Em 4 de novembro de 1875, Joanna Maria do Espírito Santo compareceu à presença do Juiz Delegado suplente em exercício, Manoel Febrônio Javalý, para denunciar “Henrique, escravo de domínio do portuguez Manoel Joaquim”, pelo crime de defloração cometido em sua filha, Benedicta Maria de Jesus²⁴.

Depois de realizado o exame de Corpo de Delito, pelas parteiras Anna Gertrudes da Conceição das Neves e Thereza Maria de Jesus, foi constatado o defloração. Mas não

²⁴ APEBA, Seção Judiciário, Processos Crime, Estante 4, Caixa 143, documento 17, ref. 4/143/17.

constataram violências no ato, só pelas informações da ofendida²⁵.

Nos autos de perguntas à ofendida, ela contou o caso ocorrido em “um dia de domingo, que no passado fez oito dias”. Ela estava indo pegar água na fonte com seu irmãozinho João no Sítio Angico onde morava, quando foi

[...] agredida por Henrique, escravo do portuguez Manoel Joaquim, e ahi o dito escravo agarando ella respondente arrasto-a para d'entro do matto, derribando no chão, e d'ella se servio a força brutal dizendo mais o mesmo escravo n'essa ocasião que se ella critasse elle a matava.²⁶

Segundo a ofendida, o irmão e mais uma vizinha de nome Cândida tinham sido as únicas pessoas testemunhas do ato, pois o irmão ficou na beira da fonte, junto com o pote, e Cândida viu quando saíram do mato e a acompanhou até sua casa, porém ela não disse nada do acontecido para a mulher²⁷.

O réu foi intimado, para comparecer no dia 25 de novembro de 1875, assim como Antônio José, Cândida, casada com Luiz caboclo, Francisca de Silvino, Juvêncio de tal, Manoel Bóbó e Manoel Alvez, todos moradores no sítio Angicos, como

²⁵ APEBA, Seção: Judiciário, série: Libelo Cível, ref. 4/143/17, Auto de Corpo de Delito realizado na ofendida, p. 10.

²⁶ APEBA, Seção: Judiciário, série: Libelo Cível, ref. 4/143/17, Auto de Perguntas feitas a ofendida, p. 10v.

²⁷ APEBA, Seção: Judiciário, série: Libelo Cível, ref. 4/143/17, Auto de Perguntas feitas a ofendida, p. 11.

testemunhas. O réu não compareceu. Seu senhor nomeia um procurador, Febrônio Serapião Bentevy, para representá-lo no processo.

A primeira testemunha, Manoel Alves de Souza, de quarenta anos, lavrador, solteiro, morador no sítio Angicos, disse:

[...] que um dia de sábado chegou o réu muito satisfeito da prisão de Pedro de tal dizendo o mesmo réu que há um anno que pelejava com duas moças, uma já tinha se cazado e a outra Benedicta digo e a outra offendida de nome Benedicta, filha da queixoza Joanna [rendado], e que agora é que tinha vencido, pois já tinha servido por muitas vezes da dita menina.²⁸

O caso chama a atenção, pois, no depoimento, ficou marcada a mobilidade espacial de Henrique, conquistada junto ao seu senhor ou por obrigação de suas funções. No Auto de Qualificação, em 22/12/1875, revelou ser vaqueiro, além disso, disse ser filho de Delfina, ter nascido na freguesia de Jacobina, e ter “vinte e sete a vinte oito anos”. No mesmo ato, como disse ser escravo, foi nomeado Febrônio Serapião Bentevy como seu curador.²⁹

No mesmo dia, aconteceu o depoimento de Cândida Maria do Espírito Santo, 22 anos, que vivia do serviço doméstico, era

²⁸ APEBA, Seção: Judiciário, série: Livro Cível, ref. 4/143/17, Auto de Perguntas as testemunhas, p. 29v.

²⁹ APEBA, Seção: Judiciário, série: Livro Cível, ref. 4/143/17, Auto de Perguntas as testemunhas, p. 32.

casada, natural da Freguesia da Vila de Jacobina e residente no Sítio Angicos. Respondeu:

[...] que vindo de sua roça com seu marido Luiz Bento de Carvalho, encontrara o réu com Benedicta filha de Joanna conversando na beira do rio do mesmo sítio Angicos, não tendo presenciado o facto constante da queixa e sim ter ouvido dizer por sua Avó Cicilia de tal que Benedicta hia para caza de Henrique, menos que Henrique devesse nada a ella.³⁰

Apesar de dizer viver de serviços domésticos, a testemunha vinha da roça com o marido, ou seja, também ajudava nas atividades agrícolas. É importante também assinalar outros sinais de autonomia na vida do vaqueiro Henrique: fazer seus horários de trabalho, ter possibilidade de morar em uma casa só sua, constituir família. Ficou evidente, no depoimento de Cândida, o mal conceito atribuído a Benedicta:

[...] ouviu dizer por uma Tia da offendida de nome Joanna que aquella não era mais honesta, e que do homem que morava na caza della de nome Pedro é quem havia a offendido.³¹

O curador do réu percebendo uma brecha por onde poderia embasar sua defesa, pergunta se a ofendida e a mãe não moravam com José Pedro e se não tinha sido ele o ofensor de Benedicta.

³⁰ APEBA, Seção: Judiciário, série: Libelo Cível, ref. 4/143/17, Auto de Perguntas as testemunhas, p. 33 e 33v.

³¹ APEBA, Seção: Judiciário, série: Libelo Cível, ref. 4/143/17, Auto de Perguntas as testemunhas, p. 34

A testemunha declarou "que sabe pela boca da tia e mais pessoas como bem seja Joaquim doce, e João filho de Antonio de tal" ³².

A rudeza e brutalidade do fato ocorrido não invalidam as perspectivas de leitura das informações colhidas. Outras testemunhas confirmam a versão de Cândida, e, sobre a moralidade de Benedicta: Francisca Roza da Silva, de trinta anos, conhecida como Francisca de Sibirino, vivendo de lavoura, moradora no sítio Angicos; Manoel Ferreira de Souza, trinta e dois anos, vivendo de lavoura, solteiro, natural e morador do sítio Angicos³³.

Antonio José de Oliveira, com trinta e sete anos, que vivia de lavoura, casado, morador do sítio Angicos, natural da Cidade de Estância, província de Sergipe, engrossou o caldo das autonomias de Henrique. Em seu depoimento no dia 28 de dezembro de 1875, ele declarou:

[...] estando em sua caza no sitio Angicos no dia 29 de setembro, proximo passado, chegara em sua caza Victorina amazia de Henrique réo presente queixando-se que este lhe tinha deitado para fóra de caza, para deitar Benedicta offendida que o réo presente havia deflorado. ³⁴

³² APEBA, Seção: Judiciário, série: Livro Cível, ref. 4/143/17, Auto de Perguntas as testemunhas, p. 34v.

³³ APEBA, Seção: Judiciário, série: Livro Cível, ref. 4/143/17, Auto de Perguntas as testemunhas, p. 35; p. 36v.

³⁴ APEBA, Seção: Judiciário, série: Livro Cível, ref. 4/143/17, Auto de Perguntas as testemunhas, p. 41.

Henrique já tinha constituído família e, mais uma vez, suas vontades são expressas, pois mandou embora sua antiga amásia para colocar em seu lugar uma mulher mais jovem.

Juvêncio José dos Santos, vinte e oito anos, que vivia de lavoura, casado, morador no sítio Angicos, natural da freguesia da Vila de Jacobina, também confirmou não só os detalhes dos atos de Henrique e Benedicta, pois teria sabido destes diretamente pelo escravizado, como também o interesse de Henrique em Cícilia, já casada. Mais uma vez, as vontades de Henrique aparecem no documento.

Disse mais, que no dia em que Henrique lhe contara que tinha servido da menor Benedicta, lhe mostrou a cirola cheia de sangue e a ponta da camisa, assim elle testemunha pode acreditar.³⁵

No interrogatório de Henrique, no dia 4 de janeiro de 1876, ele informou um desentendimento com José Pedro, por este já o ter prendido a mando do seu senhor, Manoel Joaquim, e sua satisfação em saber da prisão, naquela ocasião, de José Pedro. Porém este, em vingança, mandou fazer aquela queixa contra ele. Este parece ser um caso de uma briga entre um escravizado e um capitão do mato.

Henrique, apesar de ter sido preso a mando do senhor em uma ocasião passada, devia ser muito importante para os negócios de Manoel Joaquim da Silva, pois este mobilizou

³⁵ APEBA, Seção: Judiciário, série: Livro Cível, ref. 4/143/17, Auto de Perguntas as testemunhas, p. 45.

muitos recursos para livrar seu vaqueiro do risco de prisão. Solicitou novas testemunhas, fez uma petição de juntada de uma Inquirição de Testemunhas produzidas pelo justificante, assinou pessoalmente ofícios. Enfim, cuidou de todos os detalhes possíveis para livrar seu vaqueiro.

Henrique, por seu turno, deve ter-se empenhado para conseguir convencer suas testemunhas a se deslocarem para Jacobina e depor a seu favor. Companheiros de trabalho e vizinhos foram depoentes. Alguns se mostraram solidários a Henrique, outros apenas relataram o que *ouviram dizer*, bem nos moldes de preservação da cultura oral.

Nos autos, nenhuma nova informação foi acrescentada. São três novas testemunhas e, depois, mais três convocações de testemunhas já ouvidas, não sendo acrescentado nada ao processo.

O caso foi encerrado com o despronunciamento³⁶ de Henrique, em 29 de março de 1876, pois a mãe de Benedicta não conseguiu provar a menoridade da ofendida. Mas o juiz fez um despacho chamando a atenção para o fato de ter realmente acontecido um crime de estupro e não de defloração, mas, como não existiam as provas de idade de Benedicta, foi negada inclusive a apelação.

³⁶ APEBA, Seção: Judiciário, série: Líbello Cível, ref. 4/143/17, Auto de Perguntas as testemunhas, p. 98.

A conquistada mobilidade espacial, garantia de moradia fora das vistas do senhor, possibilidade de constituir família e garantia de uma vida minimamente autônoma pode transparecer uma face branda da escravidão sertaneja, levando a entendimentos equivocados e possibilitando até uma interpretação de benevolência dos senhores. Mas é necessário também observar, nos próprios casos, a crueldade das relações escravistas, onde um homem podia dispor do outro para satisfazer todas as suas vontades.

Em 25 de abril de 1862, foi aberto um processo na Comarca de Jacobina, julgado de Vila Nova da Rainha, pois "á força de barbaros castigos applicados por Sinfonio Simões Ferreira, no preto escravo de nome Damião, fallecêra este no dia 22 d' este mez victima"³⁷. No auto de qualificação Sinfonio, declarou ter vinte cinco anos, disse ser capitalista, casado.

A primeira testemunha ouvida foi o alferes João Felix Martins, solteiro, de 30 anos, natural do termo da Vila Nova, e residente na Fazenda Chumbado e criador e proprietário. Sobre os castigos, ele declarou:

[...]principiarão depois que se tirou o leite na Fazenda, as oito horas do dia, mais ou menos e durarão ate as onze horas ou meio dia, sendo que os castigos forão applicados nas nadeças extendendo-se ate o quadril, alem de alguns pontapez que o

³⁷ APEBA, Seção: Judiciário, série: Apelação Crime, Estante: 18, Caixa: 621, documento: 4, ref. 18/621/4.

contundi rão no pescoço e pé do ouvido[...] aplicou no mesmo escravo para mais de mil chicotadas.³⁸

Declarou ter aconselhado Sinfrônio a levar o escravizado para ser castigado na Villa, e descreveu como o velho Damião, de mais de oitenta anos, tinha ficado depois dos castigos. Disse, ainda, que o vaqueiro Ventura e ele declarante foram os primeiros a atender o escravizado e levá-lo para sua casa, pois “depois d’esses castigos elle não se podia conter em pé, ficando prostado”³⁹.

Os tratamentos das feridas foram minuciosamente descritos, mas seu efeito foi inócuo, pois:

[...] as feridas nunca forão curadas, e que de seo corpo, ou antes das mesmas feridas sahi a grande numero de bichos, sendo que elle testemunha com suas proprias mãos tirou não menos de uma xicra de bichos, sendo que durante esse mesmo tempo o escravo não se podia movêr, tendo em cada um dos quartos um tampo de carne podre, cahidas, deixando ver uns buracos muito fei os.⁴⁰

Esclareceu também como foi encontrado o escravizado no dia de sua morte, com sinais de enforcamento, estando com um

³⁸ APEBA, Seção: Judiciário, série: Apelação Crime, ref. 18/621/4. p. 4.

³⁹ APEBA, Seção: Judiciário, série: Apelação Crime, ref. 18/621/4. p. 5.

⁴⁰ APEBA, Seção: Judiciário, série: Apelação Crime, ref. 18/621/4, p. 5v.

cabresto em volta do pescoço, mas este passava por um juazeiro com duas voltas. Pelo estado de saúde de Damião, ele não poderia ter feito isso. Sinfrônio, presente à audiência, contesta a maior parte do depoimento.

A segunda testemunha, Bernardino José de Senna, vaqueiro, trinta e cinco anos, casado, sabia ler. Trouxe mais algumas informações:

[...] na Fazenda Chumbado, elle testemunha vio com effeito o reo presente estar castigando o escravo Damião, por motivo de ter este lhe dado uma cacetada[...] e que se elle mesmo se enforcou, elle testemunha ignora, podendo esntretando affirmar, que nenhum sinal havia de enforcamento, pois o mesmo escravo não tinha os olhos arregalados, em lingua de fora, vendo-se apenas um pequeno sinal onde estivera a corda [...]⁴¹

Os castigos físicos eram permitidos na escravidão ocidental com certos limites. Em 10 de junho de 1835, foi promulgada uma lei punindo com mais rigor os crimes dos escravos contra administradores, feitores, seus senhores e suas famílias.

As provas do suicídio de Damião são contestadas. As outras testemunhas apenas confirmaram as informações dadas até aquele momento. No depoimento da sétima testemunha, Niziázeno

⁴¹ APEBA, Seção: Judiciário, série: Apelação Crime, ref. 18/621/4, p. 8v.

Leôncio Figueiredo, quarenta e três anos, casado, tudo ficou menos nebuloso:

[...] tudo isso provinha de caçadas feitas por João Felix Martins, tractando de indispor o dito escravo Damião contra seo senhor Simphronio Simões Ferreira, dizendo-lhe que elle já havia envenenado ao seo senhor Coronel Antonio da Silva Duarte, para assim[...] poder casar-se com a mulher viuva do fallecido, querendo agora assassinal-a para apoderar-se de seos bens e hir-se imhora e que o dito escravo por ser muito ignorante acreditou em semelhantes caçadas e dirigio-se para o curral da fazenda onde estavam, e onde tinha a certeza que o accusado havia chegar, e ahy depois de esperal-o deu-lhe trez cacetadas.⁴²

Depois desse testemunho, outros ainda declararam as mesmas coisas, dizendo ainda nunca terem visto intrigas entre o casal e também atestando a boa índole do senhor. O réu é despronunciado e a decisão foi recorrida pelo promotor, não foi possível saber a data, pois a página está sem condições de leitura.

É apensado ao processo um novo recurso. Nas Alegações do Recorrido em 26 de maio de 1862, com oito páginas manuscritas, frente e verso, o acusado defende-se declarando ser vítima de

⁴² APEBA, Seção: Judiciário, série: Apelação Crime, ref. 18/621/4, p. 26

um complô para matá-lo. Segundo as alegações, os mentores dessa trama foram os sobrinhos do falecido Comandante Superior Antonio da Silva Duarte, envolvendo, além de Damião outros antigos escravizados do comandante, entre eles Joaquina insuflando os outros contra ele, por mando de Manoel Nascimento Silva Torres ⁴³.

Nos depoimentos perante o júri, em Jacobina, Manoel Longuinho de Souza, vinte anos, casado, vivia de criar gados, declarou:

[...] que as pancadas dadas pelo escravo no acusado forão motivadas por brigas, por causa de leite. Declarou mais a testemunha que atribue também as cacetadas ao facto de ter vindo um moleque da casa do acusado, gritando que este queria assassinar a Dona Maria, sua mulher com uma faca. ⁴⁴

O começo dessa história foi trágico e o final esperado, Sinfrônio é absolvido pelo júri em 4 de julho de 1862, e passado o alvará de soltura. Esta última declaração de Manoel Longuinho, chamou a atenção para o comprometimento do escravizado com sua senhora. Damião, um velho de oitenta anos, queria proteger sua senhora, mesmo contra o vigor de um jovem de 25 anos. Esta tentativa lhe custou a vida.

⁴³ APEBA, Seção: Judiciário, série: Apelação Crime, ref. 18/621/4, p. 29-37

⁴⁴ APEBA, Seção: Judiciário, série: Apelação Crime, ref. 18/621/4, p. 61v.

A violência subjacente ao sistema escravista, no entanto, não se restringe à consideração do monopólio da força detido pela camada senhorial [...]

Considera-se a sociedade escravista como produtora de uma ampla rede de controle social, capaz de combinar o argumento da força com outros mecanismos de dominação.⁴⁵

Os sofrimentos e a morte do velho Damião foram causados pelo seu desejo de proteger e ajudar sua senhora. Não foram encontrados outros documentos para sustentar a hipótese de rebelião contra o réu, mas de qualquer forma, nos depoimentos ficou a informação de que duas escravizadas ainda continuavam escondidas na propriedade do sobrinho do Capitão Antonio da Silva Duarte, antigo senhor dos escravizados.

⁴⁵ MACHADO. Maria Helena Pereira de Toledo. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830–1888**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 17.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou diminuir a invisibilidade das populações negras no sertão das Jacobinas. Seu objetivo foi mostrar a partir de pesquisas embasadas em várias séries documentais aquilo visto todas as sextas e sábados nas feiras da cidade, a pujança de uma população ativa e trabalhadora.

A invisibilidade foi sendo construída ao longo de vários anos, tendo conseqüências funestas para uma grande parcela da população, não podendo nem mesmo reconhecer-se ou conhecer seu passado e a contribuição de seus antepassados para construção da cidade.

Em 1998, visitando uma comunidade rural afrodescendente das cercanias de Jacobina, chamou minha atenção a preocupação com a reforma das casas. Era uma comunidade grande e antiga com algumas ruas amplas, uma praça, campo de futebol no centro, mas as casas de taipas estavam sendo desmontadas e construídas novas casas de alvenaria. A casa do morador mais velho ficava próximo à grande praça.

Nossa conversa foi muito instigante, pois ele contou uma parte da história da formação da comunidade. Ela era muito

antiga, desde antes da Abolição, e os primeiros casais de moradores instalaram-se ali e começaram a plantar café e banana, sendo que esta última ainda domina a lista de produtos plantados na comunidade.

Os casais eram 'crioulos' livres e tinham chegado à região, convidados pelo comprador dos terrenos, oferecidos gratuitamente aos outros, em troca da companhia e trabalho comunitário. Até o momento da conversa, uma parcela do terreno era plantada comunitariamente e seus frutos vendidos na feira de Jacobina, sendo os rendimentos distribuídos para todos.

Em determinado momento, perguntei por que aquela agitação em torno da reforma das casas e se a safra havia sido boa. A resposta foi muito elucidativa sobre o tratamento dado aos afrodescendentes da região.

Todos estavam reformando suas casas, pois a eletricidade, depois de 20 anos passando por cima de seus terrenos, para servir à sede de uma fazenda à frente, finalmente chegaria até suas casas. Isto ocorrera só depois da eleição de um *vereador representante dos negros*, conforme explicou o entrevistado.

A invisibilidade condenou as pessoas de uma comunidade inteira à não usufruir dos confortos proporcionados pela eletricidade. Lutar contra a invisibilidade, construída historicamente, proporciona ações concretas como esta.

O fio condutor desta pesquisa foi a busca das populações negras. Detive-me na leitura das entrelinhas e algumas informações difusas encontradas em diversos documentos sobre a

implantação da pecuária e as minerações no início da colonização até o final do século XVII, para encontrá-los em diversos momentos e situações.

Foram encontrados, na região, negros nas mais diversas conjunturas, libertos, escravizados e livres, cuidando de roças, trabalhando como mateiro, trabalhando na mineração, exercendo sua religiosidade, imersos em comunidades quilombolas, lutando ao lado de indígenas ou até contra eles.

Para saber como era constituída esse grupo foi necessário, primeiro, saber sua quantidade e qual seu real impacto na população da região. Os documentos sobre a contagem dos moradores da região são vagos, mesmo recorrendo ao Recenseamento de 1872. Mesmo assim, foi possível saber um pouco mais sobre a construção da invisibilidade. Apagar as marcas deixadas por esta população tem sido uma das formas de excluí-la, desde as primeiras tentativas de organização administrativa no sertão.

Utilizando documentos os mais diversos, tais como Documentos e Cartas da Câmara Municipal e dos Juizes de Jacobina, Processos Cíveis e Crimes e Maços dispersos da Polícia, Secas e Registros Cartoriais guardados no Arquivo Público do Estado da Bahia, consegui ter uma idéia de como foi organizada a exploração da mão-de-obra escrava na região, como se constituía este grupo e também como foi possível a negociação para as conquistas cotidianas do escravizado, tornando sua vida menos penosa, e também como se dava a conquista da liberdade.

Nos Livros de Registro dos diversos cartórios de Jacobina, foram assentadas Cartas de Liberdade, conquistadas por 503 pessoas, assim como, em outros trabalhos, as mulheres representaram a quantidade mais expressiva.

O envolvimento e o sentido de proteção mútua também ficaram registrados nos documentos cartoriais, existindo alguns apontamentos de doações de bens para antigos escravizados. Também nos processos crimes, isto ficou exposto, quando escravizados buscaram proteger sua senhora.

Muitos documentos deixaram transparecer a astúcia de homens e mulheres para conseguir um pouco mais de autonomia e passar dias mais felizes. Estas conquistas podiam significar grandes passos na vida da pessoa escravizada. Um dia a menos de trabalho para o senhor podia ser a oportunidade de uma poupança para uma futura conquista da liberdade pessoal ou de um ente querido.

Deste trabalho também ficaram inúmeros questionamentos, mas as pequenas picadas, aqui abertas serão trilhadas por muitos outros jovens pesquisadores, entusiasmados pelo tema.

6 - FONTES E REFERÊNCIAS

6.1 FONTES

IMPRESSAS CONTENDO TRANSCRIÇÕES DE DOCUMENTOS:

ANNAES do Archi vo Publ i co, ano 2, v. 3, Bahi a: Imprensa Offi ci al do Estado, 1918.

ANNAES do Archi vo Publ i co, ano 3, v. 4 e 5, Bahi a: Imprensa Offi ci al do Estado, 1919.

ANNAES do Archi vo Publ i co, ano 4, v. 6 e 7, Bahi a: Imprensa Offi ci al do Estado, 1920.

ANNAES do Archi vo Publ i co, ano 7, v. 11, Bahi a: Imprensa Offi ci al do Estado, 1923.

ANNAES do Archi vo Publ i co, v. 21, Bahi a: Imprensa Offi ci al do Estado, 1932.

ANNAES do Archi vo Publ i co, ano 22, Bahi a: Imprensa Offi ci al do Estado, 1933.

ANNAES da Bi bl i othe ca Naci onal , v. 32, Ri o de Janei ro: 1910.

ANNAES da Bi bl i othe ca Naci onal , v. 68, Ri o de Janei ro: 1949.

DOCUMENTOS HI STORI COS da Bi bl i othe ca Naci onal , Ri o de Janei ro: Bi bl i othe ca Naci onal , 1928. v. 3; v. 4; v. 7.

DOCUMENTOS HI STORI COS da Bi bl i othe ca Naci onal , Ri o de Janei ro: Bi bl i othe ca Naci onal , v. 40, 1938.

Revi sta do Insti tuto Hi stori co e Geographi co Brasi lei ro, 1846. t. 8.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Público do Estado da Bahia
Relação de Tabeliões e Livros de Jacobina

TABELIÃO RESPONSÁVEL	ANO		Nº.
VICENTE MAURÍCIO DE OLIVEIRA	1795	1898?	1
FRANCISCO CAETANO FIGUEREDO	02/11/1807	09/12/1813	2
FRANCISCO CAETANO FIGUEREDO	02/12/1813	14/09/1820	3
JOSÉ RODRIGUES COSTA DO BRAZIL	15/09/1820	13/12/1826	4
MIGUEL ALVARES PEREIRA	1824	1825	5
JOSÉ RODRIGUES COSTA DO BRAZIL	13/04/1826	06/02/1828	6
SINFRONIO OLÍMPIO DE FIGUEREDO	1830	1833	7
SINFRONIO OLÍMPIO DE FIGUEREDO	1833	1837	8
SINFRONIO OLÍMPIO DE FIGUEREDO	1837	1838	9
NICANDRO ALBINO LOPES	1838	1842	10
SINFRONIO OLÍMPIO DE FIGUEREDO	1839		11
SINFRONIO OLÍMPIO DE FIGUEREDO	1840	1841	12
NICANDRO ALBINO LOPES	1840	1844	13
SINFRONIO OLÍMPIO DE FIGUEREDO	1841	1842	14
SINFRONIO OLÍMPIO DE FIGUEREDO	1843	1845	15
NICANDRO ALBINO LOPES	1844	1845	16
NICANDRO ALBINO LOPES	1845		17
EZEQUIEL RODRIGUES COSTA DO BRAZIL	1845	1847	17A
SINFRONIO OLÍMPIO DE FIGUEREDO	1846	1847	18
EZEQUIEL RODRIGUES COSTA DO BRAZIL	1847	1848	19
EZEQUIEL RODRIGUES COSTA DO BRAZIL	1848	1852	20
LUIS GONZAGA DO MAYA	1850	1852	21
LUIS GONZAGA DO MAYA	1852	1854	22
LUIS GONZAGA DO MAYA	1854	1856	23
LUIS GONZAGA DO MAYA	1856	1858	24
VALENTIM DOS REIS SANTIAGO	1857	1858	24A
LUIS GONZAGA DO MAYA	1858	1861	25A
VALENTIM DOS REIS SANTIAGO	1858	1859	25
VALENTIM DOS REIS SANTIAGO	1859	1861	26
VALENTIM DOS REIS SANTIAGO	1861	1863	27
LUIS GONZAGA DO MAYA	1861	1863	28
VALENTIM DOS REIS SANTIAGO	1863	1867	29
LUIS GONZAGA DO MAYA	1863	1868	30
JOSE JOAQUIM DE VALOIS COUTINHO	1863	1885	31
PEDRO DA SILVA CARDOSO	1868	1870	32
LUIS GONZAGA DO MAYA	1869	1872	33
BRAULIO JOSÉ TEIXEIRA	1870	1871	34
BRAULIO JOSÉ TEIXEIRA	1871	1872	35
BRAULIO JOSÉ TEIXEIRA (PROCURAÇÕES)	1875	1889	36
BRAULIO JOSÉ TEIXEIRA	1878	1881	36A
LUIS GONZAGA DO MAYA	1880	1884	37
AGERICO FRANCISCO DE MORAES (PROCURAÇÕES)	10/02/1880	22/08/1885	38
AGERICO FRANCISCO DE MORAES	1880	1886	39
LUIS GONZAGA DO MAYA (PROCURAÇÕES)	10/04/1880	31/01/1889	40
BRAULIO JOSÉ TEIXEIRA	30/08/1881	09/02/1884	41
LUIS GONZAGA DO MAYA	26/09/1884	29/07/1889	42
BRAULIO JOSÉ TEIXEIRA	11/02/1884	13/01/1890	43
AGERICO FRANCISCO DE MORAES	02/10/1885	23/09/1891	44
AGERICO FRANCISCO DE MORAES	28/04/1887	12/12/1899	45

Seção: Colonial e provincial, série Governo, Câmara de Jacobina, Maço n. 1328.

Seção: Colonial e provincial, série Governo, Câmara de Jacobina, Maço n. 1329.

Seção: Colonial e Provincial, série Governo, Câmara de Jacobina, Maço n. 1330.

Seção: Colonial e Provincial, série Governo, Presidente de Província, Correspondências, Maço n. 2430.

Seção: Colonial e Provincial, série Governo, Presidente de Província, Correspondências, Maço n. 2431.

Seção: Colonial e Provincial, série Governo, Presidente de Província, Correspondências, Maço n. 2432.

Seção: Colonial e Provincial, série Governo, Presidente de Província, Correspondências, Maço n. 2433.

Seção: Colonial e Provincial, série Governo, Presidente de Província, Correspondências, Maço n. 2434.

Seção: Colonial e Provincial, série Governo, Presidente de Província, Correspondências, Maço n. 2435.

Seção: Judiciário, Processos Crime, ref. 33/1158/11.

Seção: Judiciário, Processos Crime, ref. 26/921/14.

Seção: Judiciário, Processos Crime, ref. 18/621/1.

Seção: Judiciário, Processos Crime, ref. 18/621/4.

Seção: Judiciário, Processos Crime, ref. 41/1456/4

Seção: Judiciário, Testamento e Inventários: Jacobina:

Galдина Cândida da Rocha César, 03/1086/1555/07

Ignacia Francisca Freire, ref. 03/1388/1857/02

José Bento D'Antas Coelho, ref. 02/662/1121/18

Partilha Amigável: Manuel Jose Marques, ref. 02/619/1073/13

ARQUIVO NACIONAL:

Carta Régia de 5 de agosto de 1720

Fundo: Tesouraria da Fazenda da Província da Bahia, p. 27,
Código 155

Biblioteca Nacional:

Lei Provincial no. 2604, de 28/06/1888

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE JACOBINA:

Livro de Qualificação dos Votantes (1878-1880).

FÓRUM MUNICIPAL DE MORRO DO CHAPÉU:

Livro de Registros A – Primeiro Tabelionato.

6.2 REFERÊNCIAS

- ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história Colonial: 1500-1800 & Os Caminhos antigos e o povoamento do Brasil.** (1924) Brasília: Ed. UnB. 1982.
- AGUIAR, Durval Vieira de. **Descrições Práticas da Província da Bahia.** Salvador: Tip. do Diário da Bahia, 1888.
- ALMEIDA, Rômulo. Traços da História Econômica da Bahia no último século e meio. **Revista de Economia e Finanças.** Salvador, ano 4, v. 4, n. 4, p. 60-77, 1952.
- ANAI - Associação Nacional de Ação Indigenista. <<http://www.anai.org.br/>>. Acesso em: 06 jul. 2002.
- ANDRADE, Maria José de Souza. **A mão de obra escrava em Salvador, 1811/1860.** Salvador: Corrupio, 1988.
- ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**, 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: USP, 1992.
- AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Jacobi na e a Chapada Diamantina. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (Org.). **Jacobi na: passado e presente.** Jacobi na: ACIJA, 1993.
- BAHIA, Governo do Estado da. **Atlas do Estado da Bahia.** Salvador: Sepl antec - Sec. do Planejamento, Ciência e Tecnologia/Centro de Planejamento da Bahia-CPB, [1976?].
- BAHIA, Governo do Estado da. IRDEB - História e Cultura. **Lei do Ventre Livre.** Bahia História e Cultura - Disponível em: <<http://www.irdeb.ba.gov.br/bahiahistori adocVentreLivre.htm>>. Acesso em 11 de dez. 2004.

BAHIA, Governo do Estado da. SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico.** Salvador: SEI, 2001.

BAHIA, Governo do Estado. **A inserção da Bahia na Evolução Nacional - 1ª Etapa: 1850 - 1889.** Salvador: Sec. do Planejamento, Ciências e Tecnologia; Fundação de Pesquisas, 1978. v. 1.

BAHIA, Governo do Estado. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. **Diagnóstico Parâmetro Para Avaliação do PDRI: Irecê.** Salvador: CEPA - Centro Estadual de Planejamento Agrícola, 1984.

BASTOS, Manoel José d'Oliveira. Roteiro. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 1846. t. 8.

BERTIN, Enidelce. **Alforrias na São Paulo do século XIX: Liberdade e Dominação.** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e Vaqueiros.** Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

BRANDÃO, Maria de Azevedo; CARDOSO, Alice Marcelino. (org.) **Jacobi na: Passado e Futuro.** Jacobi na: ACIJA, 1993.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Projeto Resgate - Bahia**, 1998. 23 CD-ROM.

BRASIL, Tribunal Regional Federal (7. Vara da Justiça Federal da Bahia). Ação Ordinária Nº. 93.12284-3, Apelante: Advocacia Geral da União, apelado: Bial Agropecuária Ltda.

CALDEIRA, Jorge. O ouro e o território (1700-1750). In: CALDEIRA, Jorge et. al. **Viagem pela História do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. CD-ROM.

CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre**: uma dinastia de pioneiros, Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

CAMBRAIA, Ricardo de Bastos; MENDES, Fábio Faria. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista (1780-1836). In: **Revista do Departamento de História – FAFICH/UFMG**, Belo Horizonte, n. 6, p. 137-150, jul. 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarión. A Brecha camponesa no sistema escravista. In: _____. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 133-154.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em Desterro**: Experiências das populações de origem africana em Florianópolis, 1860/1888. 2004, 269 f. Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP, São Paulo, 2004.

CARNEIRO, Edson. **O quilombo de Palmares**. 3. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1974.

CHALHOLB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

COSTA, Affonso. Guedes de Brito, o povoador. **Anais do Arquivo Público da Bahia**, Salvador: 1952. v. 32. p. 218-231.

COSTA, Affonso. Minha Terra: Jacobina de Antanho e de Agora. IN: **Congresso Brasileiro de Geographia**, 5, 1916, Salvador:

- Annaes...** Salvador: Imp. Oficial do Estado, 1918, p. 235-319.
- DANTAS, Mônica Duarte. **Fronteiras movediças: relações sociais na Bahia do século XIX.** 2002, 295 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2002.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Impasse do Inorgânico. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **História e ideal: Ensaio sobre Caim Prado Júnior.** São Paulo: Ed. UNESP: Brasiliense, 1989.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: CANDIDO, Antonio (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil.** São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 1998.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX.** 2. ed. Revisada. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FAGUNDES, Erivaldo. **História regional e local: fragmentação e recomposição da história da modernidade.** Feira de Santana: UEFS, 2002.
- FAGUNDES, Erivaldo. **Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio.** Salvador: EdUFBA, UEFS, 1998.
- FERREIRA, Francisco Ignácio. **Dicionário Geográfico das Minas do Brasil,** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.
- FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII.** Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: EDUNB, 1993
- FONSECA, Antônio Ângelo Martins. **Poder, crise regional e novas**

estratégias de desenvolvimento: o caso de Jacobina/Bahia. 1995. 206 f. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-FAU/Universidade Federal da Bahia, Salvador. 1995.

FRANCO, Tasso. **Serri nha: A colonização portuguesa numa cidade do sertão da Bahia.** Salvador: EGBA/Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1996.

FREITAS, Décio. **Palmares: A guerra dos escravos.** 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

FREITAS, Edith Alves de A.; SILVA, José Freitas de. **História da Freguesia Velha de Santo Antônio:** Campo Formoso. 2. ed. atual. e amp. Salvador: Sec. da Cultura e Turismo, 2004.

FREYRE, Gilberto. A Cana e a Mata. In: _____. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

Disponível em: http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/livros/nordeste/3cap_cana_e_mata.htm. Acesso em: 15 mar. 2000.

FREYRE, Gilberto. Prefácio. In: _____. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal.** Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933. Disponível em: http://bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/livros/pref_brasil/casa_grande.htm Acesso em 15 mar. 2000.

FREYRE, Gilberto. Prefácio. In: _____. **O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas.** Rio de Janeiro:

José Olympio, 1940. Disponível em: <http://bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/livros/pref_brasil/o_mundo.htm>. Acesso em 15 mar. 2000.

GAMA, Maria Sandra. **Sociedade União dos Artistas Jacobienses**. 2001. 56 f. Monografia (Especialização em Teoria e Metodologia da História) – Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS, Feira de Santana, 2001.

GARCEZ, Angelina; SENA, Consuelo Pondé de. **Juazeiro: Trajetória Histórica**. Juazeiro, [sem editora], [sem ano].

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIANI, Luiz A.. Olhos nos olhos do desenhista Rugendas: música e afeto na família escrava. In: **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 44, jan. 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/044/44cgiani.htm>> acesso em 13 jan. 2005.

GOMES, Flávio dos Santos. **História de Quilombolas, Mocambos e Comunidades de Senzala no Rio de Janeiro – séc. XIX**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1995.

GORENDER, Jacob. **O Escravidão colonial**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1980.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700/1750). In: **Revista do Departamento de História – FAFICH/UFMG** Belo Horizonte: n. 1(2), p. 85-99, jun. 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed., São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Características demográficas do Estado da Bahia**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1949.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **CENSO Demográfico**, Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1991. n. 17. Bahia.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, Rio de Janeiro: IBGE, 1958. 20 v.

INSTITUTO SÓCIO-AMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/prg/pib.shtm>> Acesso em 12 mar. 2006. [Mudança de provedor]. <<http://www.socioambiental.org/website/povind/index.html>>. Acesso em: 20 jun. 2002.

IRVIN, James R. **Escravidão e Trabalho em Sistema de Plantation**. In: **Revista do Departamento de História – FAFICH/UFMG** Belo Horizonte: n. 6, p. 5-14, jul. 1988.

LARA, Silvi a Hunold. “Blowin’ in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”, in: **Projeto História**, São Paulo, n. 12, out. 1995.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Liv. Portugalia; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945. t. 5.

LEMOS, Doracy Araújo. **Jacobi na: sua história e sua gente**. Jacobi na: Grafionort, 1995.

LIMA, Dante de. **Mundo Novo: nossa terra, nossa gente**. Salvador: Contemp, 1988.

MACHADO. Maria Helena P. T.. Em torno da Autonomia Escrava: Uma Nova direção para a História Social da Escravidão. **Revista Brasileira de História**, v. 8, n. 16, p. 143-160, mar/ago de 1988.

MACHADO. Maria Helena Pereira de Toledo. **Crime e Escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MAPPA da enumeração da gente e povo desta Capitania da Bahia, pelas freguezias das suas comarcas, cm a distincção em 4 classes das idades pueril, juvenil, varonil e avançada, em cada sexo, com o numero dos velhos e mais de 90 annos, dos nascidos, dos mortos e dos fogos, conforme o perittirão as listas que se tirarão do anno pretérito. (1780) In: **Annaes da Bibliotheca Nacional (ABN)**, v. 32, 1910, p. 480 passim.

MAPPA de todas as Freguezias que pertencem ao Arcebisado da Bahia e sugeitos os seus habitantes no temporal ao governo da mesma Bahia, com distincção das comarcas e villas a que pertencem, com numero de fogos e almas. (1775) In: **Annaes da Bibliotheca Nacional (ABN)**, v. 32, 1910, p. 289 passim.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudoeste escravista, Brasil Século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, Século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MIRANDA, Carmélia Aparecida. **Um Olhar Sobre a Festa da Marujada em Jacobina**. 1999, 176 f. Dissertação (Mestrado em história Social) – Pontifícia Universidade Católica de São

Paulo-PUCSP, São Paulo, 1999.

MORENO, José Ricardo. **Escravos, quilombolas ou meeiros?** 2001, 158 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado da Bahia-UFBA, Salvador, 2001.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Piauí colonial: população, economia e sociedade.** Teresina: Projeto Petrônio Portella/Fundação Cultural do Estado do Piauí, 1985.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. Quatro Mandingueiros de Jacobina na Inquisição de Lisboa. **AFRO-ÁSIA**, n. 16, p. 148-160, 1995.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe del Rey: população, economia e sociedade.** Aracaju: FUNDESC, 1986.

MOURA, Clóvis. **Rebelião da Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas.** 3. ed., São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo,** Petrópolis: Vozes, 1980.

NEVES, Juvenal. [1991] **Vilarejo: a vila do Bom Sossego.** Salvador: Gov. do Est. Da Bahia, 2001.

OLIVEIRA, Jane Souto de. **Brasil mostra a tua cara: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000.** Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciência Estatística, 2003.

OLIVEIRA, Maria Luíza Ferreira de. O Ronco da Abelha. In: **Revista Almanack Brasiliense**, n. 1, maio de 2005. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/PDFS/1/01_informe_4.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2005

OTT, Carlos, **A pré-história da Bahia,** Salvador: Progresso, 1958

PALACIOS, Guillermo. **A Guerra dos Mari bondos.** Disponível em:

<http://www.estadonacional.usp.br/noticias/seminarios/Realizados/3forum/Texto_Forum_03.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2005.

PASSOS, Walter de Oliveira. **Bahia Terra de Qui lombos**. Salvador: Edição do Autor, 1996.

PENNA, Clemente Gentil. **Escravidão, Liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)**. 2005, 153 f. Dissertação (Mestrado Programa de História) - Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis, 2005.

PEREIRA. Padre Januário José de Souza. Relação da Freguesia do Jerimuabo. Prestada em 29 de dezembro de 1757. In: **Annaes da Bibliotheca Nacional (ABN)**, v. 31, 1909. p. 229-234.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séc. XVI e XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

PINA, Maria Cristina. **Santa Isabel do Paraguassú: Cidade, Garimpo e Escravidão nas lavras diamantinas, século XIX**. 2000, 110 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado da Bahia-UFBA, Salvador, 2000.

PINTO, Alfredo Moreira. **Dicionário Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

PINTO, Diana Berman Correa. **A produção do novo e do velho na historiografia brasileira: debates sobre a escravidão**. 2003, 109 f. Dissertação (Mestrado em História) - PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2003.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira**. Ouro Preto: Typ. de Silva, 1832.

PIRES, Maria de Fátima. **O crime na cor: a experiência escrava no alto sertão da Bahia – Rio de Contas e Caetité – 1830-1888**. 1999, 255 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

QUEIROZ, Cláudio de Oliveira. **O Sertão que eu conheci**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1985.

REIS, João José. **A rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês (1835)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

RIBEIRO JÚNIOR, Florivaldo Paulo. **De batuque e trabalhos: resistência negra e a experiência do cativo – Uberaba, 1858-1901**. 2001, 192 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUCSP, São Paulo, 2001.

RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa: Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

ROTEIRO do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí (1780). **Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, T. 62, parte 2, 1900. p. 60-161.

SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. **Diccionario geographico historico e descriptivo do Império do Brazil**, Paris: J. P. Aillaud, 1845.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. [1830]. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. [1833]. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SAMPAIO, Fabrícia. **Os fanáticos da Gruta**. 1997. 67 f. Monografia (TCC em História) – UNEB, Jacobina, 1997.

SAMPAIO, Moises. et al. **O coronelismo na Chapada Diamantina e Piemonte (1880-1930)**. Jacobina: FFPJ/UNEB, 1997.

SANTOS, Daniel Francisco. "Curso de História Oral: Técnicas e Usos", realizado na UNEB/DCH-IV, Jacobina: NUPE, 1997.

SANTOS, Márcia Adriana Alves dos Santos. **Coqueiro: Uma Comunidade Negra no Sertão Baiano**. 1999. 38 f. Monografia (TCC em História) - UNEB, Jacobina, 1999.

SANTOS, Vanicléia. **Trocas culturais na Micareta de Jacobina (1919-1960)**. 1998. 78 f. Monografia (TCC em História) - UNEB, Jacobina, 1998

SECRETO, Maria Verônica. **Sem Medidas: Revoltas No Nordeste contra as medições imperiais**. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_105.pdf> acesso em: 15 dez. 2005.

SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da Língua portuguesa, recopilado dos vocabulários impressos**. Lisboa: Typ. Lacerdina, 1813

SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da Língua portuguesa**. Lisboa: Typ. Lacerdina, 1789.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista.** São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

SILVA, Ignácio Acioly de Cerqueira e. **Memórias históricas e políticas da Bahia.** Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1925. v. 2.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Da Bateia à enxada: Aspectos do Sistema servil e da Economia mineira em Perspectiva, 1800-1870. In: **Revista do Departamento de História – FAFICH/UFMG** Belo Horizonte: n. 6, p. 47-68, jul. 1988.

SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XI. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 449-495, 1988.

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a Cidade: A forma social negro-brasileira,** Petrópolis, Ed. Vozes, 1988.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. **Através da Bahia:** excertos da obra *Reise in Brasilien*, São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938

TERRA BRASILEIRA. **O Povo sertanejo.** Disponível em: <<http://www.terrabrasileira.net/indigena/contatos/sertanejo.html>>. Acesso em: 06 de jul. 2002.

THOMPSON, E. P.. **A Formação da classe Operária Inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.

THOMPSON, E. P.. **A Miséria da Teoria.** Rio de Janeiro, Zahar: 1981.

THOMPSON, E. P.. **As peculiaridades dos ingleses e outros**

artigos. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

TINHORÃO, José Ramos. **Os negros em Portugal: uma presença silenciosa.** Lisboa: Ed. Caminho, 1988. In: **Quando o negro passou a ser preto...** Disponível em: <<http://www.portugal-linha.pt/opinião/CAIalexandri no/cron5l.html>>. Acesso em: 26 fev. 2006.

VASCONCELOS, Albertina Lima. **Ouro: conquistas, tensões, poder, mineração e escravidão – Bahia do Século XVIII.** 1998, 339 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, 1998.

VERSIANI, Flávio Rabelo. “Os escravos que Saint-Hilaire viu”. **Revista História Econômica e Economia de Empresas**, vol. III.1, ABPHE, 2000. Disponível em: <http://historia_demo grafica.tripod.com/bhds/bhd37/versaint.pdf> Acesso em: 12 dez. 2004.

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. **A cidade como espaço da diversidade cultural**, Jacobi na: FFPJ/UNEB, 1995, digitado.

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. **A re-afri canização do Carnaval de Salvador: A re-criação do espaço Carnavalesco.** 1995, 228 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUCSP, São Paulo: 1995.

VIEIRA. Dr. Frei Domingos. **Grande dicionário português ou Thesouro da língua portuguesa.** Porto: Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1873.

VILLASBÔAS, Hariessa Cristina. **Mineração em Terra Indígena.** Rio de Janeiro: CETEM: MCT: CNPq: CYTEC: UIA, 2005.

WANDERLEI, João Maurício. **Falla recitada na abertura da**

Assembléa Legislativa da Bahia. Bahia [Salvador]: Typ. A. Olavo a França Guerra e Comp., 1855. Mappa dos homicídios, tentativas de mortes, suicídios, e capturas de criminosos.

WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano. **Viagem ao Brasil**, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1989.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**, São Paulo, Paz e Terra, 1992.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

7 – ANEXOS

REGISTROS DE COMPRAS, VENDAS E DOAÇÕES POR VALOR MÉDIO – JACOBINA (1808 – 1885)

ANO	T O T A L	H O M E N S								M U L H E R E S							
		ADULTOS		CRIANÇAS		ADOLECENTES		IDOSOS		ADULTOS		CRIANÇAS		ADOLECENTES		IDOSOS	
		N	Valor Médio	N	Valor Médio	N	Valor Médio	N	Valor Médio	N	Valor Médio	N	Valor Médio	N	Valor Médio	N	Valor Médio
1808	7	3	150	2	55					2	110						
1819	1									1	110						
1828	5	1	132	1	132					1	132			1	132	1	132
1831	1											1	80				
1832	1											1	180				
1833	1									1	150						
1837	2	1	120							1	100						
1838	3									1	500	2	250				
1839	20	11	369,27	1	280	1	500	2	202,5	3	416,66	2	250				
1840	13	5	360			1	400			4	387,5	2	320			1	60
1841	24	10	405	2	250					10	339,67	2	200				
1842	32	15	379,33	4	252,5	1	300	1	300	8	328,75	2	260			1	300
1843	12	4	350	3	233,33					2	505	2	375			1	200
1844	26	11	344,55	1	400			3	266,66	8	390,75	2	235			1	40
1845	22	11	389,64	6	227,5					1	240	3	358,66			1	50
1846	21	7	412,86	5	231					6	379,33	3	250				
1847	36	13	466,85	2	300	1	400	1	100	14	371,43	5	298				
1848	19	5	310	6	288,33					4	450	4	302,5				
1849	3									3	410						
1850	11	6	415	1	150					1	450	3	335				
1851	9	3	316,66	3	180			1	140	2	387,5						
1852	6	2	350							2	440	2	325				
1853	5	2	500	1	530							2	400				
1854	3									3	491,66						
1855	8	3	600	2	250					2	450			1	700		
1856	17	6	734,16	2	350	2	785	2	225	3	529,33	2	690				
1857	13	2	560	4	582,5	1	1300			3	766,66	3	466,66				
1858	17	3	1116,66	2	850	1	800			3	933,33	5	528	2	1050	1	100
1859	21	6	977,5	3	616,66			1	700	6	1116,66	5	512				
1860	20	6	941,66	5	375	1	1000			4	1072,5	3	213,33	1	575		
1861	10	3	783,33	2	750	2	1000			1	500	1	650	1	500		
1862	10			1	300	3	726,66					5	456	1	300		
1863	4	1	1100	1	100							2	450				
1864	2									1	500	1	500				
1865	2			1	600			1	300								
1866	4					2	550					1	180	1	800		
1867	3									2	750	1	300				
1868	3	1	900	1	200	1	600										
1869	4	1	150*	1	200							1	600	1	600		
1870	3			1	550							2	550				
1872	4					1	400			1	600	1	200			1	300
1873	1					1	200										
1874	1	1	900														
1875	1	1	700														
1876	1	1	700														
1877	1			1	300												
1878	1									1	400						
1879	3	2	825							1	500						
1880	7	1	500			2	500			2	800	1	400	1	500		
1881	1									1	255						
1882	1									1	200						
1885	1					1	450										
Totais	447	148	17109,47	65	9533,82	22	9911,66	12	2234,16	110	16463,73	72	11115,15	10	5157	8	1182
Média Geral			115,6045		146,6742		450,53		186,18		149,6703		154,37708		515,70		147,75

Fonte: APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina

VALORES REGISTRADOS NAS CARTAS DE LIBERDADE – JACOBI NA

ANO	T O T A L	H O M E N S								M U L H E R E S							
		CRIANÇAS		ADOLECENTES		ADULTOS		IDOSOS		CRIANÇAS		ADOLECENTES		ADULTOS		IDOSOS	
		N	V L	N	V L	N	V L	N	V L	N	V L	N	V L	N	V L	N	V L
1807	1									1	100						
1809	1															1	60
1810	2	1				1	200										
1811	3									2	50			1	90		
1812	2													2	88,5		
1813	1													1	120		
1814	1													1	40		
1815	5	1	55			3	182			1	100						
1816	2					1	180	1	45								
1817	1									1	70						
1819	2	1	45											1	50		
1820	1					1	60										
1821	2					2	55										
1823	1					1	115										
1824	3					2	87							1	150		
1825	3	1	40							1	50			1	60		
1826	4					2	155			1	40			1	150		
1827	2									1	35			1	110		
1830	4					2	250							1	40	1	200
1831	3					1	150							1	200		
1832	2					1	200							1	120		
1834	2									1	80			1	200		
1835	3					2	180							1	800		
1837	3					1	600			1	30			1	65		
1838	1					1	220										
1839	5	1	200			2	325			1	370			1	300		
1840	3							1	57					1	600	1	110
1841	7					4	292,5							3	216,66		
1842	3					1	120	1	200							1	60
1844	3	1	100			1	1600							1	250		
1845	3					1	500			1	29					1	250
1846	1													1	300		
1847	3					1	450							2	160		
1848	3					1	600			1	25			1	350		
1849	1													1	400		
1850	1													1	420		
1851	3					2	540			1	80						
1852	3	1	140			2	500										
1853	2													2	225		
1854	2	1	100			1	350										
1855	1					1	600										
1856	2	1	170											1	700		
1857	3	1	100											1	100	1	50
1858	1													1	350		
1859	5					2	525							3	333,33		
1860	2							1	300					1	1240		
1861	3					2	1000							1	1000		
1862	8					3	1083,33	1	700	1	500			3	376,66		
1863	10	2	150			3	1100			2	125	1	500	3	490		
1866	6	1	100			2	650							3	500		
1867	4	1	200			1	700			1	100			1	350		
1868	5					1	200			1	250			3	703,33		
1869	5			1	600									4	412,5		
1870	6			1	1200	3	466,66							1	350	1	400
1871	5					2	600			1	100	1	100			1	150
1872	2					1	400							1	620		
1878	1													1	100		
1879	2													2	550		
1880	3													2	350	1	100
1881	7					3	600							4	427,5		
1882	2					2	245										
1883	2													2	205		
1884	4										1	200		3	266,66		
1885	5													4	296,25	1	50
1886	4													4	213,73		
1887	1					1	450										
Totais	197	14	1500	2	1800	64	16531,49	5	1302	20	2134	3	800	79	15440,14	10	1430
Média Geral		107,1429		900		258,3045		260,4		106,7		266,6667		195,4446		143	

Fonte: APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobi na.

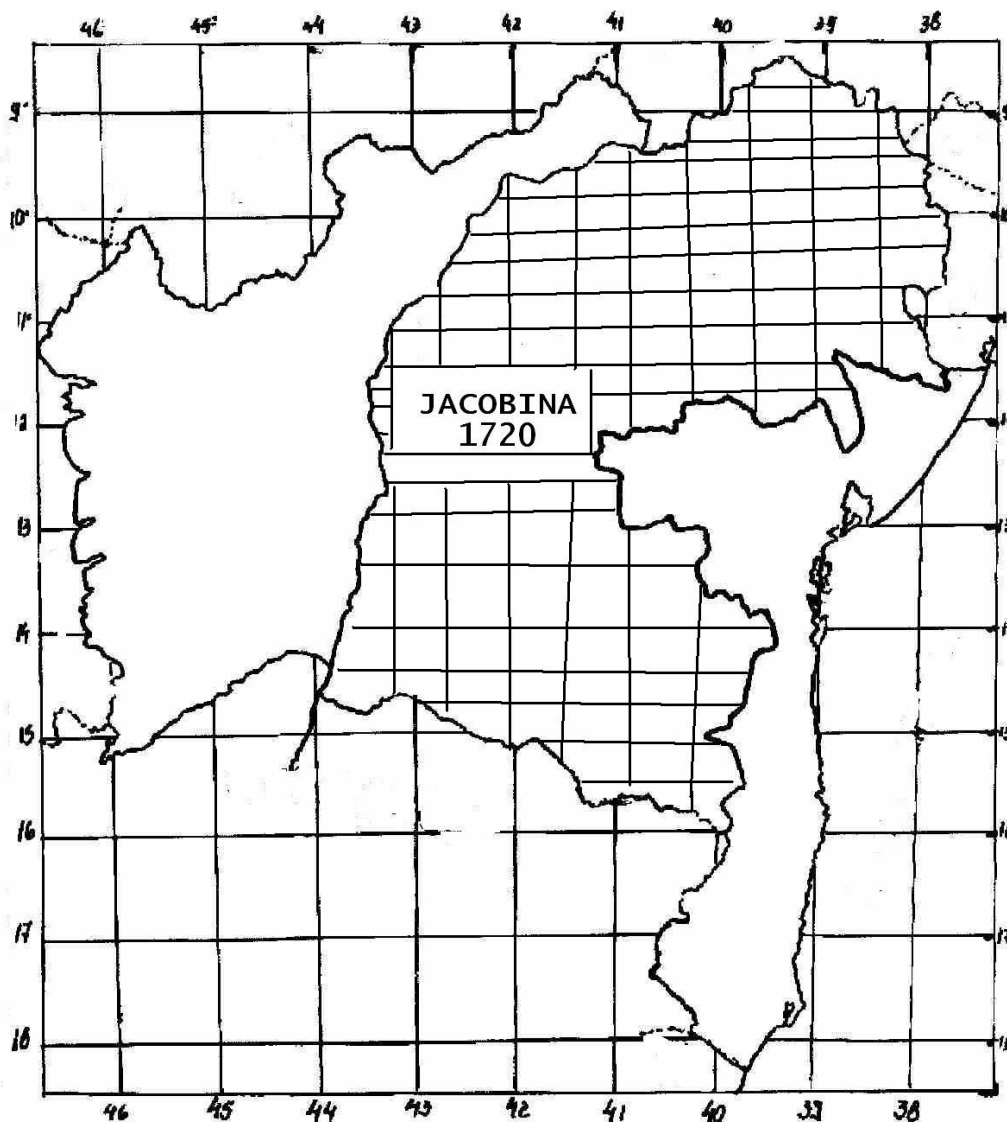
CARTAS DE LIBERDADE POR MOTIVOS EXPRESSOS, IMPOSIÇÕES DE CONDIÇÕES DA CONQUISTA DA LIBERDADE, SEXO E FAIXA ETÁRIA – JACOBINA (1807-1887)

Condição Expressa na Carta	Totais Gerais			Faixa Etária	Bons Serviços			Pagamento de alguma quantia			Pagamento e Bons Serviços			Por Amor de Deus ou Esmola			Por ter Criado ou ter amor			Outros motivos			Não citando motivos			TOTAL GERAL
	H	M	T		H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	
Sem condição	34	43	77	Criança	0	0	0	9	17	26	1	1	2	2	3	5	13	13	26	1	3	4	8	6	14	294
	2	3	5	Adoles.	0	0	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	1	2	3	0	0	0	0	0	0	
	76	112	188	Adulto	7	18	25	55	58	113	4	9	13	1	3	4	3	8	11	0	3	3	6	13	19	
	6	17	23	Idoso	0	3	3	5	10	15	0	1	1	0	0	0	0	1	2	1	2	3	0	0	0	
	118	175*	293*	Totais	7	21	28	70	86	156	5	11	16	3	6	9	17	24	41	2	8	10	14	19	33	
Condição de Servir em vida	25	24	49	Criança	0	1	1	2	0	0	0	0	0	1	1	17	12	29	0	0	0	6	10	16	174	
	6	4	10	Adoles.	1	1	2	1	0	1	0	0	0	0	0	1	2	3	0	0	0	3	1	4		
	33	70	103	Adulto	7	25	32	3	0	3	0	0	0	1	4	5	11	16	27	4	4	8	7	21		28
	6	6	12	Idoso	3	3	6	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2	3	5	0	0	0	0	0		0
	70	104	174	Totais	11	30	41	6	0	6	1	0	1	1	5	6	31	33	64	4	4	8	16	32		48
Outras condições	6	4	10	Criança	0	0	0	4	0	4	0	0	0	0	1	1	2	1	3	0	1	1	0	1	1	35
	0	2	2	Adoles.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0		
	8	12	20	Adulto	0	1	1	1	5	6	0	0	0	3	2	5	0	1	1	3	2	5	1	1	2	
	2	1	4	Idoso	1	0	1	0	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	
	16	19	35	Totais	1	1	2	5	5	10	1	0	1	3	3	6	2	4	6	3	3	6	1	3	4	
Totais	204	298*	503*		19	52	71	81	91	173	7	11	18	7	14	21	50	61	111	9	15	24	31	54	85	503

Fonte: APEBA, Seção: Judiciária, Livros de Notas de Jacobina.

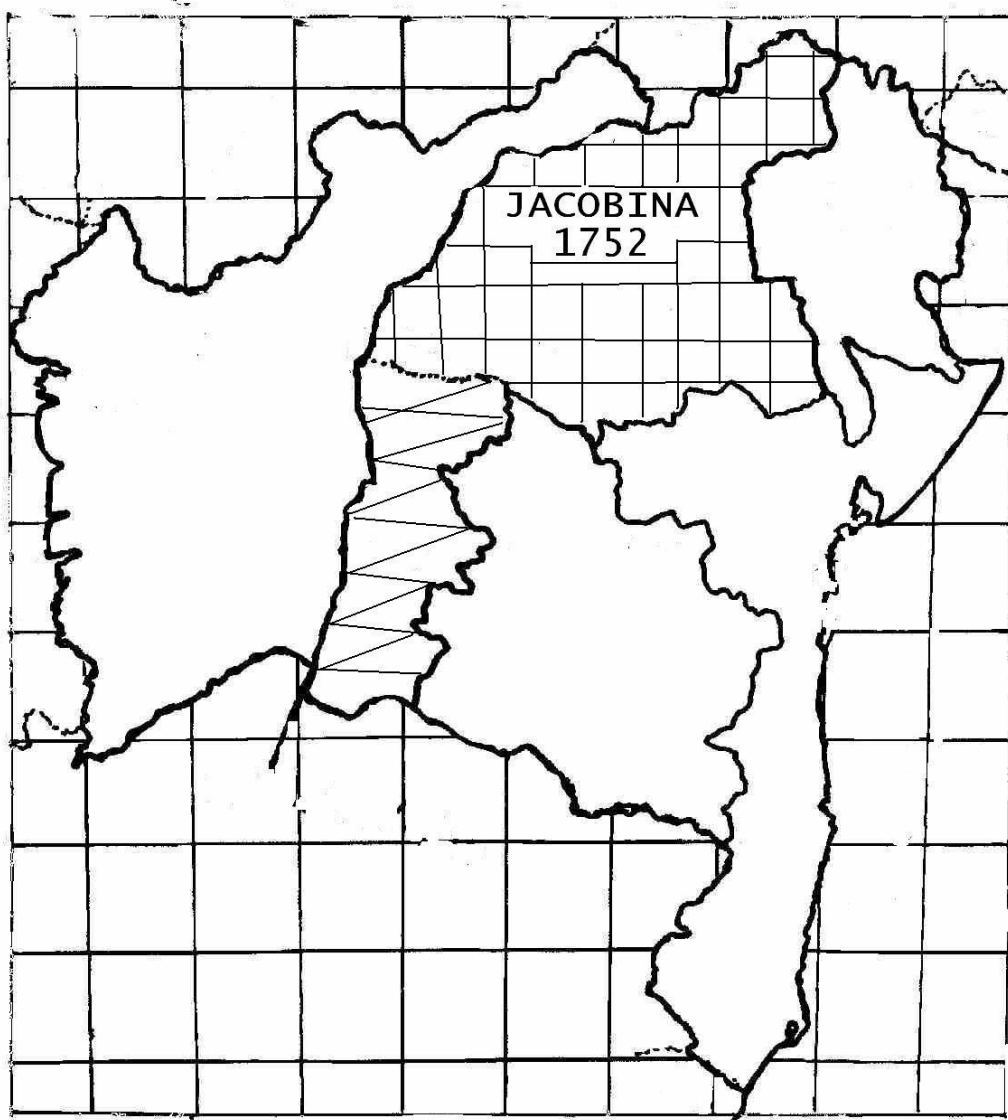
OBS: Existe um registro com casal e filhos, contei somente os pais e os filhos como não estão mencionados quantidade de homens e mulheres não foram contados nas crianças mas foi contado o registro no total geral.

Cartograma 1 – MAPA DA BAHIA DESTAQUE
TERRITÓRIO DE JACOBINA 1720



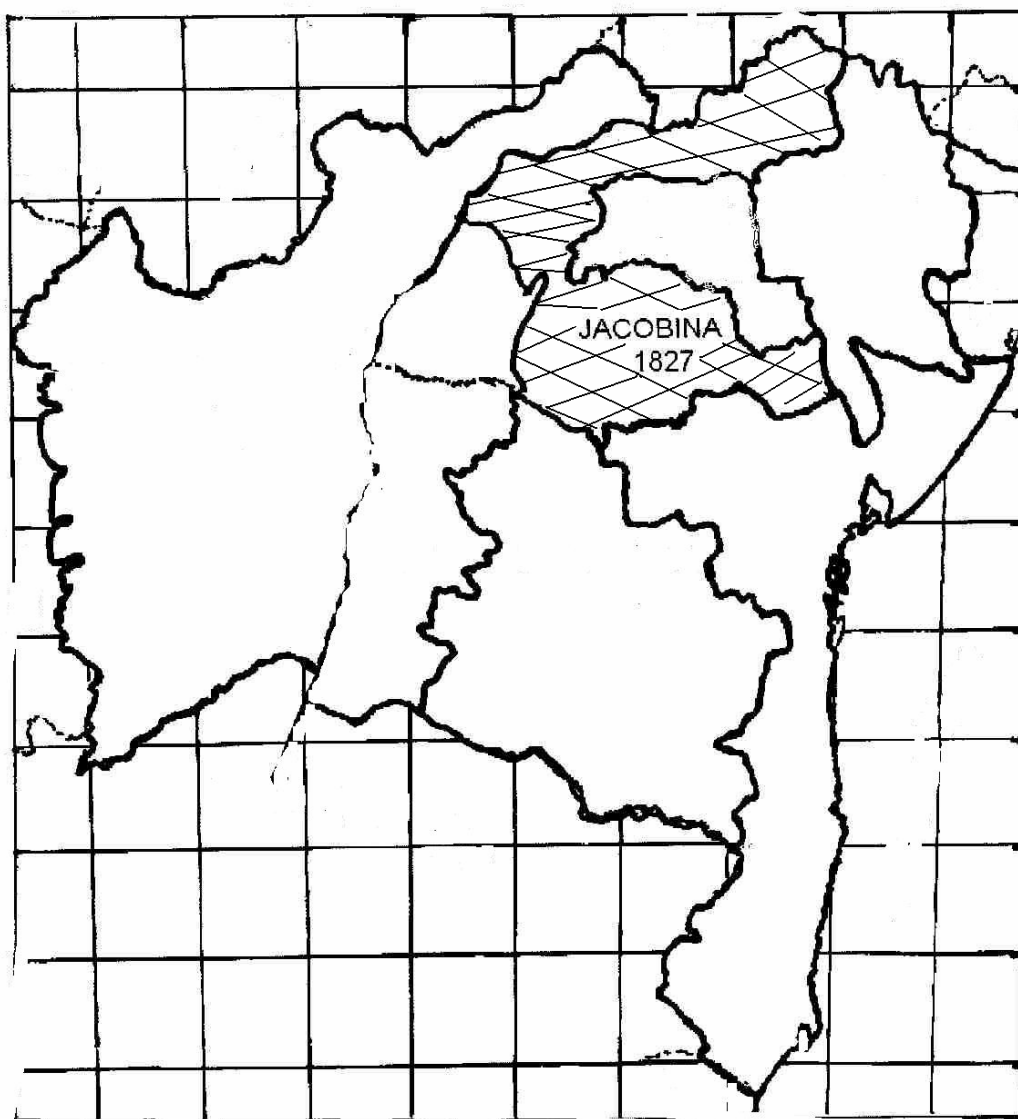
Fonte: BAHIA, Governo do Estado da. SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico.** Salvador: SEI, 2001. Mapa da Bahia, 1720.

Cartograma 2 – MAPA DA BAHIA DESTAQUE
TERRITÓRIO DE JACOBINA 1752



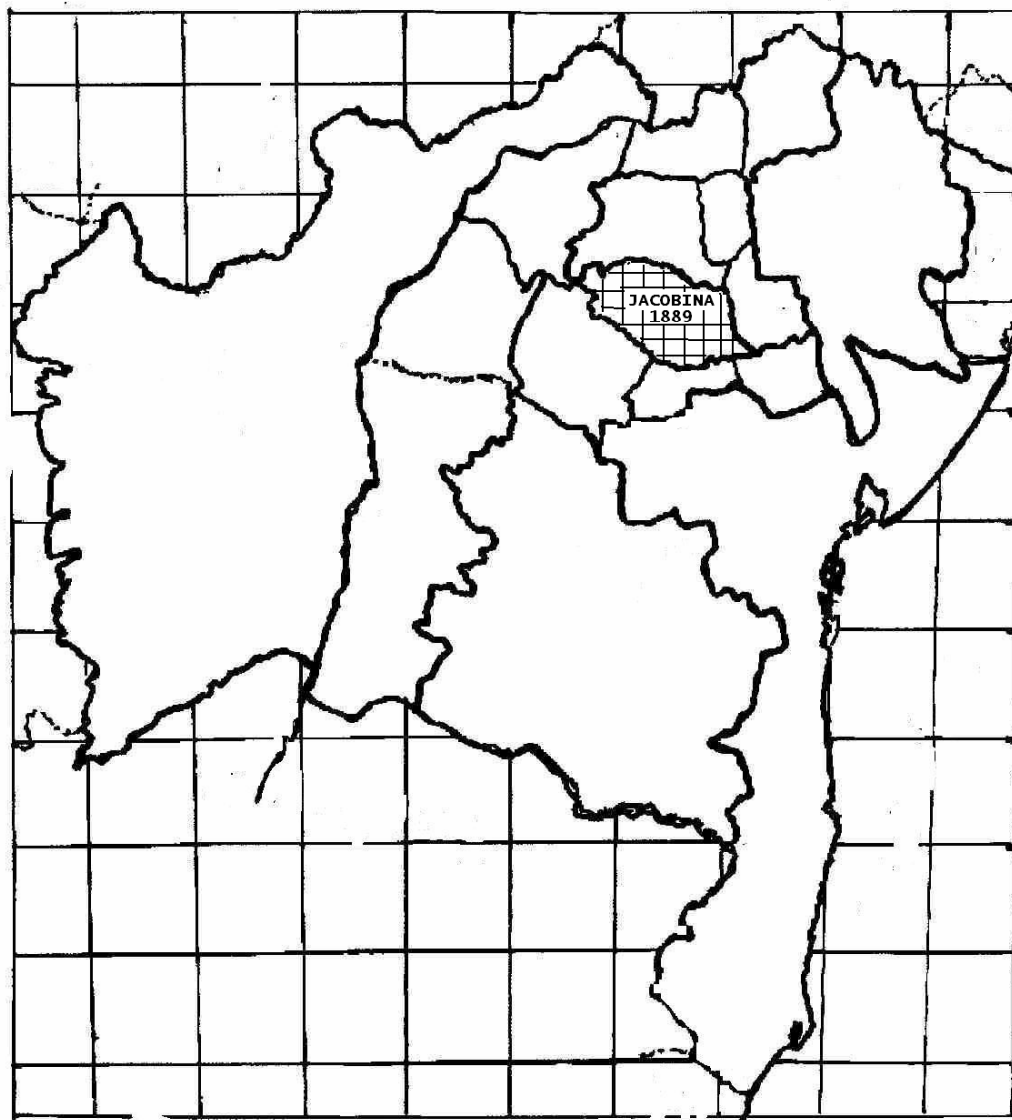
Fonte: BAHIA, Governo do Estado da. SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico.** Salvador: SEI, 2001. Mapa da Bahia, 1752.

Cartograma 3 – MAPA DA BAHIA DESTAQUE
TERRITÓRIO DE JACOBINA 1827



Fonte: BAHIA, Governo do Estado da. SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico.** Salvador: SEI, 2001. Mapa da Bahia, 1827.

Cartograma 4 – MAPA DA BAHIA DESTAQUE
TERRITÓRIO DE JACOBINA 1889



Fonte: BAHIA, Governo do Estado da. SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico.** Salvador: SEI, 2001. Mapa da Bahia, 1889.

